MARILDA LOPES GINEZ DE LARA

LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA: seleção de conceitos

Tese apresentada ao Concurso de Habilitação à Livre-Docência junto à Escola
de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Departamento de
Biblioteconomia e Documentação,
Especialidade: Análise Documentária

São Paulo, março de 2009

*Eu quase que nada sei.
Mas desconfio de muita coisa.*

João Guimarães Rosa

Ao Durval, meu maior e mais sincero interlocutor.

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientandos pela paciência com que enfrentaram minhas ausências no período de preparação para o concurso. À Karina, pela ajuda na organização da documentação.

Aos colegas que compreenderam meus anseios e se organizaram para que eu pudesse me afastar em período letivo e usar o tempo de licença-prêmio para preparar a documentação e a tese.

Aos meus interlocutores na academia, fontes inesgotáveis de idéias desencadeadoras de reflexões. Citei os principais. A dimensão de suas contribuições ultrapassa, de longe, aquilo que citei de seus trabalhos. Em especial, agradeço àqueles com os quais construí laços de amizade.

Aos amigos que souberam compreender minhas faltas nos momentos em que precisaram de mim. À Sylvinha, em especial.

À Cecília, pelo incentivo. E pelo socorro na localização dos trechos da obra de Guimarães Rosa.

Aos meus filhos, meus grandes apoios.

À mamãe e aos meus irmãos, que formam minha família cheia de leveza, humor, carinho e compreensão.

RESUMO

Sistematização das reflexões teóricas sobre os desenvolvimentos da Linguística Documentária a partir de uma seleção de conceitos. A discussão tem como base o entendimento da informação em Ciência da Informação como construção que não representa simplesmente o documento, mas suas potencialidades informativas. São analisados os conceitos de Análise Documentária, Representação Documentária, Linguagem Documentária e Comunicação Documentária e relacionados sob o ponto de vista da Linguística Documentária, recuperando-se suas principais referências na Linguística, Semiótica, Semântica e Terminologia. A preocupação central do trabalho, além de enfatizar a natureza linguístico-comunicacional da atividade e dos produtos documentário-informacionais, é a de sugerir parâmetros para a construção de linguagens documentárias - e produção de mensagens documentárias - que simultaneamente integrem referências da produção e da recepção.

Palavras-chave: Linguística Documentária; Análise Documentária; Representação Documentária; Linguagem Documentária; Comunicação Documentária

ABSTRACT

Systematization of theoretical reflections on selected concepts of Documentary Linguistics. The discussion takes the understanding that in the scope of the Information Science the information is a construction and that it does not represent simply the document itself, but its informative potentialities. The concepts of Documentary Analysis, Documentary Representation, Documentary Language and Documentary Communication are analyzed and organized under the vision of the Documentary Linguistics, recovering their main references in the Linguistics, Semiotics, Semantics and Terminology. The main intent of this work is to suggest parameters for the construction of documentary languages – and documentary messages – that simultaneously integrate references of the production and of the reception, as well as to emphasize the linguistics and communication nature of the documentary activity and its products.

Key words: Documentary Linguistics; Documentary Analysis; Documentary Representation; Documentary Language; Documentary Communication

Sumário

Apresentação	7
1. A terminologia da Ciência da Informação: pontos de partida teóricos para a discussão do subcampo da Linguística Documentária	9
1.1 Informação	9
1.2 Informatividade	16
1.3 Relevância informacional	18
2 Análise Documentária	20
2.1 O termo Análise Documentária	20
2.2 Leitura Documentária	24
2.3 Informação documentária: resumo, índice, esquema de organização	27
3 Representação documentária	29
3.1 A representação na Filosofia	30
3.2 A representação na Linguística e nas teorias da linguagem	35
3.3 A representação na Biblioteconomia e na Ciência da Informação	37
4 Linguagem Documentária	45
4.1 Definições e designações da Linguagem Documentária	45
4.2 Funções da Linguagem Documentária	48
4.3 Linguagem Documentária: origens teóricas e desenvolvimento	54
5 Linguagem Documentária: contribuições das relações interdisciplinares	66
5. 1 Contribuições da Linguística e da Semiótica	66
5.2 Contribuições da Semântica	75
5.3 Contribuições da Terminologia	90
5.3.1 O nascimento da Terminologia como campo de estudos, a abordagem clássica	91
	12

5.3.2 A Terminologia contemporânea.....	94
5.3.3 Os conceitos terminológicos	98
5.3.4 As observações sobre o estatuto dos conceitos e dos termos nas novas abordagens da Terminologia	115
5.3.4.1 Michel Le Guern	116
5.3.4.2 François Rastier	117
5.3.4.3 A Socioterminologia: Boulanger, Gaudin, Gambier	119
5.3.4.4 A Teoria Comunicativa da Terminologia: Maria Teresa Cabré.....	122
5.3.4.5 A Teoria Sociocognitiva da Terminologia: Rita Temmermann.....	127
5.3.4.6 Rey, Krieger, Hermanns, Sager.....	129
 6 A comunicação documentária	134
6.1 O conceito de comunicação documentária	134
6.2 O conceito de signo e de semiose	137
6.3 O signo documentário	140
6.4 A semiose documentária	143
6.5 Mensagem documentária	146
 7. Linguística Documentária	149
7.1 Linguística Documentária como subcampo da Ciência da Informação	149
7.2 Linguística Documentária, Knowledge Organization e Domain Analysis	153
7.3 Operacionalização de conceitos	157
 8. Considerações finais	164
 9 Referências	168

Relação de quadros

Quadro 1 – Processo de Análise Documentária	23
Quadro 2 – Principais diferenças entre a Linguagem Natural, a Linguagem Artificial e a Linguagem Documentária	63
Quadro 3 – Principais semelhanças entre a Linguagem Natural, a Linguagem Artificial e a Linguagem Documentária	64
Quadro 4 – Objeto, conceito e designação de ‘lapiseira’	100
Quadro 5 – Representação gráfica do conceito ‘ <i>writing instrument</i> ’	105
Quadro 6 – Representação gráfica do conceito ‘instrumento de escrita’	105
Quadro 7 – Representação gráfica de série horizontal	106
Quadro 8 – Representações gráficas de séries verticais	107
Quadro 9 – Funcionamento do processo semiótico	138

Apresentação

O ato de linguagem não é transparente. Assim também a memória que, conformada pela linguagem escrita, apresenta-se menos como objeto de desvendamento e mais como construção, colocando em jogo experiências, referências, condicionantes sócio-culturais.

A atividade documentária de organização de memórias de vários tipos (históricas, científicas, administrativas etc.) propõe a constituição de conjuntos segundo determinados princípios e hipóteses, a partir dos quais são sugeridos pontos de acesso à documentação. Mas como sua expressão é feita em linguagem, têm sua apropriação ligada a diferentes referências simbólicas que organizam a interpretação.

É certo que as memórias construídas pela Ciência da Informação são seletivas, como quaisquer segmentações no *continuum* do universo das produções de sentido, e o que deixam de fora fica irremediavelmente perdido. Os critérios de relevância para a seleção se alteram no tempo e no espaço e remetem a ordens institucionais. Mas não há como escapar à atribuição de critérios, sendo ingenuidade pensar que as tecnologias de comunicação e informação retirariam essa necessidade. As próprias TICs já constituem, em si, filtros. O problema não está em oferecer filtros, mas em pressupor que eles sejam únicos e que não podem ser mais integrativos.

De fato, as práticas tradicionais de organização da informação assentadas em ideais de disseminação universalizante adotaram categorias de representação apriorísticas ou perseguiram linguagens expurgadas de impurezas e imperfeições. Contemporaneamente, procura-se relativizar as referências de partida buscando o pluralismo lógico e alternativas de organização que respondam, de modo mais adequado, à diversidade da produção e dos públicos da informação. Como essas referências não podem ser aleatórias, e como os produtos documentários são concebidos visando a circulação social

da informação, busca-se a legitimação dessas referências nos discursos próprios das comunidades científicas e sócio-culturais. A partir daí, jogos de equivalência entre palavras e termos são estabelecidos para que se tenha, também, alguma garantia de ampliação dos universos de recepção.

Com o objetivo de discutir os problemas da mediação documentário-informacional apresentamos, neste trabalho, um conjunto de noções que têm se constituído objeto de nossa pesquisa ao longo do tempo, que constituem o subcampo da Linguística Documentária. Para assegurar alguma organicidade ao texto, essas noções foram apresentadas em capítulos que podem, todavia, serem lidos de modo isolado. Procuramos destacar ao longo do texto, em especial no início de cada uma de suas partes, os termos que são referidos nos outros capítulos, de modo a sugerir seu entrelaçamento em rede e o encadeamento da reflexão.

O conjunto de conceitos analisados é bastante seletivo. Restringe-se aos termos que consideramos chave para o entendimento de outros conceitos que compõem o universo da 'produção, circulação e consumo' da informação documentária. Nessa ótica, não incluímos, por exemplo, históricos ou tipologias de linguagens documentárias.

A perspectiva que adotamos privilegia os aspectos linguísticos, semióticos, comunicacionais e terminológicos da atividade documentária, partindo do princípio que é primordialmente na linguagem que se expressam os valores sociais, econômicos e culturais, ou em suma, simbólicos, que marcam as diferentes práticas das sociedades. Destacamos, nessa ótica, o caráter construído da informação.

Resta dizer que a proposta subjacente a este trabalho é a pesquisa da possibilidade de construir filtros mais integrativos, razão pela qual procuramos investigar como substituir pontos fixos de enunciação pela observação das diferentes manifestações territorializadas da produção e da recepção da informação.

1. A terminologia da Ciência da Informação: pontos de partida teóricos para a discussão do subcampo da Linguística Documentária

... "a trama de todo pensamento e de toda pesquisa são os símbolos", sendo a linguagem a própria essência do pensamento, assim como a precisão, a contribuição de outras 'mentes' e a 'liberdade mental'. Mas é indispensável haver um "acordo geral acerca do uso de termos e notações", acordo esse não como imposição arbitrária, "mas por força de princípios racionais sobre a conduta dos homens" (Peirce, 1977, p.39-40).

As condições de visibilidade da Ciência dependem de seu vocabulário. Na Ciência da Informação brasileira, esta condição ainda está em processo: há debate sobre seu objeto, há profusão de expressões. No âmbito da organização da informação a história da área mostra que diferentes partidos têm gerado distintos modos de se reportar às idéias que estão na base dos seus procedimentos.

Como observa Benveniste,

"a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados" ... "Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação da ciência" (Benveniste, 1989, p.252).

A legitimidade dos termos, portanto, não depende apenas de sua explicitação linguística, mas é assegurada pela existência de um conjunto de reflexões de natureza teórica que generalizam as observações oriundas da prática e `que justificam as denominações. Tais circunscrições de forma e conteúdo, por sua vez, têm de ser reconhecidas pela comunidade científica que constitui a área de especialidade que, ao fazê-lo, reconhece primeiramente seu valor, submetendo as propostas a debate. Esse reconhecimento constitui uma das etapas para o acordo, a que se refere Peirce.

O acordo, por sua vez, se relaciona à existência de um campo científico (Bourdier, 2004), que é o lugar de duas formas de poder e envolvem:

- o capital científico e social ligado, principalmente, à ocupação de posições de destaque nas instituições científicas;
- o capital específico, que repousa sobre o reconhecimento pelos pares, mais exposto a contestações. O equilíbrio entre essas duas forças conduz à visibilidade.

O acordo, assim, se relaciona ao reconhecimento das noções pelos pares e liga-se à proposição sistemática de contribuições que se traduzem em conceitos teóricos e operacionais. A visibilidade e a fixação terminológica depende, por esse motivo, do jogo entre as instâncias institucionais e as de propriedade científica que aceitam ou não as proposições. Se existe equilíbrio, de modo corolário, existe condição de fixação terminológica.

Por essa razão, pensamos ser fundamental registrar, neste trabalho, como compreendemos determinados conceitos em nossa pesquisa e como eles ajudam a compor o quadro da Linguística Documentária (ver). Acreditamos ser esse um meio de tornar explícitas as proposições e os pressupostos que adotamos, contribuindo, assim, para a discussão das condições de seu entendimento e fixação terminológica.

Na origem da proposta estão conceitos norteadores, pontos de partida que organizam a reflexão: informação, informatividade e relevância informacional.

1.1 Informação

Vários são os sentidos dados à informação, razão dos embates e dificuldades que se relacionam ao tema. Informação é um conceito nebuloso porque interpretado diferentemente na perspectiva dos distintos campos do conhecimento, como no discurso cotidiano. Para apropriá-lo traduzindo seu sentido na perspectiva da área de Ciência da Informação é preciso realizar um

exercício de delimitação. Do contrário, corre-se o risco de abdicar da própria configuração da área.

Há um relativo consenso que relaciona a definição de informação à atividade documentária relativa ao estudo do documento e da informação '*registrada*'. Mas essa visão não elimina as discussões sobre o conceito porque as operações sobre os registros não acontecem num vazio: envolvem objetivos, escolhas, remetem a parâmetros. A atividade documentária é um tipo de prática social.

Na visão de Buckland (1991), há três usos principais do termo informação: informação como coisa, como processo, como conhecimento. Na defesa de um conceito que se ligue à base material, por ele considerada indispensável para o fazer documentário, a informação como '*coisa*' ocupa lugar predominante.

A informação como processo se relaciona à ação de informar, algo que provoca alteração de estado de conhecimento de um indivíduo: dar conhecimento de uma notícia, um fato, uma ocorrência, um assunto. O que é relevante no que é informado depende do nível de conhecimento de quem recebe a informação - o autor não entra nesse debate e qualifica a informação como intangível. A informação como conhecimento liga-se à redução da incerteza: o conhecimento comunicado se refere a algum fato, evento, assunto, notícia: não pode ser medido. De modo semelhante à informação como processo, a informação como conhecimento é intangível. Portanto, a informação como '*coisa*' é que constituiria o objeto da Ciência da Informação, porque se reporta à sua materialidade, condição para o trabalho com a informação. Nessa ótica, os objetos são considerados informativos, como o são os dados, textos, documentos expressos sob forma física ou em ambientes digitais.

As delimitações do conceito de informação, em Buckland, têm como base o *Oxford English Dictionary*, referências que ele utiliza visando uma abordagem pragmática da informação. Ver a informação como coisa significaria prover alguma ordem ou arranjo em relação às atividades relacionadas com a informação, ao lado das definições "*mais respeitáveis*": lida-se principalmente,

em tais atividades, com evidências, com coisas que podem ser armazenadas e recuperadas em sistemas de informação (mesmo que sejam filmes, edifícios históricos etc.) e que podem ser descritas diferentemente em razão dos atributos físicos selecionados.

Essa compreensão se aproxima da de Suzanne Briet (1894-1989) que fala em 'evidência física', prova ao apoio de um fato. O entendimento de Briet incluiria a consideração da materialidade do objeto, da intenção de tratá-lo como evidência, de seu processamento como tal (tornados documentos) e da sua condição de ser algo perceptível como documento. Para ela, o documento é um signo físico ou simbólico, preservado ou registrado, cujo objetivo é representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou conceitual. Por abordar o caráter sígnico do documento, Briet, diferentemente de Buckland, se aproxima da semiótica peirceana (Capurro, 2008).

A visão de Briet, por sua vez, se remete a de Paul Otlet (1894-1989) que inclui, além de material bibliográfico, coleções de objetos que são agrupados para propósitos de preservação, ciência e educação, ou seja, documentos tridimensionais. Buckland ressalta a aproximação dessa noção com aquela de cultura material, da antropologia, mas em resumo, o autor quer destacar, na preocupação de Briet, a face tangível da informação, sem a qual não seria possível exercer a atividade da documentação.

Ainda para Buckland (1991), as representações do conhecimento formam subconjuntos de informação como coisa que podem, em princípio, serem usadas para identificar e definir outra classe de sistemas de informação nas quais o principal é a base no conhecimento representado. A informação como processo não é central para a Ciência da Informação, segundo sua opinião, mas pode ser a base para tipos de estudos relacionados a ela. Nesse caso, a informação como coisa não pode ser ignorada. Do mesmo modo, a informação como conhecimento.

Não se pode negar que a proposta de Buckland confere, com a materialidade, uma base ao projeto do fazer documentário. Abdicar da materialidade

significaria dissolver o campo da Ciência da Informação pulverizando-o nas áreas relacionadas. O perigo, porém, é interpretar tal proposta de modo dogmático, utilizando o uso do conceito de informação como coisa e apagando as outras características relacionadas.

Capurro (2003; 2008), ao se referir à proposta de ‘informação como coisa’ de Buckland, afirma que ela caracteriza a informação como fenômeno objetivo no campo da Ciência da Informação, o que remeteria ao paradigma físico, salientando que isso não significa que o valor informativo a que alude o autor

“não é uma coisa nem a propriedade de uma coisa, mas um predicado de segunda ordem, isto é, algo que o usuário ou sujeito cognoscente adjudica a ‘qualquer coisa’ num processo interpretativo demarcado por limites sociais de pré-compreensão que o sustentam”.

Numa visão interessante, Frohmann (2008) vê a materialidade como o conceito-ponte que liga a informação, por um lado, e práticas públicas e sociais, por outro. Questiona o conceito mentalista de informação que privilegia os estudos focados nos indivíduos, bem como o modo que expressa a mesma idéia entendendo o conceito de informação num sentido imaterial, presente na mente. O conceito de materialidade, ao contrário, permite um entendimento mais rico do caráter público e social da informação em nosso tempo, tendo sendo o documento aquilo que nomeia tal materialidade, o que torna importante os estudos da Documentação.

A abordagem da materialidade da informação tem seu fundamento na materialidade dos enunciados os quais, na análise de Foucault, são discutidos não do ponto de vista de sua ‘informação’, mas de sua ‘existência: *“como ele surge, as regras de sua transformação, ampliação, as conexões entre enunciados e seu desvanecimento até deixar de existir”* (2008, p.22). Para Foucault, os enunciados são materiais: “para uma sequência de elementos linguísticos ser considerada e analisada como um enunciado [...] ela deve ter uma existência material” (Foucault, citado por Frohmann, 2008, p.22). Foucault também distingue entre fisicalidade e materialidade, observando que, ao

contrário de um objeto físico, a materialidade do enunciado não consiste apenas na sua existência no espaço e no tempo, mas é medida pela massa, inércia e resistência, de um modo análogo ao da física de Einstein. Essa condição, segundo Frohmann, permite dirigir nossa atenção para a equação entre a massa do enunciado e sua energia. A *“massa responde pela energia de seu poder de afetar, ou seja, o poder de criar efeitos”* (p.22). Uma das fontes de massa e energia são as instituições.

Apesar das abordagens de Buckland e de Frohmann serem próximas quanto à referência à materialidade, a de Frohmann é mais abrangente, permitindo verificar que o que constitui a base da atividade documentária não é simplesmente o documento, mas o que ele representa como potencialidade informativa. Tal ponto de vista, ao não separar as facetas da informação, não abdica de integrar ao campo da Ciência da Informação as questões relacionadas ao processo de sua construção, bem como ao significado histórico-social do conhecimento. Se reconhecermos na materialidade da informação o elemento palpável - e correlativamente o objeto concreto dos estudos de informação e do fazer documentário, - como dispensar a reflexão sobre o sentido desse fazer enquanto produto social?

Assim, a materialidade, segundo a concepção de Frohmann, pode ser vista como o solo a partir do qual se desenvolvem as ações documentárias como a comunicação documentária (ver), uma das principais funções sociais da Ciência da Informação.

Não se pode abdicar da importância de abordar a informação como processo, uma vez que isso significaria ignorar o papel da representação documentária e da informação enquanto signo. Este signo especial – signo documentário (ver) – impõe a reflexão sobre que conhecimentos são representados e como são representados. Trata-se de operações de seleção que não são isentas, ao contrário, são interpretações, quer em relação ao que o sistema documentário sugere como informação (oferta de sentido, na visão de Capurro, 2003) – quer em relação ao que o usuário do sistema torna pertinente como informação

(seleção de sentido, segundo Capurro), ou novo ciclo de interpretação. Dito de outro modo, os produtos documentários, em sua forma e conteúdo, estão intimamente ligados à história das ideias e das relações de autoridade e poder, da mesma forma que qualquer processo de informação é mediado por sistemas de categorias que melhor respondem por visões de mundo. Embora haja uma oferta de sentido via representação documentária, enquanto signo documentário, necessariamente o produto documentário solicita uma seleção interpretativa.

Capurro define informação a partir da distinção entre mensagem (*message*) e entendimento ou compreensão (*understanding*). A mensagem se refere à oferta de sentido (*meaning offer*), a informação à seleção de sentido (*selection of meaning*) dentro de um sistema, e o entendimento à possibilidade do receptor integrar a seleção dentro de seu universo de pré-conhecimento, constantemente aberto à revisão, de acordo com a intenção do emissor. Ao incluir a informação no circuito da comunicação, é possível interpretá-la como signo, conforme nossa proposta (Lara, 1993; 1999; 2006a;c., entre outros).

Considerar a informação como signo é um modo a não limitar a informação à inscrição organizada, mesmo que ela seja a base concreta para a atividade documentária. Essa definição integra necessariamente o processo que ele desencadeia e que não se esgota nele mesmo, uma vez que um signo mobiliza uma rede de outros signos (outras informações e conhecimentos) externos ao que se apresenta sob a forma de documento em pauta. Desse modo, ao mesmo tempo que se reconhece a materialidade da informação como base das operações documentário-informacionais, observa-se o desdobramento da ação documentária, quer no seu possível sentido enquanto memória institucional, quer como possibilidade de construção da memória. Em outras palavras, a atividade documentária, assentada na materialidade da informação não é uma atividade isenta, mas situacional, contextual, e seria um perigo considerá-la como independente de sua condição necessariamente processual. A estruturação da informação para sua inserção nos sistemas informacionais não ocorre num vazio, como tem consequências na oferta de sentido, na

possibilidade de apropriação e de transformação da informação.

Compreender a atividade documentária como uma atividade sógnica também põe em relevo sua condição de construção social. O signo não é um objeto material, mas uma propriedade que se confere a objetos por meio do tipo de uso que é feito deles. Separando a informação como ‘coisa’, como ‘processo’ e como ‘conhecimento’, como sugere Buckland, fica impossível estabelecer a relação necessária entre todos esses aspectos, dificultando uma análise do ponto de vista comunicacional e a compreensão da informação a partir de seu caráter de bem imaterial e simbólico que

"projeta um fluxo de relações constantes: na produção, a relação entre conteúdo registrado e a forma da informação; no acesso, as formas significantes compatíveis simultaneamente com a linguagem do sistema e a linguagem do usuário; na troca, a relação entre o capital cultural dos segmentos populacionais e a forma simbólica do estoque informacional e no uso, a relação entre informação disponível socialmente e o conhecimento subjetivo dos segmentos sociais" (Kobashi & Tálamo, 2003, p. 19).

Para concluir, destacamos, na profusão de significados dados ao termo informação, a interpretação dada por Nunberg, que mais do que discutir o significado do conceito 'informação', afirma ser mais produtivo falar em '*informatividade*' (ver) dos documentos (Nunberg, citado por Frohmann, 2004).

1.2 Informatividade

Originalmente cunhado na Linguística Textual, o conceito de informatividade põe em evidência o fato de que a compreensão de um texto depende do conhecimento de outros textos: *"um discurso vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual ele toma posição"* (Val, 1991, p.15).

Pode-se supor que esse entendimento esteja subjacente àquele de Hjørland e Capurro quando os autores vinculam o objeto informativo às estruturas informacionais, terminológicas e de linguagem das comunidades discursivas

que, mesmo em situações onde não são compartilhados pontos de vista, são determinantes para definir os critérios de relevância que fazem com que algo seja informativo. Informação seria, nesse sentido, um conceito subjetivo, mas não individual, uma vez que os indivíduos não interpretam a realidade fora de situações sociais concretas em que vivem e se organizam, desempenhando diferentes funções na divisão do trabalho na sociedade (Hjorland, 2002; Capurro & Hjorland, 2003; 2007). Assim, seria impossível mapear todos os possíveis valores da informação (Capurro & Hjorland, 2007). Nossa visão se aproxima da dos autores.

A perspectiva hermenêutica acima coloca em relevo o observador como intérprete no interior de comunidades discursivas relacionadas a domínios de conhecimento: os universos de *'pré-compreensão'* balizam a oferta de sentido (mensagem) e criam, desse modo, referência para a seleção de sentido (informação) (Capurro, 2003, com base em Luhmann, 1987). A *'pré-compreensão'* une os indivíduos em comunidades, campos de conhecimento ou de ação (Capurro, 2003).

Semelhante proposta é feita pela Linguística Documentária (ver), que considera que a informação se realiza como processo, como construção (Lara, 1999). Isso impede de conceber a atividade documentária considerando apenas os documentos e suas características. Para Smit (2003), mais do que falar em documento de bibliotecas, de arquivos, de museus etc., deve-se privilegiar sua função informativa o que, sob nosso ponto de vista, mobiliza noções mais empíricas da informação à medida que se mostram mais apropriadas para formular classes segundo diferentes funções e realizar distinções segundo o que se privilegia a partir dessas funções (Lara, 1999). Função do documento e informatividade são, pois, noções muito relacionadas. A proposta de destacar a função informativa de um documento, de modo similar à proposta de Numberg, a *'informatividade'* apresentaria um forte relacionamento com a função pragmática da informação, não se podendo afirmar de antemão como se realiza a informação nas situações concretas de uso (Lara, 2007).

Embora se reconheça a informação como inscrição organizada, esta é compreendida como resultado de uma *"construção institucional e intencional que tem nos valores simbólicos e funcionais a condição para a construção do sentido e para circular socialmente, desencadeando processos de conhecimento"* (Lara, 2006a).

Tal perspectiva justifica a preocupação da Linguística Documentária com os problemas decorrentes dos processos simbólicos do tratamento e da recuperação da informação que se dirigem, principalmente, à busca de soluções para diminuir a distância entre os estoques e o uso da informação a partir dos estudos das estruturas simbólicas da documentação, das questões linguísticas e terminológicas de mediação entre produtores e consumidores da informação e da ligação entre os processos documentários e a construção e verbalização da informação. Esse esforço se traduz na proposta de uma Linguagem Documentária (ver) que observe e combine referências da produção informacional, dos objetivos institucionais e dos elementos cognitivos e comunicacionais de grupos de usuários (Tálamo & Lara, 2006) como meio de promover a circulação social da informação.

Reconhecendo o caráter processual e social da informação, a Linguística Documentária co-relaciona informação e possibilidade de que os documentos sejam efetivamente informativos. Relevância e informatividade são valores que dependem da recepção.

1.3 Relevância informacional

O que é relevante do ponto de vista informacional? Um sistema informacional não tem um fim em si mesmo. A relevância tem de ser observada, portanto, do ponto de vista da relação que o sistema estabelece com o seu usuário e *"tanto o usuário como o sistema se relacionam a uma determinada coleção"* (Capurro, 2003).

No âmbito da constituição de sistemas de informação, afirmar o que é relevante

pressupõe observar, simultaneamente, os propósitos institucionais de circulação de informação e a comunidade de usuários correspondente, a partir dos quais são definidos os critérios para a organização da informação expressa em linguagem.

Um sistema de informação não é construído na ausência de um objetivo ou, posto de outro modo, visa sempre uma determinada comunidade de usuários. A relevância informacional considera a capacidade de interpretação dos usuários em relação a si próprios, a intermediários e ao sistema, a seleção e tratamento dos documentos do sistema informacional e o desenho do próprio sistema na sua capacidade de permitir uma relação de adesão informacional. Tais condições, pontuadas como hermenêutica dos usuários, hermenêutica da coleção e hermenêutica do sistema intermediário, conforme proposta de Thomas Froelich salientada por Capurro (2003), permitem ver a relevância informacional como concebida a partir de um *“marco social concreto e para áreas determinadas”*.

Na visão da Linguística Documentária procura-se esse referencial concreto nas terminologias dos domínios do saber ou das áreas de atividade. Trata-se de uma visão muito próxima à de Capurro que ressalta que

“Só tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo” (Capurro, 2003).

Na perspectiva da relevância informacional não há lugar para a idéia de que um documento seja representado pela sua essência. Não se deixa de reconhecer que os documentos têm carga informativa - de outro modo não estaríamos reconhecendo as propostas da ciência, das técnicas, da experiência da vida cotidiana, nem a finalidade da atividade documentária, correndo o perigo de cair no que Eco (1997) denomina superinterpretação, mas é necessário enfatizar que o conteúdo é construído pela atividade documentária tendo em vista uma expectativa de relevância para os usuários de um sistema de informações.

2 Análise Documentária

A origem da proposta da Linguística Documentária pode ser atribuída à Análise Documentária, compreendida simultaneamente como disciplina metodológica e atividade de análise, síntese e representação de documentos.

2.1 O termo Análise Documentária

O termo Análise Documentária foi criado por Jean-Claude Gardin para designar as operações semânticas que transformam um texto original em uma ou várias palavras-chave, ou ainda, paráfrases, visando facilitar a representação (ver) de ‘conteúdos’ e a recuperação da informação. Nos trabalhos iniciais de Gardin, a Análise Documentária é identificada com um tipo de análise descritiva cuja função é a de fornecer uma *“representação sistemática de certos fatos que se supõem parcialmente ordenados”* (Gardin, 1968, p.84, 86).

A Análise Documentária foi concebida por Gardin tendo em vista a expressão do conteúdo de textos científicos (Gardin, 1970, p.630) como uma operação de extração de significados de textos que, por sua vez, são designados por símbolos que não necessariamente os encontrados nos textos de origem (Gardin, 1973a, p.144)□. O objetivo da Análise Documentária é a de isolar o sentido dos textos visando permitir pesquisas retrospectivas da informação a partir de seus conteúdos ou significação (Gardin, 1973b, p.67).

Gardin concebe a operação de Análise Documentária como

“uma operação semântica, mesmo que ela não obedeça a uma regra precisa, e que cada organismo, cada analista (...) se limite a ver na ocorrência uma certa regularidade interna fundada mais na experiência ou hábito do que sobre algum procedimento explícito” (Gardin, 1970, p.631).

Os investimentos metodológicos realizados pela Análise Documentária partiram do princípio que a formalização dos procedimentos nessas operações poderia alterar o quadro empírico de representação no âmbito dos sistemas documentários.

Nesse sentido, o autor sugere verificar que essas operações de substituição de textos em Linguagem Natural por representações supõem necessariamente a existência de uma metalinguagem, que é constituída por unidades lexicais (símbolos designando noções ou conceitos) e convenções sintáticas (para expressão das relações lógicas presentes nos textos em Linguagem Natural).

“Sob o plano semântico são consideradas as relações que são sempre válidas em um certo domínio de estudo, ou seja, as relações mais banais, aquelas que, nesse domínio, são consideradas adquiridas – o fato, por exemplo, que o cavalo é um animal... Sobre o plano sintático, ao contrário, aparecem sobretudo as relações novas, aquelas que fazem o objeto de um discurso porque não são estabelecidas no mesmo grau” (Gardin, 1973a, p.76).

A metalinguagem, com funções normalizadoras, permite operar semanticamente no tratamento de sinonímias, homotaxias, homografias, polissemias etc (Gardin, 1970, p.632).

Ao conceber a Análise Documentária como uma atividade eminentemente metalinguística, o autor confere ‘*autonomia*’ à linguagem de representação, relativamente à Linguagem Natural, mesmo que seu estatuto seja distinto das metalinguagens definidas pela Linguística. Esse entendimento corrobora a caracterização da Linguagem Documentária (ver) como linguagem artificial cujo plano de conteúdo apresenta semelhança com a sua linguagem objeto.

A Análise Documentária veio a se constituir numa linha de pesquisa na Escola de Comunicações e Artes a partir de iniciativa de Johanna Wilhelmina Smit. Em 1987, o Grupo Temma passou a existir formalmente com a publicação do livro ‘*Análise Documentária: a análise de síntese*’, reunindo pesquisadores em torno de discussões que mobilizavam a interface entre Documentação e Linguística (Smit, 1987).

Na apropriação brasileira, a Análise Documentária é vista como disciplina metodológica que sugere uma série de procedimentos para a análise de textos visando a seleção de conteúdos informativos que poderão ser representados, recuperados e disseminados (Tálamo e outras, 1990). Na proposta de Gardin, tais procedimentos eram específicos para a análise de textos técnico-

científicos, mas seu desenvolvimento mostrou que eles poderiam ser estendidos à análise de imagem (Smit, 1987) até à análise de dados estatísticos (Rocha, 2006), com adaptações.

Pode-se propor a Análise Documentária como uma modalidade de análise de textos, compreendendo um texto como um objeto material tomado fora do contexto de sua produção e passível de ser analisado em si mesmo. Nos desenvolvimentos realizados pelo Grupo Temma, propôs-se considerar que o ponto de partida da Análise Documentária é o texto, e não o discurso, porque é no primeiro que se manifestam as estruturas informacionais, elementos que respondem pela coesão e progressão textual, bem como pelo seu fechamento e autonomia. Sob esse ponto de vista, os elementos presentes nas condições de produção são codificados segundo outros procedimentos documentários – lugar, tempo, autor, são representados pela representação descritiva, e não temática, como é o caso da Análise Documentária. Enquanto no discurso se expressa o sentido – apropriação individual da significação articulada pelo sistema (Benveniste, 1989), no texto manifesta-se a significação como veículo de informação (Lara, 1993).

Sob essa perspectiva, a Análise Documentária persegue, por um processo de seleção que considera as políticas de indexação institucionais, as unidades do documento que podem ser informativas, observando a articulação das formas estruturais, qualquer que seja o suporte físico em que tais unidades podem se manifestar: objetivos, metodologia, análise, conclusões etc. Nessa operação são mobilizadas a noção de tema (o que, quem, como, quando, onde) e a noção de estrutura temática dos documentos (Kobashi, 1994).

A operação de Análise Documentária imprime nos produtos documentários uma redução crescente:

“do texto para o resumo, do resumo para o enunciado, do enunciado para a unidade de tradução via código documentário. A atividade de Análise Documentária caracteriza-se, portanto, como uma sucessão de processos de transformação do texto original, observando-se, a cada etapa, graus crescentes de generalização. Nesse sentido, alguns procedimentos documentários podem ser considerados como uma modalidade específica de tradução” (Lara, 1993, p.41).

O processo global de Análise Documentária pode ser esquematizado conforme abaixo:

Quadro 1 - Processo de Análise Documentária

TEXTO ORIGINAL → DOCUMENTO → REDUÇÃO → GENERALIZAÇÃO

FONTE: Lara, 1993, p.41.

O processo acima sofre influências de determinadas variáveis que interferem na formulação da informação documentária, a saber (Lara, 1993, p.42-43):

- 1) A estrutura do texto original;
- 2) As informações brutas presente no texto, ou informações de base (Vanoye, 1991);
- 3) O estado de sistematização metodológica e terminológica da área;
- 4) A instituição na qual o processo se desenvolve;
- 5) O usuário da informação documentária;
- 6) O estoque de conhecimento anterior do analista e sua formação ideológica.

Tais influências impedem que o processo de Análise Documentária apresente

resultados uniformes quando comparados indexadores diferentes e/ou instituições diferentes. No entanto, as metodologias da Análise Documentária procuram referências para garantir que o processo de representação seja adequadamente desenvolvido em função dos objetivos dos sistemas informacionais, de modo que se realize a Comunicação Documentária (Lara, 1993).

O aprofundamento das discussões sobre Análise Documentária foi, ou tem sido, objeto de estudo de vários autores franceses e brasileiros (entre os quais destacamos: Smit, J.W.; Guimarães, J.A.C.; Fujita, S.L.; Kobashi, N.Y., Amaro, R. O., Tálamo, M.F.G., entre outros), seja focalizando modalidades textuais diferentes, áreas do conhecimento específicos ou partes do processo de análise propriamente ditos. De fato, a Análise Documentária constituiu, por muito tempo, o nome comum que abrigava diferentes caminhos de pesquisa sobre o tratamento da informação para a constituição de sistemas informacionais cujas bases remetem à Linguística e à Lógica.

Poderíamos tentar traçar um quadro panorâmico dos diferentes investimentos, mas esse trabalho ultrapassa nossa capacidade individual e não se mostra útil à reflexão que ora pretendemos realizar. Por outro lado, muitos dos aspectos que tocam à Análise Documentária serão discutidos em vários dos capítulos deste texto. Essa é a razão pela qual nos limitaremos aos princípios gerais que deram origem ao tema e às características que lhe são inerentes, não sem antes observar que, mais recentemente, a Análise Documentária é vista no conjunto dos estudos da Linguística Documentária (ver) que tende a integrar, por sua vez, o conjunto dos estudos de Organização da Informação.

2.2 Leitura Documentária

As operações de Análise Documentária têm origem na leitura documentária. Compreende-se por leitura documentária uma modalidade específica no interior do processo global de leitura.

Para compreender esse processo específico de leitura, procuraremos nos apoiar nas características gerais que marcam a leitura de um modo geral, recorrendo à reflexão de alguns autores.

Para Eco (1984, p.99), o texto é, simultaneamente, “*um jogo de estratégia*” que fornece instruções diretivas para que se delineie uma imagem de ‘*leitor modelo*’, e uma “*máquina preguiçosa*” que deixa ao leitor a tarefa de preencher os buracos dos ‘*não-ditos*’, ou seja, uma parte da construção do próprio texto (Eco, 1984, p.97-99). No processo de leitura, o leitor negocia com o texto, aceitando alguns ‘*ditos*’, descartando outros, e preenchendo os ‘*não-ditos*’ a partir de sua experiência. Como um leitor-modelo genérico, ele interpreta o texto a partir de sua enciclopédia particular.

Na visão de Grice, desenvolve-se uma espécie de cooperação entre interlocutores que levam à uma comunicação mais eficiente dependendo da observação de máximas conversacionais: quantidade (volume de informação fornecida pelo locutor ao ouvinte); qualidade (veracidade das informações); relação (propósito da informação) e modalidade (forma pela qual se apresenta o dito quanto à clareza, ausência de obscuridade ou de ambiguidade, brevidade e método) (Grice, citado por Tálamo, 1982).

Vanoye (1991) põe em relevo as informações referenciais – informações enumeráveis, sintetizáveis, brutas, objetivas – cujo reconhecimento na estrutura de organização do texto, auxiliaria a interpretação das mensagens. Verón (1980), por outro lado, mostra que ao se analisar um texto analisam-se pelo menos dois, com isso querendo ressaltar que a significação não se reduz à investigação do conteúdo da mensagem. Pêcheux (1969), por sua vez, fala dos mecanismos linguísticos e não-linguísticos mobilizados na fala, que levariam à consideração do referente, do contexto, da situação na qual se insere o discurso, ou seja, suas condições de produção, ou seja, mecanismos por meio dos quais se daria a significação e o entendimento.

Pode-se propor uma aproximação entre as noções de ‘*estratégia de negociação leitor-texto*’, ‘*princípio de cooperação*’, ‘*identificação de elementos*

referenciais a partir de informações brutas e *condições de produção*, para compreender o processo geral de leitura.

No entanto, a leitura para fins documentários se organiza de forma diferente. Frente ao documento, o leitor-documentalista não se caracteriza como um leitor-modelo, uma vez que não dispõe, necessariamente, de condições para estabelecer com o texto uma negociação. Do mesmo modo, enfrenta, em seu trabalho, textos que não obedecem as máximas conversacionais, e não raramente, como leitor não especialista, tem condições de localizar rapidamente as informações 'brutas' do texto. O leitor-documentalista realiza uma leitura que se enquadra num processo de produção industrial de textos (parafraseando Gardin), não podendo dedicar mais tempo à leitura do que aquele previsto na atividade de indexação de um grande volume de publicações.

Em suma, o leitor-documentalista tem de realizar uma leitura para localizar proposições no texto usando, para isso, estratégias que, além das restrições de sua enciclopédia particular, remete a propósitos oriundos da inserção de seu trabalho num espaço institucional determinado. Segundo Cintra (1987), concorrem à leitura documentária o nível de estruturação do texto (sua qualidade), o conhecimento prévio e as estratégias de leitura, o que vincula o processo de leitura à uma habilidade, à que se somam, segundo nosso ponto de vista, regras específicas relacionadas à normalização dos produtos documentários.

O processo de leitura documentária deve, então, ser apoiado por quadros de referências que levem o profissional a reconhecer o vocabulário das áreas, as formas mais usuais de organização textual, bem como, segundo sugere Cintra, o conhecimento das estratégias de leitura, que compreendem as estratégias cognitivas (processamento automático e inconsciente) e estratégias metacognitivas (processamento consciente). Como ressalta a autora, o autor não prevê o receptor documentalista como seu leitor, razão pela qual o princípio de cooperação, previsto por Grice, é rompido.

Assim, além de sugerir que o profissional documentalista tenha um treinamento específico para o desenvolvimento de estratégias de leitura, é necessário que ele tenha acesso a um quadro de referência que permita a identificação tipológica do texto, conheça profundamente os objetivos institucionais e os perfis dos seus usuários, bem como reúna produtos terminológicos que lhe forneçam referenciais das enciclopédias particulares necessárias à interpretação textual e discursiva (Lara, 1993). De outro modo, esse leitor-documentalista teria de ser, também, um especialista na área de conhecimento ou atividade em que atua.

A leitura documentária produz a síntese documentária, meio para construir a informação documentária.

2.3 Informação documentária: resumo, índice, esquema de organização

A informação documentária é o produto da Análise Documentária, ou seja, a representação (ver) de um texto para fins documentários. Pode assumir diferentes formas, caracterizando produtos documentários distintos, desde os mais simples – listas de palavras retiradas dos textos, ideias consideradas mais relevantes, palavras-chave, unitermos que se apresentam em Linguagem Natural (extração) – até os mais elaborados, como resumos e índices. Na realidade, os produtos obtidos por extração não caracterizam verdadeiramente processos de Análise Documentária, ao contrário dos resumos e índices cuja elaboração requer o uso de procedimentos metodológicos específicos (Lara, 1993).

O resumo é uma representação construída a partir de condensação do texto original (resumo indicativo, informativo, crítico) que apresenta uma relação de contiguidade e semelhança com o texto que lhe deu origem valendo-se, em princípio, dos mesmos elementos do sistema semiótico do texto original. O índice é uma representação obtida por intermediação de uma Linguagem Documentária, espécie de código comutador que tem uma função nos níveis

gramatical e semântico. Neste caso, a condensação é expressa pelos elementos do código de comutação exterior ao texto submetido à conversão e não apresenta necessariamente uma relação de contiguidade e semelhança com o texto original, envolvendo ao menos dois sistemas semióticos distintos: o presente no texto original e o estabelecido pela Linguagem Documentária.

A função do resumo é de substituir documentariamente o documento original; a função do índice por intermediação de uma Linguagem Documentária, além de permitir a substituição da atribuição aleatória de termos de representação, orienta a construção dos pontos de acesso aos documentos num sistema documentário-informacional.

Em ambos os casos – e em especial quando se usa uma Linguagem Documentária – há redução semântica. Os resumos situam-se entre a generalização e a individualização, expressando uma tensão entre os dois pólos: procuram evidenciar o que, no texto, é informação específica, garantindo sobre a generalidade, ou ao que é comum, o particular, o individual. As representações via Linguagem Documentária (ver) caracterizam-se por uma normalização crescente do texto original: são construções desnaturalizadas (Gutiérrez, 1990), sem a articulação que caracteriza a linguagem natural. As representações obtidas via Linguagem Documentária não recuperam informação, mas documentos. Por meio delas busca-se substituir a atividade aleatória de atribuição de termos por unidades de representação cujo significado esteja garantido pelo jogo mútuo de relações internas ao sistema (Lara, 1993).

3 Representação documental

Representação é um conceito complexo, sendo compreendido de modo heterogêneo pela literatura filosófica, sociológica, semiótica e linguística. Seu uso na Ciência da Informação não é menos problemático.

As origens da delimitação do termo se ligam a diferentes modos de conceber a relação entre a representação e o objeto ou fenômeno representado: relação mimética entre representação e objeto/fenômeno representado, conceito subjetivo pertencente à esfera mental ou psicológica, produto de mediação marcado pelas distintas práticas sociais. Às teorias ditas representacionais opõem-se, recentemente, aquelas que questionam a própria idéia de representação como, por exemplo, os trabalhos de Rorty, Maturana e Varela.

Na Ciência da Informação, o termo '*representação*' se aproxima de '*assunto*', '*palavra-chave*', '*descriptor*', '*termo de indexação*', entre outros. Sem que a questão da representação seja efetivamente discutida, há uma certa tendência em utilizar as aproximações sinonímicas para falar da representação do '*conteúdo de documentos*'. O problema da representação está exatamente no fato de que tal conteúdo é, muitas vezes, tomado como algo objetivo que faz parte do documento. Daí a importância de buscar as interpretações do termo representação para procurar precisar seus contornos conceituais no âmbito da Ciência da Informação.

Capurro, filósofo que reflete sobre a Ciência da Informação, sugere reunir sob o título de paradigma representacional todas as concepções que vêem o ser humano como conhecedor ou observador de uma realidade externa, quando a visão do processo de conhecimento parte do princípio de que as coisas são assimiladas pela mente/cérebro através de representações. Nessa perspectiva, opera-se uma separação nítida entre Sujeito e Objeto (Capurro, 1999) e diversos autores reconhecem no pensamento moderno, desde Descartes (com o seu *res cogitans* vs *res extensa*), o predomínio dessa separação.

3.1 A representação na Filosofia

No Dicionário de Filosofia de Ferrater Mora (1982) o verbete '*representação*' enumera aspectos da noção. Para a filosofia aristotélica, a representação se refere à fantasia intelectual ou sensível; para os estóicos, relaciona-se à impressão direta ou indireta; para os escolásticos, à apreensão sensível ou intelectual de um objeto intencional ou representado; em Descartes, a representação se liga à imaginação, em Spinoza à apreensão sensível distinta da conceitual, em Leibniz à perfeição, em Locke e Hume à idéia, em Kant à apreensão geral, intuitiva ou conceitual, em Shopenhauer à forma do mundo dos objetos como manifestações da vontade, etc. Para a Psicologia clássica, representação também é usada em diferentes acepções: equipara-se à percepção e apreensão de um objeto presente, relaciona-se à idéia de reprodução na consciência de percepções passadas (recordações, representações da memória), à antecipação de acontecimentos futuros com base em percepções passadas (equiparando-se à imaginação), ou até à alucinação. Este conceito baseia-se ora nas funções do sentido (visão, som, etc.), ora na forma (representações eidéticas, conceituais, afetivas, volitivas).

Os filósofos fizeram distinções entre representações objetivas e formais (como entre os escolásticos e Descartes), ou relacionaram a idéia à gênese do conhecimento, muitas vezes recorrendo a noções psicológicas. Kant fala em representação para falar de atos de experiência ou para referir-se a estruturas públicas de conhecimento. Filósofos como Wittgenstein, entre outros, falam de representação como modelo ou esquema que daria origem a experiências privadas. Ora a representação é concebida como algo objetivo, ora como subjetivo (Ferrater Mora, 1982).

Filósofos contemporâneos rompem com a tradição cartesiana e kantiana quando enfocam a noção de conhecimento questionando o estatuto das representações enquanto tentativas de cópias da realidade. É o que se verifica quando Rorty (1988) critica Descartes por pretender "*tornar o mundo seguro para as idéias claras e distintas*", e Kant "*de o tornar seguro para as verdades*

sintéticas a priori”, sinal de que essas noções de conhecimento vinculavam-se à exatidão da representação. A idéia teria se originado na filosofia natural que concebe a mente como um grande espelho que contém várias representações. O método para se chegar ao conhecimento se caracterizaria por uma espécie de tentativa de polimento do espelho para que a verdade fosse alcançada (Rorty, 1988, p.135).

A crítica de Rorty à idéia da imagética especular deriva do pensamento do II Wittgenstein, de Heidegger e de Dewey. Partidário de um holismo não idealista, Rorty atribui a noção de representação como espelho à tentativa de buscar a essência e a certeza que, a seu ver, deveria ser substituída por uma racionalidade baseada na conversação e na prática social. Posição próxima à de Rorty tem Boaventura Santos, sociólogo que questiona a coisificação do mundo expressa no pensamento científico moderno através da formulação de objetos teóricos que seriam fruto, em última análise, de uma ciência baseada nos princípios do absoluto ou do *a priori* fornecidos pela filosofia de Descartes, Kant, Hegel e Husserl. (A proposta de Buckland não corroboraria essa visão?)

Na perspectiva acima, a crítica à noção de representação é uma crítica às tentativas de explicação *'adequada'* aos fatos. A Filosofia buscou se afirmar perante a ciência desde Descartes até Kant, sendo o positivismo lógico do Círculo de Viena o momento de clímax dessa procura: a ciência seria o aparelho privilegiado de representação do mundo, do que decorreria a tentativa de buscar uma coincidência entre linguagem e a experiência. A linguagem deveria, portanto, ser unívoca. Dentro, porém, do próprio Círculo de Viena, Wittgenstein realizou sua autocrítica (do que as referências ao II Wittgenstein, ou Wittgenstein tardio), questionando a busca do fundamento absoluto do conhecimento na linguagem, ou mais exatamente no *'jogo da linguagem'*.

De forma semelhante, críticas ao modelo moderno de ciência são realizadas por Feyerabend e Kuhn que, respectivamente através da proposta do anarquismo metodológico e da identificação de crises, inconsistências e contradições no interior da própria ciência, contribuem para questionar a

inteligibilidade do real e colocar em cheque não só os instrumentos metodológicos e conceituais das ciências, como seu próprio privilégio frente às outras práticas sociais.

Para Rorty, as descrições da natureza nunca são feitas a partir de uma matriz neutra, não existindo, assim, relações privilegiadas com a realidade. Por esse motivo, não haveria sentido em buscar um fundamento para a visão de representação, já que elas são feitas sempre a partir de nossas convicções e de nossa linguagem. Por conseguinte, toda visão ou crítica é fragmentária e parcial, não podendo ser afirmada a partir de padrões eternos e estáveis (Rorty, 1988).

Rorty rejeita a separação sujeito/mundo e questiona a idéia da linguagem como meio de chegar à verdade e ao conhecimento. Associa a linguagem ao *a priori* kantiano, questiona a Teoria da Referência na sua ânsia em descobrir como as palavras se relacionam com o mundo, substituindo a noção de conhecimento *como montagem de representações* por uma *concepção pragmática do conhecimento* que elimine “o contraste grego entre contemplação e ação, entre representar o mundo e fazer-lhe frente”. Ao invés da representação enquanto processo privilegiado, Rorty sugere a *prática* como guia para seleção.

“Não seremos capazes de isolar os elementos básicos, exceto na base de um conhecimento prévio da totalidade da estrutura em que estes elementos ocorrem. Por conseguinte, não seremos capazes de substituir a noção de ‘representação exata’ (elemento-por-elemento) pela de realização bem sucedida de uma prática. A nossa escolha dos elementos será ditada pela nossa compreensão da prática, em vez de ser ‘legitimada’ por uma ‘reconstrução racional’ a partir dos elementos (idem, p.250).”

Sua proposta, que para ele levaria a uma filosofia ‘edificante’, ao invés de procurar a verdade, privilegiaria a conversação, desconfiando das verdades objetivas e situando o conhecer no espaço das razões e da capacidade para justificar o que dizemos (Sellars citado por Rorty, 1988). A representação para Rorty está, portanto, estritamente vinculada à sua *justificação*, cuja legitimação é sempre *temporária, local e variável*.

Nenhuma teoria, no entanto, é tão contundente quanto a de Maturana que, ao

rejeitar a separação sujeito/objeto em sua proposta de estabelecer uma continuidade entre o biológico, o social ou o cultural, rejeita a própria noção de representação. Para ele, os seres humanos são sistemas autopoieticos, operacionalmente fechados, determinados estruturalmente na sua interação com o meio ambiente. O real depende do observador, sendo o conhecimento condição da vida na manutenção da interação com os indivíduos e seu meio.

Cristina Magro (1999), seguidora do pensamento de Maturana (e de Varela), associa a noção de representação à *virtus dormitiva*, numa alusão à peça O Doente Imaginário, de Molière, na qual um bacharel responde à pergunta de um doutor em medicina sobre a causa e a razão do ópio fazer as pessoas dormirem: "*Quia est in eo Virtus dormitiva*". Para a autora, a concepção tradicional de conhecimento "*consiste na formação, transformação e manipulação de representações internas, que devem ser adequadas a ou devem adequar-se ao meio*". Essa noção estaria presente no núcleo da resposta à pergunta, integrando o conjunto de concepções que se associam às distinções essência/acidente, objetivo/subjetivo, mente/corpo, garantindo, em consequência, a coerência da explicação.

Segundo seu ponto de vista, e seguindo a proposta da Biologia do Conhecer, de Maturana, não há necessidade de se recorrer à transcendência ou a princípios explicativos para descrever a fenomenologia dos seres vivos. Partilha, assim, da hipótese da organização autopoietica, que afirma que os seres vivos têm uma organização molecular circular e operacionalmente fechada à instrução do meio, sendo determinados por sua estrutura. A adequação comportamental e a congruência com o meio não seriam fruto de forças internas de ajuste, mas resultado da própria história das interações que os seres vivos mantêm ao longo de suas vidas. As interações não seriam feitas a partir de instruções, mas se caracterizariam como perturbações que modulam os trajetos de mudanças estruturais dos organismos com o meio. As descrições dos objetos perceptivos na linguagem seriam configurações de conduta, modos de convivência na linguagem, usados recursivamente na própria explicação da percepção.

Nas palavras da autora (1999),

Não há lugar, nesse modo de ver, para representações de qualquer natureza: não há lugar para os engramas, porque o sistema nervoso nem o organismo são abertos à instrução do meio, nem o sistema nervoso tem condições, enquanto rede neural, de executar as atividades de captação de fenômenos externos, sua computação interna, e a constituição de representações que garantam comportamento futuro semelhante, ou o mapeamento de estímulos a representações já constituídas, como habitualmente se concebe percepção. Não há lugar para representações mentais, pois o espaço dos processos mentais, segundo modo de ver, não se reduz ao organismo, não pertence ao domínio dos processos fisiológicos, embora os processos mentais observáveis no domínio de existência dos seres vivos dependam dos organismos em questão do modo como estão a cada momento. O espaço mental aqui é um espaço de interações realizadas principalmente na linguagem, como modo de viver num recorrente e recursivo entrelaçamento de emocionar e conversar.

O mecanismo explicativo acima recebe o nome de *linguajar e conhecer*, e garantiria a possibilidade de descrição dispensando a necessidade de ver a mente como entidade transcendente repositária de propriedades cognitivas superiores essenciais do ser humano individual. A modulação mútua entre fenômenos do domínio fisiológico e do domínio comportamental (das interações) poderia, segundo ela, ser explicada sem que seja preciso *"postular imagens reais ou teóricas do mundo no interior do organismo, ou como uma entidade psicológica ou mental"*. Os processos mentais ficariam fora do nosso corpo (ou da cabeça) - e aconteceriam no espaço das interações -, como também a linguagem, as intenções e todo o espaço psíquico, *"como redes de conversações nas quais e com as quais constituímos múltiplos domínios de realidades que entrelaçamos através de nossas corporalidades"*. Para a Biologia do Conhecer, portanto, não se pode afirmar que há compartilhamento associado a representações. A atribuição de significado a experiências, assim como a cognição, a consciência, é uma consequência, não um pré-requisito para as interações e para o linguajar. Assim, *"a noção de representação pode e deve ser dispensada"* (Magro, 1999).

A proposta, concebida sob um novo paradigma, difere da abordagem linguística de base estruturalista, embora nas origens dos estudos sobre a língua o caráter representacional estivesse presente.

3.2 A representação na Linguística e nas teorias da linguagem

A idéia de representação como função principal da língua vigorou por muito tempo, marcando as propostas dos gramáticos de Port Royal (1660), para quem ela teria como papel representar o pensamento. A palavra seria espelho, existindo uma analogia com o conteúdo veiculado, espécie de quadro de imitação do pensamento. O poder representativo do pensamento estaria na organização do enunciado, e não na materialidade da palavra, relacionando estruturas gramáticas a estruturas intelectuais, como cópia. A língua, nesta condição, seria um sistema imutável que conciliaria as funções de comunicação e representação. A representação seria um meio para a comunicação.

A conciliação entre as funções de comunicação e representação foi questionada pela gramática comparada (séc. 19, primeira metade do séc. 20), que afirmou a impossibilidade da língua representar o pensamento dado o seu desgaste com o uso na comunicação (Ducrot & Todorov, 1988). A preocupação com a relação língua/pensamento é substituída pelo estudo comparativo das línguas.

A superação dessa visão é obra de Saussure, para quem a linguagem é fundamentalmente, e não por acidente ou degeneração, um instrumento de comunicação. Supera-se, assim, a idéia da desorganização progressiva da língua e, principalmente, a relação entre língua e estrutura do pensamento. Saussure considera que o pensamento, antes da língua, é uma massa amorfa, uma nebulosa, e refuta a idéia de uma lógica do pensamento que a língua deveria imitar ou representar, como da ligação entre os elementos gramaticais da palavra e a unidade do ato intelectual que submeteria a experiências às formas *a priori* do espírito; “... a língua não pode ter outra função salvo a de comunicação” (Saussure, citado por Ducrot & Todorov, p.25-26). As unidades da língua se articulam em sistema, arranjo sistemático de partes e, como consequência, os elementos linguísticos não têm realidade independentemente do todo ou sistema. Não existe, nessa concepção, diferença entre dados (da língua) e fatos (da língua), uma vez que as entidades linguísticas só são

determinadas no interior do sistema. O valor das unidades é relacional, o que substitui a noção positivista de fato linguístico pela de relação (Benveniste, 1991). Não se procuram as causas de cada elemento e nada significa por vocação natural, mas em função do conjunto, a partir de relações de dependência e solidariedade.

Verifica-se, assim, que a Linguística saussuriana não aborda a representação na perspectiva da oposição sujeito/objeto, mas como uma oposição endógena ao sistema da língua. Dito de outro modo, a representação não é uma noção operacional para a linguística, mas sim a de valor, contrariamente às semânticas realistas e pragmático-positivistas que pressupõem anterioridade das idéias às palavras.

“As idéias são contemporâneas das palavras que as exprimem... a língua só funciona como instrumento de comunicação quando funciona ao mesmo tempo como instrumento de construção do saber a ser comunicado” (Lopes, 1997, p.104).

Consequentemente, só seria possível falar em caráter representacional da língua na abordagem da relação língua/cultura. *“Uma língua é o seu resultado ou sùmula; o meio para ela operar; a condição para ela subsistir”* (Mattoso Câmara, 1969, p.22 apud Lopes, 1987, p.21). A tese, conhecida como de Sapir-Whorf, propõe que cada língua “recorta a realidade” de um modo particular (Whorf citado por Lopes, 1987), contradizendo a idéia de que as línguas espelham a realidade ou pretendam imitá-la, ou constituam tentativas de cópias exatas da realidade. As línguas expressam modos distintos de organização da realidade, intimamente ligados a experiências particulares.

Na visão de Lopes, como na dos pensadores estruturalistas, a relação homem-mundo é mediada pelo pensamento, e a relação entre os homens é mediatizada por signos, que são “suportes materiais da comunicação entre pessoas” ou *“meio pelo qual se exprime a relação entre o homem e o mundo que o cerca”* (Lopes, 1987, p.16). Essas mediações explicam a condição da linguagem como sistema modelizante. Enquanto sistemas semióticos, as línguas, como as linguagens, são também modalizáveis, deixando-se traduzir reciprocamente.

3.3 A representação na Biblioteconomia e na Ciência da Informação

A literatura da Biblioteconomia e da Ciência da Informação mais recente não usa frequentemente o termo '*representação*', embora um sentido próximo seja referido para se reportar à informação ou aos sistemas de informação. As interpretações subjacentes variam:

a) seguem a teoria dos modelos mentais e advogam, conseqüentemente, uma tendência individualista de ver as questões da informação ressaltando mais os seus efeitos nos sujeitos isolados:

- representação é um sinal a ser decodificado que pressupõe uma relação unívoca entre emissor e receptor (interpretação clássica);
- algo que leva à alteração de um estado cognitivo ou mental do usuário (Brookes), que pode alterar um estado anômalo de conhecimento e responde a uma necessidade (Belkin) ou a uma situação problemática (Wersig), ou ainda que responde a um sujeito cognoscente que é o usuário (Ingwersen) (cf Capurro, 2003).

b) seguem a abordagem semiótico-linguística:

- representação é uma construção resultante do processo de Análise Documentária (ver), que tem em vista objetivos pragmáticos de facilitar a organização e a recuperação da informação (Gardin e Grupo Temma). Caracteriza-se por apresentar, sob forma condensada, os textos submetidos à análise que integram um sistema documentário; sua abordagem é objeto da Lingüística Documentária (ver);

c) seguem uma abordagem semiótica baseada na Filosofia da Linguagem;

- a descrição de assuntos é caracterizada pelo uso de palavras de uma maneira particular em certos tipos de situação;

d) seguem a abordagem da análise de domínio:

- referem-se às formas pelas quais a Ciência da Informação se reporta às diferentes comunidades discursivas (Hjørland & Albrechtsen, 1995; Hjørland, 2002), no âmbito da 'análise de domínio' que se interessa pelo estudo das

relações entre os discursos frente às possíveis perspectivas das diferentes comunidades de usuários.

Abordaremos em particular a segunda tendência.

Em nosso entendimento – e na ótica da Linguística Documentária (ver) – a representação é uma construção de natureza linguístico-semiótica que se apóia nos objetivos institucionais e na linguagem e terminologia dos discursos dos sujeitos sociais. Posto de outro modo, são mobilizados em especial os estudos sobre a linguagem quando se fala em representação.

Nossa abordagem se aproxima daquela da análise do discurso que, oriunda do estruturalismo, integra ao seu desenvolvimento a perspectiva do ato de linguagem. Seguindo Charaudeau (2008), essa perspectiva não corrobora a interpretação do ato de linguagem como produzido por um emissor-receptor ideal em uma circunstância de comunicação neutra. Ao contrário, todo ato de linguagem não esgota sua significação em sua forma explícita, sendo produzido por um emissor determinado num contexto sócio-histórico específico. O ato de linguagem é um objeto duplo que comporta diferentes leituras, levando em conta um explícito (manifestado) e um Implícito (lugar de sentidos múltiplos, dependentes das circunstâncias de comunicação). Charaudeau afirma que a competência dos seres da fala é múltipla e não reside na aptidão de representar o mundo, mas na aptidão para significar o mundo, considerando o contexto sócio-histórico e as relações entre emissor e receptor.

Para Charaudeau, algumas teorias consideram que a linguagem é um fenômeno representativo da organização do mundo, tendo por objetivo saber *do que* fala a linguagem: “*qual é o mundo já organizado que se encontra por trás da linguagem*” (Charaudeau, 2008, p.19). Esta visão remete a um ponto de vista ontológico – o mundo está entre nós e teríamos de descobri-lo. Outras teorias, para as quais a linguagem é um fenômeno que acontece na circunstância particular que a produz (testemunhando o mundo e as condições que orientam a sua construção) objetivam saber *como* fala a linguagem, ou

seja, “*como a significação é significada*”. Pressupõem, então, que o sujeito está no centro da linguagem. Disso deriva uma teoria do discurso que não remete a significações prévias ou a um mundo que teríamos de decifrar. As duas atitudes – uma que tem uma concepção da linguagem-objeto-transparente e se interessa por *do que* nos fala a linguagem; outra, que se caracteriza por ter uma concepção de linguagem-objeto-não transparente e se interessa por *como* nos fala a linguagem – são ambas necessárias no campo semiolinguístico, integradas na mesma problemática. O ato de linguagem, assim, deve ser concebido como conjunto de atos significadores que falam o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão:

“o Objeto de Conhecimento é o do que fala a linguagem através do como fala a linguagem, um constituindo o outro (e não um apos o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação. Assim, uma análise sociolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade” (Charaudeau, 2008, p.20-21).

As questões contextuais já haviam sido colocadas por Hjelmslev, para quem

“não existem significações reconhecíveis outras que não as significações contextuais. Toda grandeza, e por conseguinte, todo signo, se define de modo relativo e não absoluto, isto é, unicamente pelo lugar que ocupa no contexto” (Hjelmslev, 1975).

O contexto a que se refere Hjelmslev, no entanto, é o sistema da língua.

A natureza semiótica da representação tem, em Peirce (1977, p.61), a principal referência. Para Peirce, representar significa “*estar em lugar de, isto é, estar numa relação com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse o outro*”. A abordagem peirceana é importante para a Ciência da Informação quando se discute a questão da comunicação documentária (ver), tema que trabalharemos em outro capítulo.

Do que foi dito, podemos ver a noção de representação em Ciência da Informação como uma hipótese, cujo objetivo é propor substitutos funcionais de

um documento com o intuito de integrá-lo a um sistema de informações visando facilitar sua busca. Isso explica porque, mesmo na presença de métodos (e políticas de indexação), as representações de um documento possam variar de um documentalista para outro: a despeito do método a partir do qual procura-se assegurar uma pequena variação e um sistema de informações coeso e coerente, não há como controlar plenamente a subjetividade dos indexadores. Dito de outro modo, a representação documentária é uma construção e, necessariamente, depende de sua inserção sócio-institucional.

Conceber a representação como uma hipótese de leitura implica a impossibilidade de afirmar, de modo absoluto, qual é o conteúdo do documento. Assim, a representação é o resultado de uma escolha pragmática, não isenta, construída em função de objetivos, razão pela qual qualquer sistema de informação requer a definição de sua finalidade.

Coyaud (1966, P.123) se refere à função de representação quando define a Análise Documentária como *“tradução de textos escritos em língua natural para sua representação em uma linguagem documentária”*. Para Gardin (1970, p.631-632), representação é um termo empregado para designar o produto da Análise Documentária resultante de uma operação semântica que transforma um texto original em uma ou várias palavras-chave, ou ainda, paráfrases formuladas em termos diferentes, pressupondo a existência de uma metalinguagem autônoma. Tem-se uma representação quando os procedimentos de Análise Documentária envolvem a utilização de *“descritores”* que, diferentemente dos métodos de tabulação, não pertencem necessariamente à linguagem dos textos estudados (Gardin, 1973b, p.70).

O produto da Análise Documentária constitui a informação documentária (ver), ou seja, um tipo de representação construída com a finalidade de substituir um texto num sistema documentário-informacional ou dar acesso a ele por meio de indicadores. Dentre os vários tipos de representação documentária destacam-se o resumo e o índice, cuja elaboração mobiliza procedimentos e níveis diferentes de generalização. O resumo, mantém uma relação de contigüidade e

semelhança como texto original; o índice, solicita a intermediação de uma Linguagem Documentária.

O processo de representação constitui o que se denomina análise documentária, atividade metodológica que compreende a leitura documentária (ver), a identificação das categorias temáticas do documento e a seleção dos conceitos considerados mais importantes para a recuperação do documento. A cada documento analisado atribui-se uma ou mais representações, dependendo da complexidade do documento e da política de indexação adotada pelo sistema de informações. Assim, as representações documentárias são versões sintéticas dos documentos e, embora não os substituam, sinalizam para o seu conteúdo. Do ponto de vista do processo de análise documentária a representação é feita documento a documento; já do ponto de vista do sistema de informações ao qual ele será integrado, a representação não é individualizante, mas remete à classe de documentos que compartilham daquela representação.

Na história dos instrumentos de representações documentárias verifica-se uma relação entre as categorias adotadas para a organização e a história das idéias. No início do século XX pode-se destacar os sistemas de classificação bibliográfica fundadas nas classificações do conhecimento – como o Dewey Decimal Classification e a Classificação Decimal Universal, baseadas na divisão do conhecimento feita por Bacon que, usando enumeração e dedução, associam a indução baconiana à classificação aristotélica, o que gera amálgamas no interior dos sistemas. Na década de 30, a Colon Classification, de Ranganathan, propõe um sistema que privilegia categorias (aristotélicas) de pensamento, dispondo disciplinas ou formas de agregação canônicas segundo aspectos que constituem manifestações dessas categorias. Seguem a Colon Classification as propostas do Classification Research Group que, na década de 50 produziu classificações facetadas, mais pragmáticas e voltadas a universos específicos – em geral, relacionados à necessidades de organização de documentos da indústria. Tais classificações optam pela proposta facetada oriunda de Ranganathan adequando as categorias às especificidades das

áreas focalizadas. Por sua vez, as classificações facetadas dão origem aos Tesouros que são, de um modo geral, focados em temáticas específicas. Correspondem ao surgimento dos tesouros as primeiras metodologias de construção de instrumentos de representação. Essas metodologias são aperfeiçoadas, a partir da década de 90 do século XX, com o auxílio da Terminologia teórico-metodológica e concreta, alterando o quadro empírico de seleção dos termos e definição de categorias não contemplada de modo eficiente pelas metodologias de construção de tesouro. As categorizações e definições passam a corresponder, então, àquelas privilegiadas pelas áreas temáticas (do conhecimento ou de atividades), do que podem derivar variações na proposta de organização lexical e semântica de universos semelhantes. Observe-se, no entanto, que as terminologias não se referem explicitamente às operações de categorização, tema perseguido pela Documentação desde a década de 60 (Gardin, 1973a; Grolier, 1962; Dahlberg, 1978).

Mais recentemente, as ontologias, originárias da Ciência da Computação, têm sido estudadas procurando-se estabelecer suas relações de semelhança e diferença com os tesouros. Mas os dois instrumentos têm origens e propósitos distintos: as ontologias são instrumentos que, a partir da descrição dos atributos dos objetos e de suas relações, funcionam como bases de conhecimento tornando explícitos os conceitos e as relações entre eles para possibilitar a comunicação entre máquinas, razão pela qual são altamente formalizadas. Os tesouros têm como base os mesmos princípios de organização dos conceitos – já que as áreas-fonte são as mesmas – mas não têm uma formalização no mesmo nível. Visam a indexação e a recuperação de documentos e explicitam suas definições apenas a partir dos recursos de superordenação, subordinação, associação e equivalência. As ontologias são utilizadas para a modelagem de universos de objeto usando linguagens específicas – por exemplo, OWL, a linguagem do *Protegé* (<http://protege.stanford.edu/>) – para especificação formal dos atributos e de suas relações. A modelagem é um dos objetivos da Terminologia, conforme demonstra a norma terminológica ISO 704 que é, hoje, utilizada para a construção de Tesouros em associação com a norma documentária específica,

a ISO 2788. Em termos de representação, portanto, não é o instrumental de apoio à especificação das regras de uso que determinam a categorização, mas as fontes a partir das quais os instrumentos são concebidos. De qualquer modo, a forma estrutural de ambos – ontologias e tesauros – não deixa de reforçar uma maneira lógica de organizar os conceitos.

Em se tratando de representação, é importante citar, também, o trabalho de Blair (1990), cuja proposta se organiza numa linha diferente daquela que vimos expondo. Sua proposta tem como base a associação das reflexões do II Wittgenstein e a Semiótica. Para o autor, a construção de ‘*subject descriptions*’ é um ato claramente linguístico que se caracteriza simplesmente pelo uso de palavras de uma maneira particular em certos tipos de situação.

A concepção das descrições de conteúdo remete às Formas de Vida (*Forms of Life*) e aos Jogos de Linguagem (*Language Games*) de modo a levar à compreensão através *do olhar* para exemplos específicos de como as palavras são usadas em atividades ou contextos específicos. Parte do pressuposto que os tipos de atividade são caracterizadas por jargões e linguagem, e a familiaridade com tais atividades é que orientam a descrição dos assuntos.

Seguindo Wittgenstein, Blair não diz formalmente o que é uma descrição de assuntos, sugerindo adotar a perspectiva de que existem relações multivariadas entre as palavras: correspondências, traços que aparecem e desaparecem, similaridades, ou seja, ‘*semelhanças de família*’. Os jogos, assim, formariam famílias. Critica, seguindo o mesmo autor, nossa obsessão pela generalidade, ou a tendência de procurar coisas comuns entre as entidades. Transpondo a situação para analisar a questão das representações de assunto,

Blair sugere que na procura de traços gerais do processo de busca por assunto são mais significantes o jargão ou gíria de uma atividade na qual o pesquisador está participando, o grau de exaustividade desejado, o tamanho da coleção de informação/documentos da qual o material sobre o assunto será selecionado. Segundo ele, os sistemas tradicionais de recuperação da informação não são

sensíveis ao jargão e supõem que um vocabulário controlado seja suficiente para julgar como representar o conteúdo de um documento.

Para o autor, a atividade de indexação seria um processo linguístico sujeito às mesmas tendências e regularidades dos processos naturais, governados pela semiose ilimitada. Para enfrentar a semiose ilimitada Blair pondera que há um número ilimitado de documentos para os quais uma simples descrição de assunto poderia ser usada, e que há um número ilimitado de descrições de assunto que poderiam ser utilizadas para representar qualquer documento. Vê-se, assim, que ele aborda a questão da semiose apenas do ponto de vista da recuperação, sem entrar no debate sobre a recepção.

A abordagem de Blair tem o mérito de reconhecer que a indexação tradicional supõe que a descrição de assunto (representação) tenha um significado claro e definível e que um documento tem um assunto simples que pode ser representado por um pequeno número de descrições. Essa visão se aproxima da que propomos no que tange ao questionamento da noção de conteúdo de um documento como algo perfeitamente identificável que não varia conforme o uso desse documento em contextos específicos.

Diferentemente do autor que rejeita a necessidade de definições, acreditamos que elas expressam entendimentos contextuais correspondentes aos usos validados socialmente, como nas terminologias. De certo modo, o uso dessas referências validadas nas comunidades discursivas atenderia ao que Wittgenstein sugere como familiaridade com as formas de vida e com sua linguagem. Concordamos com Blair quando ele afirma que nem sempre os usos são completamente passíveis de serem circunscritos por uma definição – caso das áreas em formação ou transformação – muito embora ele esteja se referindo, muito provavelmente, ao conceito clássico de definição (o aristotélico), o que não é o caso do parâmetro das novas linhas teórico-metodológicas da Terminologia. A maior diferença entre nossa proposta e a dele está em propor os *Jogos de Linguagem* na ausência de um reconhecimento mais explícito das características comunicacionais da representação da informação.

4 Linguagem Documentária

4.1 Definições e designações da Linguagem Documentária

Muitas são as definições de Linguagem Documentária encontradas na literatura da Documentação. Embora exista variação, há concordância sobre sua função primordial: funcionar como instrumento para a representação e a recuperação da informação. As maiores diferenças são relativas às designações que, por seu turno, correspondem ao entendimento do instrumento de representação: seguindo o modelo europeu, desde Gardin, Linguagem Documentária (*langage documentaire*) é o termo mais adotado; linguagem de indexação (*indexing language*), segundo o modelo americano. Essas designações refletem, respectivamente, conceitos subjacentes a duas outras linhas de trabalho e reflexão: análise documentária (ver) (*analyse documentaire*), no modelo europeu, e indexação (*indexation*), no caso americano. Ressalte-se, entretanto, que o termo indexação é, também, correntemente utilizado pela literatura européia.

Dodebei (2002) enumera as distintas designações conferidas ao conceito: linguagens documentárias (Gardin, Coyaoud e, acrescentaríamos, Chaumier); linguagens de indexação (Melton); linguagens descritoras (Vickery); codificações documentárias (Grolier); linguagens de informação (Soergel); vocabulários controlados (Lancaster); lista de assuntos autorizados (Montgomery); . linguagens de recuperação de informação; linguagens de descrição da informação, atribuindo as causas dessa variação a diferentes orientações teórico-metodológicas relacionadas ao entendimento do que é informação, à delimitação de seus objetos de análise (assunto, informação, descritor), à estrutura de representação (código, linguagem, vocabulário, lista). Tais diferenças terminológicas também estariam relacionadas aos níveis de abordagem da representação documentária (ver) (ou ao foco privilegiado): objeto de análise, processos, produtos, instrumentos de representação.

Na linha que adotamos, seguindo Gardin, utilizamos o termo Linguagem Documentária para ressaltar, assim, o caráter de linguagem usada no

instrumento de intermediação nos sistemas informacionais. Observamos, no entanto, que o adjetivo 'documentária' (ou documental) é excessivamente relacionado aos sistemas formais da Documentação – sistemas documentários, bases de dados informacionais – gerando problemas para a caracterização dos produtos informacionais contemporâneos, como por exemplo, o uso da Linguagem Documentária na arquitetura da informação, na organização de estruturas de informação em meio eletrônico e digital, etc (Lara, 1999; 2002; 2004). Do mesmo modo, a tendência de se caracterizar a Análise Documentária e as atividades similares que tratam da questão da representação da informação (análise de assunto, descrição de assunto, indexação etc.) no âmbito da Organização da Informação e do Conhecimento (correspondente à sigla KO, *Knowledge Organization*, em inglês, conforme sistematização apresentada na revista *Knowledge Organization*, v.3, n.2/3, 2008), pode implicar a possibilidade de substituição do termo Linguagem Documentária pela designação genérica '*instrumentos de organização da informação*'. Neste texto, manteremos a denominação tradicional deixando para outra ocasião a discussão dessa possibilidade.

Para compreender o conceito de Linguagem Documentária é preciso verificar que, na sua base, está o conceito de ordem e ponto de vista. Os critérios de organização devem partir do pressuposto de que a interpretação e a compreensão são adesivas, ou seja, pressupõem vínculos. Os vínculos, por sua vez, são de ordem lógico-cognitiva, linguístico-comunicacional e pragmática.

Segundo critérios lógico-cognitivos, considera-se que a compreensão mobiliza o reconhecimento por semelhança (vínculos estáveis) – dedução, indução, generalização e categorização – e por associação espaço-temporal (vínculos circunstanciais). Na ótica dos critérios linguístico-comunicacionais, considera-se que a significação é contextual, devendo ser observada a partir do sistema em que é gerada, bem como da situação em que acontece. Do ponto de vista dos critérios pragmáticos, fica em evidência a função da informação e, de modo correlativo, o reconhecimento de princípios compartilhados, de enciclopédias

locais e da experiência colateral. São recursos para prover os requisitos pragmáticos, as referências das comunidades discursivas, ou seja, a forma como os universos temáticos são mais consensualmente organizados por elas, bem como a segmentação que operam nas linguagens de especialidade (terminologias).

Toda ordenação, portanto, mobiliza operações de ordenação que têm origem em padrões ou hipóteses de organização. A explicitação dessa ordenação num plano de classificação da Linguagem Documentária é realizada a partir de estruturas de relacionamento. □O fundamento do relacionamento dos termos, quer do ponto de vista lógico, como linguístico ou pragmático, é que só o relacional é explicativo. Por meio dos relacionamentos os termos são reunidos, ordenados por superordenação e subordinação, coordenados e colocados em correspondência associativa. Ao relacionar os termos parte-se do princípio que um termo não comporta significação nele mesmo. A significação supõe necessariamente a existência de relações, que coordenam duas ordens de experiência: a ordem observacional e a ordem conceitual.

Quanto mais os instrumentos de classificação e indexação têm as características acima, mais se aproximam da caracterização de uma linguagem, muito embora comumente todos eles sejam agrupados sob a denominação 'Linguagem Documentária'. Nessa perspectiva, identificamos basicamente, três tipos de instrumentos documentários: as classificações bibliográficas, as listas de cabeçalho de assunto e os tesauros. Ficam fora dessa classificação as listas de palavras feitas por extração, por não possuírem qualquer ordenação.

As classificações bibliográficas são, de um modo geral, baseadas em classificações filosóficas e, por esse motivo, compreendem todo o universo do conhecimento. A quase ausência da preocupação de organizar todo o conhecimento hoje, na filosofia, torna raras as propostas documentárias de classificação enciclopédica (à exceção da proposta de Dalhlberg, 1978, *Ontical structures and universal classification*). As listas de cabeçalho de assunto são

produtos mais pragmáticos, que arrolam termos, realizam pré-coordenação entre eles e propõem algumas relações entre os cabeçalhos. Sua base é a garantia literária, ou seja, as publicações efetivamente editadas. Os tesouros, por sua vez, focam domínios especializados, organizando os termos em redes paradigmáticas que abrangem relações hierárquicas, não-hierárquicas (ou associativas) e relações de equivalência, segundo uma definição inicial (hipótese de organização, ponto de partida, interpretação).

Cada Linguagem Documentária determina, a seu modo, a leitura dos documentos a serem indexados.

4.2 Funções da Linguagem Documentária

A Linguagem Documentária desempenha inúmeras funções. A principal delas é a função comunicacional, por meio da qual se realiza a intermediação entre linguagens. Analisada a partir das funções da linguagem proposta por Jakobson, pode-se dizer que a Linguagem Documentária tem uma função referencial (na terminologia de Jakobson, ou de representação, na terminologia de Buhler, cf Lopes, 1987), cuja discussão não pode ser feita fora do universo da linguagem (Lara, 1999); Do ponto de vista da filosofia, essa função não pode ser compreendida como uma relação de espelhamento entre a coisa ou fenômeno representado e a representação.

A Análise Documentária relaciona o conceito de representação ao resultado das operações de análise e síntese do conteúdo de textos com o objetivo do que convencionalmente se entende por *'transferir'* informação. Porém, uma vez que o conteúdo não é algo perfeitamente identificado, mas resultado de uma escolha institucional, a representação deve ser compreendida como construção, *"organização em si"* (Barreto, 1994) que é oferecida para interpretação. Assim, a Linguagem Documentária não exerce transferência da informação no sentido lato do termo, mas uma possibilidade interpretativa.

A possibilidade de criar vínculos com os usuários para desencadear uma

produção interpretativa põe em destaque outra função: a metalinguística. Dirigindo-se ao código, essa função reforça a anterior, a referencial, mas também focaliza o sentido provável da mensagem, ou seja, a função poética. Não se pode afirmar, no entanto, que a Linguagem Documentária exerça a função poética, muito embora do ponto de vista do processo sótico, nada impeça de considerar que a mensagem documentária desencadeie associações previstas e não previstas pelo código metalinguístico. Dito de outro modo, ela pode desencadear interpretantes que, no discurso científico e técnico, mais do que mobilizar referências individuais, trazem à tona referências compartilhadas pela comunidade discursiva a que corresponde. A Linguagem Documentária, assim, apresenta-se como uma espécie de combinatória (no sentido de Greimas) que apresente possibilidades de interação, combinando referenciais da área de conteúdo foco e referenciais de crenças dos usuários. Disso resulta uma hipótese de organização que, formalizada, concretiza vínculos de significação.

A função metalinguística depende, também, do estatuto de *estrutura significante* (Barreto, 1994) da Linguagem Documentária, ou seja, da sua condição de se referir simbolicamente. A Linguagem Documentária é, deste modo, simultaneamente, sistema de organização e forma de comunicação (Tálamo, 1997).

Todas essas funções particulares permitem afirmar que, globalmente, a Linguagem Documentária desempenha a função de mediação e de comunicação documentária (ver).

Observe-se todavia, que a linguagem, de um modo geral, é uma instância de mediação entre o homem e mundo. As diferentes práticas sociais se organizam para expressar as culturas através de códigos, sistemas de signos que permitem a aprendizagem, a conservação, a transformação e a transmissão da cultura. *"Assim como o signo não é o objeto ou coisa que ele representa, a linguagem não é o mundo; ela é, apenas, um saber sobre o mundo, capaz de fazer-se intersubjetivo e de relacionar consciências"* (Lopes, 1987).

Uma Linguagem Documentária não se traduz como instância mediadora pela simples presença de expressões retiradas dos documentos, mas requer a organização de suas unidades de forma a configurar determinados significados.

Os operadores de sentido, mecanismos que possibilitam a mediação e a interpretação são, no caso da Linguagem Documentária, constituídos de forma complexa, pois têm sua origem na articulação de distintos códigos:

- a) o código da língua,
- b) o sub-código relativo ao domínio-objeto,
- c) e o sub-código da Ciência da Informação.

O código da língua remete a um saber prévio, implícito, condição primeira para que se realize a comunicação. É preciso ter domínio da língua na qual o sistema é formulado. Os sub-códigos do domínio-objeto (das áreas de atividade, saber ou especialidade) remetem a significados particulares: uma palavra que tem, na língua geral, inúmeros sentidos, ganha um significado preciso e definido no seio de uma linguagem de especialidade através de um sistema de conceitos particular. O sub-código da Documentação, por sua vez, caracteriza-se como o modo próprio como são efetuados os recortes nas áreas de especialidade e na linguagem natural, transformando as unidades desses dois códigos em unidades de informação, expressos em Linguagem Documentária: a delimitação de tais unidades depende de objetivos institucionais, onde se incluem as necessidades do usuário para o qual o sistema se dirige.

Tais parâmetros configuram relações de isotopia em especial com os domínios temáticos visados, o que permite que a Linguagem Documentária funcione no processo de representação e na interface com os usuários.

Porém, como ressalta Granger (1974, p. 139), *“toda linguagem formalizada (...) não é mais exata ou exclusivamente uma linguagem, sobretudo se dela for retida sua função de comunicação”*. Para o autor, as linguagens formalizadas são difíceis de memorizar, e o que elas ganham em rigor, perdem em eficácia,

tornando sua função comunicativa apenas virtual. Essa condição se deve ao fato de que, em primeiro lugar, elas não têm uma ‘segunda’ articulação: o sentido de suas expressões

“é diretamente embreado no sistema de sintagmas que corresponde ao primeiro nível de articulação das linguagens naturais e, em segundo lugar, porque “as línguas formais ignoram os símbolos de ‘embreagem’ numa experiência vivida”,

remetendo apenas a uma combinação de regras simbólicas que constitui seu ‘objeto’ no sentido de Peirce (Lara, 1993, citando Granger, 1974, p. 11).

Embora a Linguagem Documentária não se caracterize totalmente como uma linguagem artificial, não deixa de ser uma linguagem construída, razão pela qual sua função comunicativa sofre as restrições das linguagens formais.

Para Gutiérrez (1990),

“o processo documental se inscreve na comunicação humana através de documentos. Análise e linguagem utilizam o adjetivo ‘documental’¹ como matização do suporte material dos discursos e textos observados. Mas estes são produzidos em LN e portanto, deve caminhar-se para a ‘naturalização’ de todos os elementos e normas da Linguística Documental”

se se quiser manter sua função comunicativa. O autor observa, também, que *“Trabalhamos com vocabulários, normas e sistemas fechados, frente ao caráter aberto da linguagem natural”* (Lara, 1993,p.67, citando Gutiérrez, 1990, p.26-27, p.31).

A Linguagem Documentária não tem a ‘embreagem’ na experiência vivida, observada por Granger, uma vez que suas expressões, originárias da Linguagem Natural, são isoladas dos textos de origem. Por consequência, perdem as referências de interpretação e não raras vezes têm suas unidades interpretadas equivocadamente por meio de equivalências lexicais, o que transforma a Linguagem Documentária em nomenclatura, tornando inúteis os

---

¹ Tradução livre do original em espanhol. Note-se que mantivemos o original ‘documental’, muito embora sua tradução ao português comporte também ‘documentária’, como vimos utilizando.

produtos documentários enquanto veículos de informação. Ao realizar uma correlação palavra no texto, palavra na Linguagem Documentária, realiza-se uma implicação falsa, sem referente material, que acaba não informando nada (Lara, 1993).

Sob outra ótica, a embreagem para a interpretação depende de vínculos de significação. Para Baitello, os processos comunicacionais são caracterizados por trocas que vinculam e desvinculam. Os vínculos remetem às palavras ‘agregar’ e ‘segregar’ que são conceitos opostos com um único âmago. No sentido original latino, *grex*, *gregis*, remetia a ‘rebanho’, nascendo do próprio conceito de coletivo as operações opostas de agregar (acolher) e segregar (separar, discriminar, marginalizar). Por mais que possa parecer contraditório, afirma o autor, um rebanho, um agrupamento social e até uma sociedade, constitui-se simultaneamente agregando e segregando, duas mãos de direção de uma operação construtiva que se funda em processos de emissão e recepção. As trocas que vinculam são aquelas que têm ou criam elos simbólicos ou materiais, base e um espaço comum de comunicação. Sob essa perspectiva, o campo da informação seria um campo de tensões constituído por operações de vincular e desvincular, sendo a ambivalência parte constituinte do processo (Baitello Jr., 1994, citado por Lara; Camargo & Rocha, 2002).

No âmbito documentário, os vínculos são necessariamente expressos em linguagem, e a linguagem só funciona como instrumento de comunicação se funcionar simultaneamente como meio para a construção do saber comunicado (Lopes, 1987, citado por Lara, 2003; Lara, 2008). A compreensão da linguagem e a construção do conhecimento, por sua vez, pressupõe a aprendizagem das linguagens de assuntos específicos.

Como afirmou Sager (Cabré, 1993, p.14), ‘*estudiar una material equivale a aprender los lenguajes de esa materia*’, o que equivale a dizer que são as visões específicas das áreas de conhecimento ou de atividade que permitem a compreensão. Os vínculos, materializados nas expressões de uma Linguagem

Documentária, ao ter referência nas linguagens especializadas – e em suas terminologias – permitem que a comunicação se realize com possibilidade de interpretação diferente daquela que ocorre em face à interpretação viabilizada pela linguagem comum ou natural. Na Linguagem Documentária, o conhecimento da linguagem de especialidade tem de estar expressa de modo organizado e estruturado, evitando, com isso, que as suas unidades sejam mal compreendidas por meio de processos de simples equivalência lexical.

O encaminhamento da solução do problema da integração de elementos para a ‘embreagem’ na Linguagem Documentária para garantir a comunicação e a interpretação, pode ser relacionada àquilo que Eco afirma como *‘linguagem L em formato de enciclopédia’*, como uma linguagem que “*de algum modo contenha entre as próprias regras de significação instruções pragmaticamente orientadas*” (Eco, 1991, p.76). A noção de enciclopédia semântica considera a impossibilidade de realizar representações no âmbito tradicionalmente considerado linguístico. Para o autor, a base da construção de uma linguagem enciclopédica se assenta na *‘definição’* semântico-pragmática. O autor, porém, não propõe claramente como ela poderia ser formulada, restringindo-se a afirmar que, enquanto postulado semiótico, sua concretização só se dá por meio de *‘enciclopédias locais ou parciais’* (p.113).

Segundo nossa interpretação, tais enciclopédias locais ou parciais correspondem, a seu modo, ao conjunto de informações conceituais relativas às áreas de especialidade ou atividade. A Terminologia, como campo de estudos que tem como objeto o discurso, observa as terminologias específicas, que nada mais são do que palavras efetivamente utilizadas e, portanto, elementos que podem ser considerados os ‘embreantes’ da significação. Ao incorporar as referências das terminologias, a Linguagem Documentária provê elementos concretos para a interpretação e para a comunicação oriundos dos universos discursivos.

4.3 Linguagem Documentária: origens teóricas e desenvolvimento

A concepção da Linguagem Documentária tem sua origem em Gardin. Para ele, uma Linguagem Documentária é um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de representação ou busca retrospectiva de informações. Uma Linguagem Documentária deve integrar três elementos fundamentais: um léxico, ou lista de elementos descritores devidamente filtrados e depurados; uma rede paradigmática para traduzir certas relações essenciais e, geralmente estáveis, entre descritores (rede lógico-semântica que corresponderia ao que, *lato sensu*, poderíamos chamar de classificação); e uma rede sintagmática, para expressar as relações contingentes entre os descritores, relações essas que, diferentemente das relações paradigmáticas, são válidas apenas no contexto particular onde aparecem. Dito de outro modo, as relações ditas sintagmáticas entre os termos permitem coordenar termos para expressar um tema (Gardin e outros, 1968).

Outra característica conferida por Gardin (1973) à Linguagem Documentária é a de constituir-se como metalinguagem, reunindo unidades lexicais (símbolos designando noções ou conceitos) e convenções sintáticas para a expressão das relações lógicas presentes nos textos em Linguagem Natural (Gardin, 1970, p.632), outra maneira de afirmar o que foi dito anteriormente. A Linguagem Documentária exerce a função de normalização, inexistente como tal caracterização nas Linguagens Naturais, operando semanticamente no tratamento de sinonímias, homotaxias, homografias, polissemias etc.

Em outros textos, Gardin afirma que as relações semânticas ou analíticas exprimem correspondências entre as unidades do léxico, sendo que a diferença entre elas e as relações sintáticas (ou lógicas) só tem fins práticos: sob o plano semântico manifestam-se as relações comuns e estabilizadas; sob o plano sintático, as relações novas, objeto do discurso, portanto não estabilizadas. No campo da ciência passa-se progressivamente do plano sintático para o semântico, quando as relações sintáticas ganham estabilidade (Gardin, 1973a; 1973b).

Gardin distingue entre as representações obtidas por métodos de *'tabulação'* das obtidas por meio de uma metalinguagem. As primeiras não constituem representações propriamente ditas, porque são o resultado de escolhas realizadas diretamente sobre os textos. Segundo o autor, ao operar diretamente sobre os textos em Linguagem Natural esbarra-se no problema da língua (1973b), a menos que se postule a existência de uma linguagem semântica universal e, conseqüentemente, de características universais, *"o que não deixa de ser uma ficção interessante sob o plano especulativo"* (Gardin, 1970, p.633).

Enquanto metalinguagem, a Linguagem Documentária é

um "... conjunto dos símbolos através dos quais serão expressas as equivalências e as diferenciações introduzidas na fraseologia de um corpus em LN dado, para que apareçam as aproximações desejadas entre as palavras, grupos de palavras, proposições etc." (Gardin, 1970, p.633).

Mas, para Gardin, diferentemente do que propomos atualmente, essa metalinguagem, que ele equivale a *information retrieval language*, é constituída no momento da Análise Documentária:

"o jogo próprio da análise documentária engendra, à medida que se desenvolve, a constituição de um sistema de símbolos necessários para nomear, de uma maneira ou outra, os produtos mesmos do jogo, sob o plano lexical ou sintático" (p.634) ... o que determina, em larga medida, a forma e o conteúdo dessas análises" (p.636).

Para Gardin, portanto, o conteúdo e a estrutura dessas metalinguagens são, em geral, inferidas dos textos em LN, o que, segundo ele, implica que metalinguagens diferentes apresentem semelhanças quando relacionadas a um mesmo universo de discurso, o que também acontece com os resultados da Análise Documentária feita por analistas diferentes (Gardin, 1973^a).

É de se notar que, já em 1973, Gardin (1973a; 1973b) refere-se aos estudos da semântica e da sintaxe em sua reflexão sobre tais metalinguagens, priorizando primeiramente os aspectos semânticos em detrimento dos sintáticos, para

depois considerá-los de forma mais integrada. Como já se viu, para o autor a distinção entre sintaxe e semântica é contingente, sendo que as ferramentas relacionais das Linguagens Documentárias devem ser definidas independentemente dessa distinção. No âmbito da Linguística, o autor não confere importância à gramática de Chomsky que, segundo ele, não trouxe resultados práticos para a Documentação. Destaca, no entanto, os estudos de Katz e Fodor no início da década de 60 do séc. XX, que mostraram a impossibilidade de resolver certas dificuldades sem fazer apelo a dados semânticos, afirmando que enquanto os algoritmos gramaticais traziam resultados ambíguos para a interpretação das palavras dos textos e os ‘marcadores semânticos, combinados a ‘regras de seleção’ permitiam a quebra da ambiguidade.

Gardin também ressalta a importância do aparelho semântico na análise linguística citando as ‘árvores semânticas’, de Postal (1971), o ‘*dicionário combinatoire-raisonné da língua russa*’, de Mel’Chuk (1970) e as experiências com as ‘redes semânticas’ (Gardin, 1973b). Para o autor, essas propostas têm muitas semelhanças com aquelas desenvolvidas quinze anos antes para a construção de Linguagens Documentárias, afirmando que para a “(...) *passagem de um texto natural à sua representação metalinguística (...) os documentalistas (...) construíram redes semânticas ad hoc, onde se pode ver uma pré-figuração das redes semânticas da Linguística atual*” (Gardin, 1973b, p.79). Entre outras, o autor se referia ao SYNTOL – *Syntagmatic Organization Language*, desenvolvido por ele e sua equipe no início da década de 60 do séc.XX. A importância das redes semânticas também se relaciona à estruturação do enunciado, quando se substituem as categorias gramaticais por outras de natureza lógica (mais do que linguística), tais como Estado, Processo, Ação (Gardin, 1973a). As funções gramaticais, no mesmo sentido, são substituídas por funções lógicas a partir, por exemplo, dos ‘casos’ de Fillmore. Na mesma linha, Gardin aponta a utilização de categorias – Entidade, Processo, Ação – a noção de ‘função’ (*role*) e os ‘operadores de função para as operações sintáticas nas linguagens documentárias utilizadas pela Documentação antes das propostas da Semântica (Gardin, 1973b). Importante

observação de Gardin relativa à ordem relativa da semântica e da sintaxe na análise se remete à Postal: “*a análise de textos, a análise Linguística, deve começar em um nível notadamente anterior às estruturas profundas*”, um nível pré-lexical (formacional, cognitivo, para os autores), que se reporta ao plano metalinguístico remetendo não às palavras, mas às noções metalinguísticas (Postal, citado por Gardin, 1973b, p.81).

Como Gardin não separa o processo de construção da Linguagem Documentária da operação de Análise Documentária, suas analogias com as propostas de análise semântica e de redes semânticas dizem respeito ao processo global de representação. Ao ressaltar, por exemplo, a categorização semântica, preocupa-se, simultaneamente, com a construção de enunciados e com a própria Linguagem Documentária, o que apresenta semelhanças com as propostas de Ranganathan, na década de 30. A esse respeito, Gardin cita explicitamente as Classificações Facetadas elaboradas na década de 50 pelos ingleses do *Classification Research Group* com base nos trabalhos do pesquisador indiano, citando o uso de ‘*funções universais*’ para léxicos relativos a determinados universos de discurso – tal como Agente, Paciente, Instrumento, Objetivo, etc. - , bem como de limitadores funcionais de campo (*field bound roles*) que expressariam as relações sintáticas entre os enunciados.

As contribuições de Gardin para a reflexão sobre a Linguagem Documentária não se esgotam no que foi exposto. O arqueólogo francês, que se ocupou, entre a década de 60 a meados da década de 80, com problemas documentários – uma interface com a Arqueologia – influenciando sobremaneira as pesquisas desenvolvidas na ECA, determinando a criação da Linha Análise Documentária, depois desse período investiu, entre outros temas, na pesquisa sobre Sistemas Especialistas.

A influência de Gardin mostra-se de forma recorrente em diferentes trabalhos (artigos, livros, teses) de integrantes da linha de Análise Documentária da ECA-

USP², como por exemplo no livro *'Para entender as linguagens documentárias'* (CINTRA e outras, 1994; 2002), que destaca o caráter linguístico-pragmático da Linguagem Documentária.

Da apropriação da Análise Documentária pelo Grupo Temma são derivadas reflexões que, se num primeiro momento privilegiam o processo de análise propriamente dito, em seguida se voltam especificamente à Linguagem Documentária. O Grupo Temma é composto por pesquisadores da ECA/USP e da UNESP/Marília³, mas neste trabalho nos deteremos nos primeiros para não nos alongarmos na análise.

As primeiras discussões sobre a Linguagem Documentária no âmbito da Análise Documentária são realizadas por Smit (1973), ainda na França, sob orientação de Gardin. Ela estabelece um paralelo entre as definições de metalinguagem científica (Hjelmslev) e as de Análise Documentária, reportando-se à Gardin e à Coyaude, propondo que tal metalinguagem

“é um sistema construído, onde o plano de conteúdo é constituído por outro sistema, aquele da significação. Os termos empregados para descrever o sistema de significação constituem um corpo de definições coerente, isto é, eles foram previamente estudados em seguida” (Smit, 1973, p.15-16).

A autora se pergunta se as Linguagens Documentárias podem operar como metalinguagens e se elas cumpririam, efetivamente, as tarefas de uma metalinguagem. A resposta à questão é remetida às leis e características do discurso científico, matéria-prima da Documentação. A condensação dos documentos, via processo de denominação, similar à codificação compreensiva das mensagens discursivas apontadas por Greimas – permitiria identificar “o movimento oscilatório entre a expansão, a condensação, a definição e a denominação (Greimas, 1976, p.101) e o “*vai e vem entre a denominação e a definição*” da atividade científica e da Documentação (Smit, 1973, p.22). Isso

---

² SMIT (1996, 1987); CINTRA (1983, 1987); CINTRA et al. (1993, 1994; 2002); CUNHA (1987, 1990); AMARO (1991); LARA (1993); KOBASHI (1989, 1994); TÁLAMO (1987, 1994); TÁLAMO et al. (1992, 1992a) etc., para citar apenas alguns trabalhos mais antigos.

³ FUJITA, M.S.L., GUIMARÃES, J.A.C.

permitiria afirmar que na Documentação

“a equivalência entre grupos de lexemas pode existir e ser reconhecida, o que levaria a dizer que a operação denominativa é central na Documentação, podendo tomar como partida as diferentes unidades do discurso – “do tema à frase, passando pelo motivo, o enunciado ou as palavras”,

sendo que essa escolha é que determina o sucesso ou fracasso de uma Linguagem Documentária (idem, p.23-24). Smit também afirma existir uma ligação que une a linguagem utilizada na Documentação à sua metalinguagem, mas a associa com a análise, ou mais especificamente, o modelo de análise de Kristeva para quem elas seriam *“sistemas formais cuja estrutura é isomorfa ou análoga à estrutura de um outro sistema”* (Kristeva, 1969, citada pro Smit, 1973, p.16).

Posteriormente, Smit (1976), utilizando o modelo de análise de Gardin, afirma que da *‘descrição’* e *‘ordenação’*, operações básicas de representação, passa-se à *‘interpretação’*, sendo esta última apoiada na identificação das relações lógico-semânticas existentes entre conceitos, operação que viabiliza a construção progressiva da metalinguagem de tradução. Verifica-se, portanto, que mesmo que se enuncie a questão da metalinguagem, ela ainda é muito centrada na sua ligação com o processo de Análise Documentária.

Na década de 90, o tema específico da Linguagem Documentária é retomado por integrantes do Grupo Temma e, na ECA, em especial a partir de texto apresentado ao II Simpósio Latino-americano de Terminologia (Tálamo, M.F.G.M.; Lara, M.L.G.; Kobashi, N.Y.; Lima, V.M.A., 1990). Inaugura-se nesse período a busca de referenciais da Terminologia e um maior investimento na Linguística Documentária (ver), o que leva a concretizar o projeto de separação dos estudos para a construção da linguagem, da Análise Documentária ou processo de indexação. Com a Terminologia (e as terminologias) foram buscadas referências mais concretas para a organização das linguagens documentárias, uma vez que ela se volta às áreas do conhecimento específicas.

A forte relação entre a Linguagem Documentária e as áreas técnico-científicas é, de fato, uma preocupação de Gardin, em especial no trabalho sobre o SYNTOL – *Syntagmatic Organization Language*. Mas as propostas para sua construção ainda se desenvolvem de modo concomitante à análise. Partimos do pressuposto, no entanto, que o *corpus*, ao ser constituído à medida em que os textos vão sendo indexados, pode não ser suficientemente representativo da organização conceitual da área (ver *Linguística Documentária*).

Posição intermediária é sugerida por Fujita (1990) que, em pesquisa experimental para a construção de um tesouro de Odontologia, sugere, apoiando-se em Sudarsham, que o processo combine duas frentes de trabalho: a primeira, quando uma equipe desenvolve e propõe um tesouro preliminar que é, em seguida, aplicado por uma segunda equipe que, por sua vez, fornece elementos para as adaptações necessárias.

De qualquer modo, Gutiérrez já havia afirmado que a “*Documentação apresenta dois corpus que se imbricam com a linguística: a Análise Documentária e a Linguística Documentária*” (Gutiérrez, 1990, p.24-25), com isso sugerindo provavelmente que a segunda proveria elementos para a primeira.

É preciso salientar que propor a separação do processo de Análise Documentária do processo de construção da Linguagem Documentária não significa deixar de reconhecer a importância da fase de análise e síntese, uma vez que ela permite substituir a atividade empírica de atribuição de etiquetas ou rótulos identificadores por procedimentos metodológicos. Mas a experiência mostra que as etapas de análise documentária e de construção de linguagens documentárias □mobilizam procedimentos diferentes. Prova disso é que em 1986, é publicada a norma ISO 2788 - ‘*Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*’, na qual foram propostos princípios específicos para a elaboração de um gênero sofisticado de Linguagem Documentária, desenvolvendo-se, a partir daí, inúmeros trabalhos sobre construção de tesouros.

Sem deixar de reconhecer a importância da norma e dos trabalhos derivados, muito pelo contrário, a formulação de princípios de construção da Linguagem Documentária a partir dos estudos da Análise Documentária, e não exclusivamente a partir da norma, alcançam um patamar diferente, qual seja, o de observar a natureza linguístico-semiótica desse instrumento de comutação. É o que nos propomos a demonstrar a seguir.

Em primeiro lugar, destacamos o fato de que a separação dos processos de análise documentária e de construção de linguagens documentárias pode ser justificada pela própria natureza do índice quando comparado ao resumo. Resumo e índice, ambos produtos da Análise Documentária, envolvem sistemas semióticos diferentes (Ver Representação Documentária), sendo este último um produto altamente generalizante. O texto original, relativamente ao índice, sofre um processo de desautenticação, já que é representado por idéias, conceitos, dispostos em classes categorias, não mais na sua individualidade (Lara, 1993). Por meio do índice, portanto, não são recuperados os textos originais, mas um conjunto de textos que compartilham de conceitos semelhantes. Como afirmou Gutiérrez (1990), as Linguagens Documentárias tradicionais promovem, via de regra, construções desnaturalizadas. Assim, o índice, isolado do seu universo original de referência, pode não garantir convenientemente sua interpretação.

Ao enfocar separadamente o processo de construção da Linguagem Documentária buscam-se meios para provê-la de condição de significação e de interpretação. Não é raro verificar que nas Linguagens Documentárias tradicionais as noções (símbolos de classificação, cabeçalhos de assunto ou descritores) são fragilmente definidos: ou está ausente o princípio de arranjo – ponto de partida para deduzir as definições, ou não há um sistema consistente de inter-relações entre suas unidades que poderia garantir inferências.

Além disso, a informação só se realiza no texto (ou melhor, no discurso). Se os índices não produzem um texto no seu sentido convencional – unidade analisável em si mesma –, nem um discurso – tal como o definem os estudos

da linguagem, - a condição de sua significação depende de referências explícitas de significação relativas ao universo do discurso a que se referem.

Outro argumento que fundamenta a proposta de separação dos processos acima apontada é a natureza da Linguagem Documentária. Desde Gardin, opõe-se a Linguagem Documentária à Linguagem Natural. Esse caráter salienta seu aspecto construído, o que leva muitos autores a caracterizá-la como Linguagem Artificial, o que é verdade, muito embora preferimos identificá-la como intermediária, posto que compartilha simultaneamente elementos das duas linguagens: da Linguagem Natural e da Linguagem Artificial.

As distinções entre a Linguagem Natural e a Linguagem Artificial permitem verificar os limites da Linguagem Documentária enquanto sistema de significação e de comunicação e identificar os principais investimentos necessários para o aperfeiçoamento das metodologias para sua construção. Os quadros a seguir (Lara, 1999b) ressaltam alguns aspectos que as aproximam e as afastam.

Quadro 2: Principais diferenças entre a Linguagem Natural, a Linguagem Artificial e a Linguagem Documentária

LING. NATURAL	LING. ARTIFICIAL	LING. DOCUMENTÁRIA
Formas escritas secundárias em relação às formas orais	Formas escritas fundamentais	Formas escritas fundamentais
Os lexemas não têm significação unívoca	Os significados são altamente padronizados. Univocidade de significação.	Os significados devem ser fixados visando a univocidade de interpretação, embora não se possa garanti-la totalmente.
Dinâmica	Estática	Estática
Usa-se a língua para falar dela mesma.	Necessário usar a LN para falar da LA.	Necessário usar a LN para falar da LD.
Tem regras de fato. Não é necessário conhecer as regras da língua para usá-la.	Regras de jure. Fundamental obedecer às regras. Linguagem altamente simbólica.	Regras de jure. Fundamental obedecer às regras, embora reconheça-se semelhanças com as palavras da LN. Pode integrar elementos da LA.
Não tem uma função específica, mas funciona em muitos contextos e para diferentes objetivos.	Elaborada para desempenhar funções específicas.	Elaborada para desempenhar uma função particular: representar a informação visando sua recuperação.
Tem inúmeras funções: função expressiva (estética), descritiva (informativa, referencial), valorativa, prescritiva.	Desempenha principalmente a função descritiva (informativa, referencial) e a função prescritiva.	Desempenha principalmente a função descritiva (informativa, referencial) e a função prescritiva.
Tem produtividade (1ª. e 2ª. articulações)	Não tem produtividade.	Não tem produtividade.
Pouco formalizada.	Altamente formalizada.	Relativamente formalizada.
Alto poder combinatório.	Médio poder combinatório	Baixo poder combinatório.

Fontes bibliográficas:

CINTRA, A. M. M. . Elementos de linguística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

LARA, M.L.G. de. *A representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo : Escola de Comunicações e Artes - USP, 1993. (Dissertação de Mestrado)

HUTCHINS, W.J. *Languages of indexing and classification*. Herts : Peter Peregrinus, 1975.

Quadro 3 - Principais semelhanças entre a Linguagem Natural, a Linguagem Artificial e a Linguagem Documentária

LING. NATURAL	LING. ARTIFICIAL	LING. DOCUMENTÁRIA
Lexemas têm forma e significado.	Símbolos têm forma e significado.	Descritores têm forma e significado.
Estrutura paradigmática e sintagmática	Estrutura paradigmática e sintagmática	Estrutura paradigmática e sintagmática
Paralelismo entre lexemas	Símbolos funcionam como espécies de lexemas	Unidades correspondem a lexemas ou combinação de lexemas (sintagmas)

Fontes bibliográficas:

CINTRA, A. M. M. . Elementos de linguística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

LARA, M.L.G. de. *A representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo : Escola de Comunicações e Artes - USP, 1993. (Dissertação de Mestrado)

HUTCHINS, W.J. *Languages of indexing and classification*. Herts : Peter Peregrinus, 1975.

As diferentes características entre as linguagens justificam investimentos metodológicos diferentes. Enquanto instrumento comutador nas operações de representação (ver) para compor sistemas informacionais, a Linguagem Documentária tem, como já foi dito, a função primordial realizar a intermediação entre linguagens. Por esse motivo, suas unidades devem: ter significado relativamente fixado e estabelecido por '*regras de jure*' (Cintra, 1983); ser formuladas com a intenção de funcionar como meio de comunicação nos sistemas documentários; serem razoavelmente formalizadas, dispondo de mecanismos que, na ausência de articulação e de produtividade, permitam gerem '*frases documentárias*' que possam ser interpretadas.

A comparação entre a Linguagem Natural e a Linguagem Artificial permite compreender que o caráter intermediário da Linguagem Documentária, não porque ela funciona como ponte entre sistema documentário e usuário, mas por porque conjuga elementos de ambos os tipos de linguagem. Essa complexa natureza da Linguagem Documentária faz com que seus interpretantes corram o risco de remeter, ora à Linguagem Natural, ora à Linguagem Artificial.

A Linguagem Natural é dinâmica: os lexemas, ou signos linguísticos, não têm significação unívoca e dependem da inserção contextual para o desenvolvimento de interpretantes; já na Linguagem Artificial, que é estática, os significados são altamente padronizados e unívocos, ou seja, seus interpretantes são determinados e únicos ou, a rigor, não seria pertinente falar em interpretantes. A rigor, não seria pertinente falar em interpretantes na Linguagem Artificial. Por sua vez, a na Linguagem Documentária os significados devem ser fixados ou controlados, mas como não raras vezes seus descritores são expressos de modo idêntico à Linguagem Natural, não se pode falar em univocidade estrita; por outro lado, nem sempre os universos focalizados pelas linguagens documentárias são altamente formalizados.

5 Linguagem Documentária: contribuições das relações interdisciplinares

Pelo que foi exposto até o momento, nota-se que a referência aos estudos da linguagem são uma constante no desenvolvimento dos estudos de representação (ver) Análise Documentária (ver) e da Linguagem Documentária (ver), a ponto de se propor o subcampo denominado Linguística Documentária (ver) no interior da Ciência da Informação. Essas referências, muitas vezes, extrapolam o campo estrito da Linguística, em si, difícil de delimitar, mobilizando a Semântica e a Terminologia, além da Lógica.

Para colocar em destaque alguns princípios que estão subjacentes à formação desse subcampo, procuraremos dar destaque às principais relações interdisciplinares que permitiram a apropriação de conceitos e o aperfeiçoamento das metodologias de construção da Linguagem Documentária.

5. 1 Contribuições da Linguística

Uma das principais referências para a Linguagem Documentária é a língua enquanto organização e modo de classificação, bem como seu funcionamento na comunicação. A noção de arranjo, ou sistema relacional, devida à Saussure e desenvolvida pelos seus discípulos está na base dos princípios de sua construção

O arranjo, ou estrutura, pressupõe relações entre unidades, algo reconhecido por grande parte das áreas de conhecimento: na teoria dos sistemas, na Ciência da Computação, na Inteligência Artificial e na Linguística.

Uma estrutura consiste num sistema de relações que é fruto de operações de observação e seleção, como uma primeira operação de raciocínio científico. A rede de relações que compõe uma estrutura não é aparente, mas supõe princípio epistemológico anterior que é o da sistematicidade do real. Só o sistemático é inteligível cientificamente. Para tornar explícita uma hipótese de sistematização do real recorre-se à escolha de termos considerados

representativos de um universo do saber ou de uma área de atividade e, em seguida, à identificação das relações entre eles segundo o ponto de partida adotado.

Na raiz de toda a estruturação está uma referência à Lógica, frequentemente retomada a partir do modelo de definição aristotélica que articula ‘contrários’ e ‘contraditórios’, semelhanças e diferenças. A título de exemplo, e sem esgotar as possibilidades e casos, citaremos alguns termos analisados por Aristóteles (1973) nos Tópicos, primeiramente a respeito dos ‘contrários’ (“... *‘agudo’ não será a mesma coisa quando contrário a ‘grave’ e quando contrário a ‘obtusos’, embora ‘agudo’ seja contrário de ambos.*” Ou seja: (...) “(...) *o mesmo termo não possui o mesmo significado em todas as suas aplicações*” (Tópicos, I, 15, 15 p.22; 15, 15, p.24). O mesmo caso ocorre com um oposto contraditório: “*‘não ver’ é uma expressão que tem mais de um significado, a saber: (1) não possuir o sentido de vista, e (2) não fazer uso ativo dessa capacidade*” (I, 15, 15, p.23); “(...) *‘ver’ também tem mais de um (...); por exemplo, o oposto de não possuir o sentido da visão é possuí-lo, enquanto o oposto de não fazer uso ativo do sentido da visão é fazer uso ativo dele*” (I, 15, 15, 20, p.23). Quanto às diferenças entre as coisas entre si dentro do mesmo gênero (“*em que a justiça difere da coragem e a sabedoria da temperança?*” (I, 16, p.26) e de um gênero a outro (“*o conhecimento relaciona-se com o objeto de conhecimento assim como a sensação se relaciona com o objeto de sensação*” (I, 17, 10, p.26). Por sua vez, a semelhança deve ser estudada nas coisas pertencentes a gêneros diferentes (*assim como a visão está no olho, a razão está na alma, e assim como a calma está no mar, está a falta de vento no ar. I, 17, 10, p.26*) e entre coisas que pertencem ao mesmo gênero (“um homem, um cavalo e um cão ... possuem algum atributo idêntico” (I, 17, 15, p.26). (Aristóteles, 1973, Tópicos – I, 15-17, p.23-26)

A recuperação da noção de oposição para análise dos significados dos termos é habitual na Linguística desde Saussure (1969). Na leitura de Benveniste (1991, p.100), “*a estrutura linguística está intimamente ligada à relação no interior de um sistema*”. Para Hjelmslev (citado por Lopes, 1987, p.39), a língua é uma “*entidade autônoma de dependências internas.*” Segundo Saussure

(1972, p.151) “o mecanismo linguístico gira inteiramente sobre identidades e diferenças”, o que tem como consequência que nenhum elemento existe sozinho numa mensagem, nem pode ser definido por sua natureza de forma isolada, mas sempre em referência a outro elemento da mesma formação. Para Hjelmslev (1975), cada elemento tem uma função, segundo um princípio de utilidade ou uso local.

A partir da proposta de Saussure, Greimas (1976) e considerando que a apreensão das significações do real se realiza na percepção pela afirmação de descontinuidades, propõe a estrutura mínima de significação afirmando que uma estrutura é “a presença simultânea, em nossa mente, de dois termos-objetos ligados por uma relação” (Lopes, 1987, p.40). Assim, a relação é ao mesmo tempo conjuntiva – os termos-objetos são parcialmente idênticos - e disjuntiva – os termos-objetos são parcialmente diferentes), sendo que a significação afirma a existência de descontinuidades, no plano da percepção, e de espaços diferenciais que respondem pela significação. Perceber diferenças significa:

- a) captar ao menos dois termos-objetos como simultaneamente presentes;
- b) captar a relação entre os termos ligando-os de algum modo;

Disso decorre uma primeira definição de estrutura, dada pela presença de dois termos e da relação entre eles, que, por sua vez, tem as seguintes consequências:

- a) Só um termo-objeto não comporta significação;
- b) A significação pressupõe a existência da relação, ou seja, o aparecimento da relação entre os termos é condição para sua significação.

A partir de tais consequências, Greimas aprofunda a noção de estrutura propondo, conforme segue:

- a) Conjunção: para que dois termos possam ser captados juntos é preciso que

tenham algo em comum (semelhança, identidade) ;

- b) Disjunção: para que dois termos possam ser distinguidos é preciso que sejam diferentes, qualquer que seja a forma (problema da diferença e da não-identidade) (Greimas, 1976, p. 29).

A relação tem, então, dupla natureza: é simultaneamente conjuntiva (de invariantes) e disjuntiva (de variáveis), relação que se manifesta em todos os níveis linguísticos.

Ex.:

rodovia federal x rodovia estadual

conjunção (invariante): governo

disjunções (variáveis): federal, estadual

Lyons (1977), em sua “*Semântica*”, explora o conceito de oposição para falar das relações de sentido no interior de conjuntos de lexemas. Reportando-se a Trier, lembra que o autor afirmava que toda a palavra pronunciada evocaria o seu contrário. Propõe destacar a dicotomia que se expressa nas oposições e contrastes afirmando ser a oposição um dos principais princípios que governam a estrutura das línguas, manifestando-se sob diversos tipos. Lyons afirma, também, a importância da relação de superordenação e subordinação existente entre lexemas (hiponímia e relação parte-todo). Em especial, a relação de hiponímia impõe uma estrutura hierárquica ao vocabulário.

As relações estruturais também são objeto da Terminologia (ver) que, nas suas diferentes vertentes, trabalha a partir de princípios lógicos (Wüster, 2003; ISO 704), ou linguístico-comunicacionais (Cabré, 1999, entre outros). A diferença da Terminologia em relação à proposta da Semântica, para a Documentação, é que ela propõe um universo e um princípio a partir do qual o arranjo é construído.

Verifica-se, assim, que ao integrar a idéia de estrutura e de relação – e propor

realizar redes de relações lógico-semânticas - , a Documentação torna explícita a base razoavelmente comum entre as perspectivas.

A principal via para a apropriação da noção de estrutura pela Documentação, ao menos para a linha brasileira do Grupo Temma, foi a linguística estrutural. O conjunto de categorias teóricas com valor metodológico – relatividade, funcionalidade, unidade, totalidade, transformabilidade e auto-regulatividade (Lopes, 1997) foram essenciais para o aperfeiçoamento das metodologias de organização do arranjo da Linguagem Documentária.

A categoria *‘relatividade’* permite compreender que a identificação ou classificação no interior de um conjunto significativo não depende da natureza dos elementos, mas de sua função no interior do conjunto. Segundo o princípio relacional (Saussure, 1972, p.151, citado por Lopes, 1997, p.35), *“o mecanismo linguístico gira inteiramente sobre identidades e diferenças”*. Nenhum elemento existe sozinho numa mensagem, nem pode ser definido por sua natureza de forma isolada, sempre em referência a outro elemento da mesma formação.

A categoria *‘funcionalidade’* põe em destaca a função, ou o princípio de utilidade local de um elemento no interior de um conjunto:

“... a função de cada elemento se define por referência dele a qualquer outro elemento pertencente ao seu mesmo conjunto, visto que dois elementos inscritos no mesmo universo do discurso são, por definição, parcialmente iguais (na medida em que pertencem ao mesmo universo) e parcialmente diferentes (é essa diferença parcial que nos faz distinguir um termo do outro; caso contrário, não teríamos dois, mas um só e mesmo elemento); assim, a noção de função se identifica com a noção de estrutura, de relação ou de estrutura elementar da significação...”(Lopes, 1997, p. 35).

Isso explica e fundamenta a rede de relações internas entre as unidades de uma linguagem doumentária. Os elementos parcialmente iguais e parcialmente diferentes são indicados nas hierarquias de superordenação e subordinação, mostrando a implicação estrita ou a relação entre o todo e suas partes.

Na análise de Lopes (1997), a propriedade da funcionalidade liga-se à propriedade da *‘unidade’*: *“uma estrutura nos aparece como uma por ser um universo ou categoria constituída, S, pela articulação de duas partes constituintes complementares s1 e s2”* (p.35-36). De modo correlativo, a

oposição básica na Linguagem Documentária é estabelecida a partir da hipótese de organização adotada. A partir dessa oposição inicial, revela-se o eixo semântico que determina o vértice principal de leitura constituído de termos-objetos complementares.

Tal categoria funcionalidade, ao destacar a função ou uso local de um elemento dentro de um conjunto, reitera a idéia de que a organização de uma Linguagem Documentária pressupõe, necessariamente, o relacionamento entre suas unidades como requisito para torná-las definíveis e interpretáveis segundo uma hipótese de organização. Não são as características dos objetos que definem seus elementos, mas os aspectos que a organização estrutural, considerada a hipótese inicial de definição, põe em relevo. (Tálamo, 1997). A representação da informação, através das linguagens documentárias deve

“ser entendida como uma consequência das relações que foram instituídas entre as unidades linguísticas no interior dessa mesma linguagem e não como decorrência da mera presença dessas unidades” (Tálamo, 1997, p.6).

A complementaridade das partes, articuladas por meio de uma diferença no seio de uma *‘totalidade’* ... confere ao conjunto S a sua coesão sintática e a sua coerência semântica.

“Por outro lado, o conjunto S, constituído como uma função por esses constituintes elementares, s1 e s2, tomados como funitivos (Hjelmslev), é uma totalidade – quer dizer, uma estrutura completa em si mesma, em que cada elemento é o que é em função dos demais elementos serem o que o são” (Lopes, 1997, p.36).

A noção de totalidade configura não apenas um mero conjunto, porém uma Linguagem Documentária coesa, definível em si mesma, a partir da articulação entre seus descritores. A totalidade (e a unidade) realizam um sistema de significação.

A propriedade da *‘transformabilidade’* prevê que

“o texto não pode, enquanto estrutura, ser trabalhado como estático; ... é uma estrutura em perpétua mutação, uma totalidade estruturada que continua sendo, ao mesmo tempo, estruturante – em perpétuo devir, em incessante processo de transformação” (Lopes, 1997, p.36).

Esta propriedade é, a primeira vista, de difícil operacionalização para as linguagens documentárias, uma vez que ao propor sua estrutura, fornecemos um modelo a partir do qual todos os textos deverão ser lidos. Devemos, entretanto, salientar dois aspectos: primeiro que, do ponto de vista semiótico, o sentido dos descritores não está nunca completamente dado: analisada como interpretante – mais do que código – uma Linguagem Documentária continua desencadeando a semiose, razão pela qual a idéia de transformabilidade não pode ser totalmente descartada. Enquanto hipótese, a Linguagem Documentária funciona tal qual um operador de sentido: sua leitura e interpretação podem pressupor um quadro de referência comum – que normalmente tenta-se explicitar através das oposições, definições etc. – porém essa não é uma garantia de interpretação unívoca. Segundo, que uma proposta de Linguagem Documentária é sempre temporária, enquanto fruto de uma construção que tem como referência universos delimitados. Uma vez que os universos de referência também conhecem o seu desenvolvimento, a operação de *‘reescrita’* é fundamental para que se possa dar conta dos aspectos que a primeira versão não contemplou. O reajuste demandará um *“novo estado de equilíbrio tão logo uma de suas partes constituintes haja sido modificada”* (idem ibidem, p.37). Sua capacidade de ser aplicável à expansão ou alteração do primeiro universo de referência solicita sua constante atualização.

A propriedade de transformabilidade se associa à de *‘regulatividade’*, que diz respeito à reacomodação interna das regras de estruturação – seguindo o princípio de retroalimentação das línguas, como sistemas auto-regulados (Lopes, 1997). Todavia, ao contrário do que ocorre com as línguas naturais, a reacomodação é uma operação artificial. Como a Linguagem Documentária não tem a produtividade das línguas naturais, sua reorganização deve observar as regras internas que mantêm a unicidade da linguagem via preservação de seu núcleo semântico, ou sua hipótese inicial de organização para introduzir novos elementos.

O conjunto dessas propriedades garante a noção de estrutura e do epistema estruturalista, resumindo o conjunto de traços reconhecidamente pertinentes e necessários a toda e qualquer estrutura. *“... são elas que compõem, de fato, a*

definição conceptual de relação, função, ou estrutura elementar da significação” (Lopes, 1997, p.37).

Os traços que caracterizam uma estrutura são fundamentais para a organização e compreensão da Linguagem Documentária. A comparação entre uma lista de assuntos – como as listas de cabeçalho de assunto alfabéticas ainda utilizadas pelas Bibliotecas – e listas estruturadas, como os tesouros (Tálamo, 1997) permite evidenciar que a estrutura é que garante o arranjo necessário à significação. Uma lista alfabética de assuntos, muito embora possa se basear na garantia literária – compreendida como uma garantia assentada no uso identificado nos textos – tem como ponto de partida um critério altamente arbitrário que é o alfabeto. Assim elaboradas, as listas de cabeçalhos de assuntos assemelham-se aos dicionários de língua, cuja ‘*continuidade*’ supostamente assegurada pelo ‘*alfabeto*’ revela apenas o registro do léxico ou repertório da língua. Nessas listas as palavras não são portadoras de significado porque este é remetido às várias possibilidades de sentido registradas pelo léxico: ao significar potencialmente tudo, acabam por não significar nada.

Resta dizer que a apropriação da idéia de estrutura no âmbito da Documentação ainda não é feita de forma consistente.

“... ainda hoje associa-se significado da Linguagem Documentária com algo que está fora dela, por exemplo, a área de conhecimento da qual participa, a matéria prima ou o conhecimento a ser tratado. Imagina-se que ao agrupar uma série de palavras típicas de uma área de conhecimento garante-se forte credibilidade desse conjunto de palavras, tornando-o representativo”. Porém “... é somente a rede de relações das unidades de uma linguagem que pode contribuir para o exercício de qualquer representação” (Tálamo, 1997, p.4).

Assim, o significado da Linguagem Documentária e de suas unidades solicita:

- a) Delimitar qual é o seu universo-objeto, já que é impossível estruturar todo o universo de termos;
- b) definir qual é a hipótese de organização a ser adotada para esse universo, ou seja, o vértice que comanda as conjunções, disjunções e associações;
- c) estabelecer a rede de relações entre os termos a partir da noção de oposição.

É importante salientar, no entanto, que a noção de sistema de Saussure, que deu origem à de estrutura, foi sendo submetida, ao longo do tempo, à crítica e à revisão. Ao incluir o sujeito, as teorias da linguagem passam a observar o caráter dialógico da linguagem e a recepção.. Bakhtin questionou a definição abstrata e monolítica do sistema da língua propondo substituí-la por uma concepção dialógica da linguagem segundo a qual as expressões concretas dos indivíduos em contextos sociais específicos têm relação com a história e com a subjetividade. Benveniste se propôs a falar em enunciação, salientando a subjetividade na língua enquanto ação do produtor do enunciado. Ducrot revê a noção de combinatória semântica sugerindo que ela é explorada pelos sujeitos falantes para organização das relações intersubjetivas no diálogo (Ducrot, citado por Paveau & Sarfati, 2006). A análise do discurso enfatiza o caráter linguístico do ato de argumentar, inserindo a argumentatividade no interior do próprio sistema da língua (Fávero & Koch, 1998).

Por outra via, desde Austin, a observação do sujeito no ato da fala coloca em relevo a função performativa da linguagem mostrando o sujeito como ator do discurso. O II Wittgenstein, com a noção de '*jogos de linguagem*', sugere que a linguagem em uso é elemento da interação social, relacionando-a intimamente às '*atividades*' ou '*formas de vida*'.

Num outro sentido, Eco (1984) aborda a recepção ao atribuir ao leitor o papel de co-criador da obra. Na mesma linha, Barthes viria a afirmar, em seu ensaio sobre "a morte do autor", que o sentido último de todo o texto cultural é liberado pelo leitor (Castells, 1999).

A Linguística Textual também incorpora a pragmática nos estudos sobre a linguagem: Schmidt prioriza a competência comunicativa, mais do que a textual, quando vê no ato de comunicação uma forma específica de interação social; Pêcheux ressalta os aspectos ideológicos e culturais, além dos linguísticos e discursivos, e põe em evidência a questão da subjetividade ao discutir o efeito-leitor; Van Dijk fala das funções conversacionais, interacionais e cognitivas do macroato; Petöfi inclui, em sua Teoria do Texto, além dos componentes textuais, outros componentes relacionados a condições externas de produção, recepção e interpretação (Koch, 2006).

Com distintas ênfases, pode-se afirmar que o que marca as abordagens das teorias da linguagem anteriormente apontadas é a passagem da idéia de estrutura para a de estruturação. São distintos os pontos de partida: questionando Saussure no interior do paradigma estruturalista ou fora dele, incorporando ou não a semiótica e a pragmática, as visões sobre a organização da linguagem procuram enfatizar seu caráter dinâmico. Não foi sem motivo que os estudos sobre a Linguagem Documentária têm procurado observar esses diferentes caminhos, meio de colocar em relevo os processos de interpretação.

5.2 Contribuições da Semântica

A construção de uma Linguagem Documentária põe em jogo uma semântica. A Semântica, como ciência das significações das línguas naturais, abrange o estudo do léxico e o estudo das estruturas gramaticais (morfologia e sintaxe) (Rey, 1969, citado por Lopes, 1987). Porém, para dar conta das relações pragmáticas, ou seja, das relações entre os signos linguísticos e seus usuários, a Semântica linguística remete a uma semiótica. Esta relação (e/ou inserção) assegura seu alargamento, uma vez que por essa via se escapa da abordagem linguística dos significados focada exclusivamente no sistema da língua. Uma semântica semiótica considera as relações de semiose instauradas a partir dos signos, que envolvem o objeto, o signo ou *representamen* e o interpretante.

Se a função mediadora da Linguagem Documentária depende da incorporação de referenciais do usuário, ela não pode resolver-se a partir de uma concepção de linguagem que não integre os elementos pragmáticos. A criação de vínculos de significação supõe a possibilidade da semiose - uma semiose especial, a semiose documentária (ver) - e é por essa razão que só uma semântica semiótica poderia referendar a construção dessas linguagens particulares.

No capítulo de Linguística já nos referimos a Greimas que, com sua proposta de estrutura mínima da significação, propõe uma semântica estrutural. A grande dificuldade historicamente enfrentada pela Semântica refere-se exatamente ao fato de que o plano dos significantes é a única manifestação linguística. O sentido, porém, não se esgota no plano dos significantes, pois é

sempre resultado de uma interpretação que é, por natureza, um processo parafrásico (Lopes, 1987). É preciso distinguir entre o sentido linguístico e o sentido da mensagem, já que a informação da mensagem é distinta da informação da linguagem (Peñuela Cañizal, citado por Lopes, 1987).

Além disso, os estudos sobre o sentido são relativamente recentes e desiguais quanto ao seu valor (os estudos europeus datam da década de 60, e pode-se afirmar que as diversas escolas nem sempre apresentam solução de continuidade), razão pela qual não podemos contar, como sugere Lopes (1987), com uma semântica semiótica verdadeiramente científica. Os resultados das pesquisas semânticas são, portanto, parciais e limitados, sendo difícil dizer que linhas semânticas poderiam ser mais férteis para a Ciência da Informação.

A linha semântica saussuriana distingue entre as '*relações intra-sígnicas*' (relações verticais no interior de um mesmo signo entre significante e significado) e '*relações inter-sígnicas*' relações entre os signos entre si no interior de um mesmo enunciado. A fala, ao desenvolver-se no eixo sintagmático (das combinações) é composta por elementos discretos ('*palavras*') que têm função significativa relacional. Essa relação não se verifica a partir de referências fora da língua, ao contrário, o significado de cada unidade linguística se resolve no interior da própria língua: depende dos elementos coocorrentes (na cadeia sintagmática) e dos elementos ausentes (associação paradigmática), mas evocados na memória implícita da língua. Sustenta o caráter relacional da significação a noção de valor: uma unidade linguística significa, em qualquer nível que se a considere, por contraste ou por associação.

Não entraremos em detalhe, neste trabalho, nos conceitos básicos da linguística saussuriana, já bastante explícitos na literatura da própria Ciência da Informação (Coyaud, 1966; Gardin, 1973a/b; Cintra, 1983; Smit, 1987; Gutiérrez, 1990; Amaro, 1991; Lara, 1993; 1999; Kobashi, 1994; Cintra e outras, 1994; 2002; 2005; Tálamo, 1997). Limitaremo-nos a assinalar que o significado da contribuição semântica saussuriana para a área da Ciência da Informação é fundamental para a estruturação interna da Linguagem

Documentária, estabelecida a partir da noção de valor e de relação.

Saussure chama a atenção para as relações associativas mostrando que os elementos da língua se deixam colocar no interior de classes e se associam a outros membros formando um sistema que, como num mecanismo de '*palavra-puxa-palavra*', em função de marcas semânticas similares ('*semas*'), são memorizáveis como '*membros da mesma classe*'.

Essa idéia associativa dá origem, nas Linguagens Documentárias, à organização estrutural: define-se um descritor de um tesouro, principal gênero de linguagem documentária, a partir de suas relações, no interior de uma categoria temática, com um termo mais amplo, e/ou com termos mais específicos. Do mesmo modo, a existência de um sema comum justifica também associações de equivalência e associativas (termos relacionados). Utiliza-se aqui o conceito de classe paradigmática sugerindo associações que relacionam os termos por seus parciais iguais e parciais diferentes, num esquema que marca a hierarquia, mas não exclusivamente, em função da noção aglutinadora de sema.

Ressalte-se que o que a Semântica saussuriana chama de *relações associativas* (ou paradigmáticas) compreendem, na Linguagem Documentária, relações diferentemente nomeadas como '*relações hierárquicas*', '*relações de equivalência*' e '*relações associativas*'. As normas de tesouro separam, desse modo, as relações que apresentam níveis de '*superordenação*' ou de '*subordinação*', de um lado (hierárquicas), daquelas que não apresentam esse gênero de vinculação embora se relacionem de algum modo: '*relações de equivalência*', para a sinonímia e a quase-sinonímia, e '*relações associativas*', para as relações de contiguidade espaço-temporal), privilegiando a Lógica.

Essa apropriação dos conceitos linguísticos feita pela área da Ciência da Informação é causa de confusões: muitas vezes, as relações associativas de uma tesouro são identificadas às relações sintagmáticas. Para tornar as coisas mais claras é importante frisar que, à base das associações está a noção de marca semântica comum, o que encaminha a interpretação das relações associativas, nos tesouros, como constituindo, também, relações

associativas do ponto de vista linguístico. As relações sintagmáticas (linguísticamente definidas) constituem relações de combinação entre descritores de um tesouro (portanto não registradas nele), eventualmente realizadas nas buscas. Confirma essa interpretação o fato de que a semântica estrutural postula que

"uma palavra deveria ser descrita a partir do conjunto de relações que a situam como palavra-tipo, nas classes da língua (paradigmática) situando-a, ao mesmo tempo, como palavra-evento, nos enunciados da parole (sintagmática)" (Lopes, 1987, p.235-236).

A mesma semântica estrutural sugere também que a análise semântica pode prever a possibilidade de que uma dada palavra possa ser combinada com outra em diferentes contextos-ocorrência (*'abertura semântica'*, ou *'valência'*).

Ex.: o nome *'quadro'* e os predicados *'pintar'* ou *'desenhar'*.

Reciprocamente, esses predicados devem incluir um *'traço semântico pertinente'* (*'sema'*), saturável sintagmaticamente, através da sua combinação possível com o nome *'quadro'* (Lopes, 1987, p.237).

Dito de outro modo, a abertura semântica diz respeito à possibilidade de que um termo seja relacionado a outro a partir da presença de um sema ou traço semântico comum, de forma que dado um termo, o outro pode lhe ser associado. □Lopes trata da valência ou abertura semântica destacando a relação de interdependência sintagmática ou pressuposição passível de existir entre os termos. Os exemplos relacionam:

- classes de verbos e classes de nomes (onde o nome é sujeito do verbo): *ave : voar; peixe : nadar;*
- entre adjetivo e substantivo: *cabelos : loiros; leite : coalhado;*
- entre verbos e 'objetos normais': *guiar : carro;*
- entre verbos e substantivos ligados por uma relação instrumental: *morder : dentes; chutar : pé, etc.*

É possível verificar, a partir dos exemplos acima, uma semelhança muito

grande com o que ocorre com as relações associativas dos tesouros. Estas também se caracterizam pela presença de um traço semântico comum não organizadas como classes hierárquicas; são, também, difíceis de se enumerar (senão impossível) pela sua abertura ou valência.

Exemplos.:

- disciplina/objeto de estudo: *entomologia* : *insetos*;
- processo/instrumento: *automação* : *computadores*;
- matéria-prima/produto: *bauxita* : *alumínio*;
- causa/efeito: *crescimento econômico* : *desenvolvimento econômico*;
- efeito/causa: *febre* : *infecção*
- atividade/agente: *tabagismo* : *fumo*;
- ação/paciente: *extradição* : *criminosos*;
- atividade/produto: *tear* : *tecido*

e etc. (Cintra et al., 2002).

Os estudos da semântica componencial, por sua vez, mostram que, em se tratando da língua, a construção de um inventário organizado a partir do plano de conteúdo é difícil de operacionalizar. Demonstra esse fato as tentativas levadas a efeito por Hjelmslev e as críticas feitas por vários autores quanto à possibilidade de efetuar a descrição do sentido a partir da identificação de unidades menores do que o signo componentes do signo (de onde a semântica componencial) relativa ao plano do conteúdo (Eco, 1984). Hjelmslev pensava que uma semântica estrutural (componencial) seria possível se se pudesse reduzir um número ilimitado de conteúdos do signo a um número limitado de *figurae*, traços mínimos, dos planos de conteúdo. Essas unidades mínimas, os semas, se ordenariam em sememas - feixes de semas hierarquizados e unificados num mesmo efeito de sentido. Os semas seriam isolados e, em seguida, seriam descritos os mecanismos de sua combinatória semêmica para:

- descrever a organização interna dos diferentes campos semânticos das

línguas naturais e;

- descrever os mecanismos pelos quais tais campos semânticos se integrariam para formar um sistema, caracterizando a estrutura semântica de cada língua natural (Lopes, 1987).

A análise componencial do sentido é baseada na compreensão intuitiva das palavras a partir daquilo que, do ponto de vista semântico, elas têm em comum. O célebre exemplo da relação:

"homem : mulher : criança :: touro : vaca : cria",

levaria à decomposição semântica do tipo:

(macho) x (humano - adulto) : (fêmea) x (humano - adulto) : (humano - não adulto) ::

(macho) X (bovino - adulto) : (fêmea) x (bovino - adulto) : (bovino - não adulto).

A análise poderia prosseguir para encontrar componentes menores decompondo /humano/, /macho/ e etc.

Esse gênero de análise seria interessante para a Linguística Documentária não fosse:

- a) a impossibilidade de trabalhar com um vocabulário aberto;
- b) a ausência de referências para começar a análise (na teoria de Hjelmslev, intuitivas);
- c) a dificuldade para identificar quais seriam os semas de interesse.

Uma outra vertente é a Semântica Lógica ou da *'palavra isolada'*. As contribuições de Trier sobre a *'teoria dos campos semânticos'*, também não se mostra operacionalizável para os objetivos da Linguística Documentária. Trier partia da suposição de que seria possível organizar linguisticamente todo o universo da realidade. As críticas a essa teoria se dirigem à compartimentação estanque das línguas que ele propunha. Os campos semânticos no interior da língua se delimitariam mutuamente, quando na realidade o que ocorre é que

um campo semântico divide-se em sub-sistemas, que são por sua vez divididos novamente em outros subsistemas formando campos associativos graças ao mecanismo de produção das metonímias e metáforas (Bally citado por Lopes, 1987). As associações são diferentes conforme o enfoque privilegiado. Por exemplo, a partir da palavra '*boi*', pode-se formar campos associativos diferentes se o foco for a lavoura (*charrua, jugo*), os animais semelhantes (*vaca, touro*), as características do animal (*mugir, ruminar*) e, como assinala Bühler, a idéia de força (*resistência, trabalho paciente, lentidão, peso, passividade*). Analogias (correlações), paralelismos e outros mecanismos metafóricos ou metonímicos explicam as transformações semânticas resultantes das transferências de semas entre dois semenas (Lopes, 1987).

O léxico pode ser considerado um '*imenso campo associativo*' que, por um processo metalinguístico interminável, tem suas fronteiras delimitadas pela cultura que a língua expressa. Se isso acontece com o léxico, com a unidade ('*palavra*') integrante do léxico as dificuldades serão maiores. Assim, as referências de campo semântico, tal como acima formuladas, não corroboram à delimitação do corpo da Linguagem Documentária. Para a Linguística Documentária, portanto, as dificuldades de uso da teoria dos campos semânticos se reportam à incompletude que ela tem na indicação dos pontos de partida para a análise.

Ainda no âmbito da semântica lógica, Frege parte da premissa de que a significação deve ser considerada sob três aspectos:

a) a '*referência*' (*Bedeutung*, denotação, segundo Russel, e referência, segundo Max Black):

. o objeto a que se refere o signo (objeto num sentido amplo)

b) o '*sentido*' (*Sinn, meaning* ou significação, segundo Russel, e *sense*, sentido, segundo Max Black):

. o modo como a palavra exprime a referência

c) a '*imagem associada*' (grosso modo, conotação)

. associação subjetiva que cada pessoa faz com cada sentido.

A Semântica Lógica de Frege tem o mérito de mostrar que sentido e referência são diferentes. A significação deveria ser considerada a partir de três aspectos distintos:

- a partir da noção de referência, a significação seria interpretada pela relação entre o signo e o objeto do qual ele é nome;
- a partir da noção de sentido, a significação seria interpretada como o signo em relação ao código que o funda;
- a partir da imagem associada, a significação seria interpretada a partir do signo e seu destinatário.

O sentido, pois, é diferente de referência, conforme se pode ver nos exemplos:

. *estrela da manhã / estrela vespertina*

. objeto denotado = significações idênticas

. conteúdo das expressões = significações diferentes

. *O atual rei da França é calvo.*

. *Perseu matou o minotauro.*

. não têm referente, mas têm sentido (= *designata*)

A noção de referência introduz um objeto da realidade extra-linguística, portanto algo externo ao sistema da língua que remete a uma interpretação necessariamente relacionada ao valor de verdade (que não é linguístico, mas filosófico). A interpretação de um enunciado linguístico, porém, é relativo à competência linguística: há elementos linguísticos que não têm referentes. Para a maior parte dos linguístas, não é possível colocar o objeto extra-linguístico nos quadros da significação. Uma semântica referencial, portanto, estaria descartada.

Note-se a importância dessa abordagem para a Linguística Documentária para assinalar que a significação não remete para algo fora da estrutura da Linguagem Documentária, razão pela qual de nada adianta enumerar palavras

a partir de um simples processo de extração dos textos de uma área.

A proposta de Frege torna evidente o papel da linguagem como instância mediadora entre o homem e o mundo. *"... Só tem sentido falar-se de 'objeto' como quadro de referência comum ao remetente e ao destinatário da mesma mensagem, isto é, como designatum e não como denotatum"* (Lopes, 1987).

Os problemas relacionados à possibilidade de uma semântica referencial (ou semântica lógica, ao modo de Frege), suscitaram a possibilidade de um enriquecimento da semântica estrutural a partir da noção semiótica de interpretante. Não se pode dizer que ela constitua verdadeiramente uma teoria semântica, mas as reflexões de Lopes podem ser vistas como forma de romper os limites da semântica estrutural saussuriana relativa à abordagem da questão do significado.

Lopes observa que a comunicação linguística faz transitar um saber, e não um objeto, e a possibilidade desse trânsito deve-se à competência linguística que o destinatário deve ter para compreender a performance do remetente. A relação entre a competência e a performance dos interlocutores seria a única condição para o sentido, não as referências à realidade extralinguística.

O que ocorre é que os falantes se valem de seu saber sobre o código, mesmo que eles estejam ausentes dos enunciados.

"Os signos do código capazes de traduzir os signos da mensagem constituem o interpretante da mensagem: a essa relação é que chamamos sentido. O processo da significação, desse modo, não relaciona um signo e um 'objeto': relaciona signos entre si" (Lopes, 1987).

A noção de *'interpretante'* é bastante profícua para levar à compreensão da questão do significado. Note-se que a significação linguística é parafrásica, dada pela relação semiótica entre os signos linguísticos. *"O sentido de um signo é outro signo que o traduz mais explicitamente"* (Peirce, 1977). Os signos linguísticos se explicam através de outros signos, ou seja, o interpretante de um signo é outro signo que, por sua vez, remete a outro interpretante nomeável com outro signo e assim por diante (Eco, 1984). A

'*semiose ilimitada*' seria, portanto, a garantia para que o sistema semiológico explique-se a si próprio por seus próprios meios.

A natureza relacionante do interpretante permite falar das funções metalinguísticas sem recorrer à falácia realista dos 'referentes' extralinguísticos. O interpretante é um operador semântico que engendra:

1) a tradução intracódigo: tradução de mensagens de um código A por elementos do mesmo código A (função metalinguística):

- tradução por expansão: definição;
- tradução por condensação: denominação.

2) a tradução entre códigos: tradução de mensagens de um código A por elementos de outro código metalinguístico B:

- de uma língua natural para outra língua natural;
- de uma língua natural para um código sígnico secundário;
- de um código sígnico secundário para a língua natural.

Em resumo, o interpretante é um signo metalinguístico que propõe equivalência entre códigos evidenciando '*isomorfia*', ou seja, semelhança de sentido: ele simula possuir as propriedades possuídas pelo signo ou código que interpreta, sem se confundir com ele: a isomorfia não significa identidade, mas tem a função cognitiva de, a partir da aproximação de dois conjuntos, propor sua correspondência (Lopes, 1987).

Compreende-se melhor, desse modo, que a Linguagem Documentária (como também cada um dos descritores considerados em referência ao todo que a constitui) é uma espécie de interpretante que relaciona elementos de códigos diferentes (por exemplo, o código da área de especialidade e o código documentário, ou ainda, o código de uma Linguagem Natural e o código sígnico secundário (a própria Linguagem Documentária), como também relaciona elementos no interior do mesmo código: uma definição expressa num descritor,

por exemplo). Essa perspectiva corrobora o que já foi dito anteriormente: que a Linguagem Documentária desempenha uma função metalinguística.

A partir da idéia de interpretante, fica mais fácil compreender, também, os fenômenos internos à língua (como também entre línguas), desde a noção de sinonímia e antonímia, até a de hiperonímia e hiponímia. Observa-se, por essa via, que tais fenômenos não são propriedade das palavras em si, mas propriedades estruturais do código como um todo, ou das relações que permitem a estrutura das línguas.

A '*sinonímia*' é um fenômeno que deriva do relacionamento parafrásico entre os signos linguísticos. As correspondências de sentidos sinonímicos se devem ao compartilhamento da propriedade de designar, no interior do mesmo código, o mesmo sentido. Isso não acontece entre subcódigos diferentes da mesma língua. No exemplo citado por Lopes, *pé* e *pata*, designam extremidade inferior no código da língua portuguesa, mas remetem a significados diferentes se analisados nos subcódigos relativos a seres humanos e a animais, porque trata-se de campos semânticos diferentes. A metáfora, por exemplo, ocorre geralmente quando uma palavra que tem um significado em um subcódigo é usada em um contexto que remeteria a outro subcódigo.

Do mesmo modo, os '*antônimos*' são definidos relativamente, opondo-se quer por contrariedade (A e B são contrários se A possui um sema /s/ que está ausente de B: /s/ vs /-s/), quer por contraditoriedade (A e B são contraditórios se A possui um sema /s/ e B o sema /não s/). .

Uma semântica que integre a noção de interpretante permite, também, compreender a '*polissemia*' como resultado da estruturação dos campos semânticos a partir de mecanismos de associação mnemônica (princípio de '*palavra-puxa-palavra*').

As associações podem formar classes de sentido (paradigma semântico) que organizam campos semânticos de tipos diferentes: campos semânticos que reúnem tipos de objetos ou fenômenos, ou partes de objetos ou fenômenos.

Tais campos são reunidos em relação ao sentido por marcadores semânticos

que podem ser organizados por ‘*conjunção*’ e por ‘*disjunção*’.

Exemplo:

embarcação / veleiro, jangada, canoa, iate

Esses elementos pertencem à mesma classe paradigmática (qualquer um pode designar, por si mesmo, uma embarcação), sendo que numa frase, a presença de um deles exclui a presença de qualquer outro. No exemplo acima, todos constituem um tipo de embarcação (porque são semelhantes), embora cada um deles pertença a um subcódigo diferente (para esporte, para pesca, para recreio).

Procedendo-se a substituição de um termo pertencente a um subcódigo por outro de um subcódigo diferente, produzimos uma ‘*metáfora*’, como por exemplo:

O jangadeiro saiu a pescar no seu iate.

O milionário organizou um cruzeiro a bordo de sua jangada.

Do mesmo modo, esses campos podem denotar relações de todo/parte, com marcadores semânticos específicos.

Exemplo:

- *proa* = /parte de uma embarcação/ + /dianteira/

- *casco* = /parte de uma embarcação/ + /que entra em contato com a água/

Como partes, podem co-ocorrer na mesma frase.

A embarcação se compunha de proa, casco, vela etc.

Procedendo-se à substituição do todo pela parte, ou do gênero pela espécie (termos generalizantes para termos mais específicos), ou da parte pelo todo, ou da espécie pelo gênero (dos termos mais particularizantes para os mais generalizantes), podemos construir exemplos de ‘*metonímia*’, que abrangem dois casos diferentes:

. *'sinédoque generalizante'* (o termo mais generalizante, o todo ou o gênero, é comutado pelo termo mais particularizante, a espécie ou parte constituinte).

Exemplo:

O jangadeiro saiu na sua embarcação.

. *'sinédoque particularizante'* (o termo mais particularizante, a parte ou a espécie, é comutada pelo termo mais generalizante, o todo ou o gênero).

Exemplo:

Saiu o jandadeiro com sua frágil quilha.

Vê-se, pelo exposto, que as palavras podem assumir diferentes valores conforme as relações estruturais que as afetem. Nos termos da norma linguística (ou grau zero), a palavra tem seu sentido original:

PE   /iate/

PC   "iate"

Mas se a relação entre o *'Plano de Expressão'* (PE) e o *'Plano de Conteúdo'* (PC) for feita entre termos de subcódigos diferentes, teremos uma metáfora:

PE   /jangada/

PC   "iate"

Ou ainda: uma metonímia, quando a relação entre o PE e o PC for feita a partir de termos de outros paradigmas:

. *sinédoque generalizante*

PE   /embarcação/

PC   "iate"

. *sinédoque particularizante*

PE /quilha/

PE "iate"

Essa análise permite explicar, também, a '*sinonímia*', como efeito da relação entre PE diferentes, para o mesmo efeito de sentido,

Exemplo:

PC - "iate"

PE - /embarcação/ , /quilha/

como a '*polissemia*', quando, inversamente, a representação de diferentes sentidos foi feita através de um mesmo plano de expressão:

Exemplo:

PE /embarcação/

PC "embarcação", "iate", "quilha"

Além da vantagem de tornar clara a idéia de que o tratamento do vocabulário só pode ser feito internamente à língua e de mostrar que as múltiplas possibilidades de associação explicam fenômenos que, muitas vezes, na área da Ciência da Informação são entendidos erroneamente como se fossem fenômenos isolados, essa proposta permite instrumentar a Linguística Documentária na explicitação das relações entre os descritores de uma Linguagem Documentária.

As normas de elaboração de tesauros, embora assinalem a necessidade de se estabelecer relações entre os termos, não o faz de forma a mostrar que elas são efetivamente interdependentes. Essa pode ser uma das causas da falta de consistência de muitas Linguagens Documentárias que, além de tratar separadamente as questões de sinonímia, da homonímia (principalmente) e da hiperonímia/hiponímia, das relações associativas, não falam da polissemia! Não falam também (ou pelo menos com a ênfase necessária), das implicações da importância de considerar as relações entre campos semânticos similares e

campos semânticos diferentes, como também das relações no interior de subcampos semânticos. Uma abordagem que contemplasse com maior rigor o carácter estrutural da linguagem contribuiria para a produção de instrumentos mais consistentes.

A proposta de Greimas permite o refinamento da semântica estrutural à medida em que explicita como é possível a significação. Para Greimas, "*os elementos que tornam possível o surgimento da significação, ao nível da percepção e que são reconhecíveis pelo homem*" são os significantes. As significações, que correspondem ao plano de conteúdo são, pois, expressas ou manifestadas pelos significantes. A tarefa da semântica seria a de descrever as línguas naturais na sua qualidade de conjuntos de significantes. Na mesma linha, Greimas enfatiza que as línguas naturais, ao só se deixarem traduzir por si mesmas ou por outras línguas naturais (mecanismo do fechamento do universo semântico), não podem partir de uma definição de significação na ótica referencial. Essa abordagem leva a compreender que a percepção do sentido pressupõe a percepção de outros sentidos que o definam. Isso reforça a ideia de que a tradução é um exercício metalinguístico e, qualquer que seja a natureza do significante (visual, auditivo, tátil ou linguístico), o estudo de sua significação se encontra no nível metalinguístico. A semântica seria, assim, ela própria uma metalinguagem, considerando dois níveis de significação no interior de um único conjunto significante: o da língua-objeto (objeto de estudo) e o da metalíngua (a língua que usamos para estudar a língua-objeto (Lopes, 1987).

Greimas propõe estudar a estrutura mínima da significação mostrando que ela é gerada a partir de oposições. No ato da percepção, apreendemos a significação através da afirmação de descontinuidades, quando percebemos diferenças e semelhanças e operamos conjunções e disjunções.

Isso mostra, portanto, que é ao nível das estruturas que se deve procurar as unidades significativas, não ao nível dos elementos. A língua não é um sistema de signos, mas uma reunião de estruturas de significação (Lopes, 1987).

Para a Linguística Documentária, a formalização da conjunção e da disjunção é

extremamente importante, porque ela põe em evidência a necessidade de identificar os traços invariáveis que permitem a organização de grupos de descritores, cujos elementos se diferenciam pelas variações.

As abordagens semânticas não se esgotam no que foi exposto. De fato, limitamo-nos a registrar aqui uma parte muito pequena dos inúmeros trabalhos existentes sobre a questão da significação. Salientamos, no entanto, que embora as teorias semânticas - particularmente as estruturais - tragam elementos que tornam mais clara a necessidade de prover um arranjo às Linguagens Documentárias, elas não dão conta da operacionalização da seleção dos termos que deverão ser relacionados. Tal dificuldade, porém, encontra uma possibilidade de resolução via uso da Terminologia.

5.3 Contribuições da Terminologia

A semântica estrutural - de Saussure a Greimas - ao mostrar o caráter estrutural da significação, é referência para a organização da Linguagem Documentária. As normas para elaboração de tesauro (em particular, a ISO 2788:1986), embora não considerem os aspectos linguístico-semânticos, ao utilizar a noção de estrutura constituem uma indicação dessa possibilidade, a despeito da forma incompleta como indica procedimentos para o controle vocabular. A teoria dos campos semânticos, de Trier, embora aborde a língua de forma compartimentada e estanque, também permite vislumbrar a possibilidade de uma organização do léxico em torno de vínculos de significação.

A referência para a estruturação vocabular da teoria estrutural, porém, ao explorar essa organização segundo pontos de partida aleatórios, deixa a descoberto as questões relacionadas aos recortes necessários no interior do léxico para a construção de linguagens que tenham como objetivo a informação.

Na Ciência da Informação, por outro lado, os parâmetros para a construção de Tesauros expressos pela norma documentária acima citada, a que

correspondem às Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues (Austin & Dale, 1993), pecam pela abordagem redutora que fazem, quer do controle do vocabulário (em última análise mais centrada no Plano de Expressão do que do Plano de Conteúdo), quer dos procedimentos a seleção inicial do vocabulário.

É por essa razão que recorrer à Terminologia pode significar o preenchimento das lacunas que, tanto a Semântica como a Documentação não preenchem. A Terminologia, além de permitir melhor operacionalização do processo de construção das redes de relações entre os termos, fornece metodologia e produtos concretos para delimitar os campos de interesse para a construção de Linguagens Documentárias.

O processo de coleta de descritores para uma Linguagem Documentária é frequentemente caracterizado pelo isolamento das palavras dos seus contextos originais, o que provoca a perda das condições de significação (que é sempre contextual). Se tais palavras se transformam em termos de domínios específicos através de processos definicionais, elas recuperam as condições de interpretação generalizáveis para o conjunto dos textos daquela especialidade.

Para buscar referência na Terminologia, é necessário, antes, procurar entendê-la nos seus propósitos. É o que procuraremos fazer a seguir.

5.3.1 O nascimento da Terminologia como campo de estudos, a abordagem clássica

A Terminologia (teórica e concreta) permite operacionalizar aquilo que a Semântica procurou fazer, e conseguiu apenas parcialmente, no âmbito da língua geral. Como já afirmamos, a proposta de organizar universos semânticos tendo como referência a língua encontra seu limite na própria característica da linguagem como um instrumento produtivo. Como um sistema de relações mútuas, as palavras na língua se definem conforme os contextos, as situações de uso e as formas de enunciação, fazendo com que quaisquer tentativas de

organização do universo semântico global sejam frustradas pela infinita possibilidade de combinações.

Ao propor a delimitação de universos temáticos tendo como base os discursos efetivamente produzidos por comunidades científicas, técnicas, profissionais ou outras, a Terminologia indica a possibilidade de operacionalizar a organização de vocabulários parciais, permitindo, assim, visualizar o estado da arte de áreas determinadas no que diz respeito aos traços que são mais marcantes, reconhecidos e compartilhados. A referência nos discursos valida o procedimento, permitindo observar como se dão os arranjos nas áreas do conhecimento e de atividade tendo como base o uso efetivo. O maior grau de compartilhamento da organização conceitual identificada nos discursos tomados como referência é um indicador importante que sugere a configuração da área de atividade ou campo de conhecimento num determinado tempo.

A atividade terminológica remonta à Antiguidade: há registros de nomeação das coisas, de compilação de termos, de produção de dicionários temáticos relativos a profissões, objetos, divindades etc., desde os sumérios em 2006aC; dicionários de termos médicos foram elaborados na Grécia, em 400aC, e Platão (427-347aC), no Crátilo, discute sobre a origem das palavras e a justeza dos nomes. No séc. XII, Lineu propôs uma nomenclatura de plantas e animais, assim como Berthold fez em relação à química (Barros, 2004).

Apesar de ser uma atividade que tem registros em tijolos de argila, é somente no século 20 que a Terminologia ganha características de um campo de estudos formal. A constituição da Terminologia como disciplina tem sua origem nos trabalhos da década de 30. Os esforços levados a efeito na Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia e União Soviética, nessa época, foram traduzidos pela formação de várias 'escolas': a escola de Viena, a escola de Praga e a escola soviética, paralelamente aos trabalhos de pesquisa desenvolvidos em diversas universidades, na Alemanha, nos países nórdicos, no Reino Unido e, no final da década de 70, no Canadá (Felber, 1987). As influências de tais escolas, em suas diferentes ênfases (base lógico-cognitivista, linguística, comunicacional) continuam se fazendo sentir nos trabalhos contemporâneos desenvolvidos no mundo inteiro.

Dentre os trabalhos pioneiros, destaca-se o realizado E. Wüster (1898-1977), engenheiro cuja tese sobre normalização internacional da linguagem dos domínios técnicos suscitou a criação do Comitê 37 - Terminologia, no seio da ISA (atual *ISO - International Standard Organization*) e a elaboração de princípios terminológicos. O trabalho de Wüster, identificado como da Escola de Viena, é referência fundamental na área da Terminologia. O projeto wüsteriano é fortemente influenciado pela Lógica e se preocupa em discutir a natureza dos conceitos, suas características e relações mútuas, sua definição, bem como a formação de termos e sua normalização com vistas à comunicação internacional entre especialistas. Esse esforço se traduz nas bases da Teoria Geral da Terminologia - TGT, que é identificada como uma das iniciativas mais importantes para a disseminação de princípios do trabalho terminológico a outros países e organizações internacionais, tais como a Unesco e a ISO. A TGT influenciou todas as teorias que se seguiram, tendo repercussões muito importantes no Brasil, quer no campo da própria Terminologia, quer no da Ciência da Informação.

A Escola de Praga aliou os ensinamentos de Wüster aos princípios da escola funcionalista (Vachek e Trubetsoy) fundada a partir dos trabalhos de Saussure, preocupando-se em destacar, como ela, os aspectos funcionais da linguagem. Dentre os principais representantes destacam-se Vancura, Kopecky e Coda, cujos trabalhos contribuíram à caracterização dos vários tipos de línguas especiais, ou línguas de especialidade (língua técnica, poética, jornalística, falada etc.), considerados gêneros de línguas funcionais, como também à elaboração de metodologias para a sua codificação, como meio de contribuir à sua estabilidade.

A Escola Soviética também tem estreita relação com a escola de Wüster, tanto por utilizar suas referências, como pelo fato de ter sido constituída por engenheiros com preocupações de fixar a terminologia científica e técnica. A escola soviética, como a de Viena, também teve sua origem no início da década de 30, a partir dos trabalhos de Caplygin e Lotte, preocupando-se com a elaboração de uma teoria da terminologia científica e técnica que visava propor princípios de construção de termos e de sistemas de conceitos. Esses

esforços deram origem às bases do trabalho terminológico da Academia de Ciências da URSS, publicado em 1968, cujo objetivo era de regulamentar a elaboração de terminologias em quaisquer domínios da ciência ou tecnologia (Felber, 1987).

5.3.2 A Terminologia contemporânea

Pode-se afirmar que a obra de Wüster foi, de fato, a que mais influenciou a formulação de normas terminológicas internacionais que, através de sucessivas edições, constituem a base teórico-metodológica da teoria e da prática contemporânea. Nos dias de hoje, há uma tendência em rever a ênfase normativa da Terminologia clássica, propondo-se observar a terminologia numa dimensão linguístico-comunicacional e não exclusivamente lógico-cognitiva. Decorre dessa perspectiva a substituição do paradigma terminológico, sustentado em fundamentos extralinguísticos, por um ponto de vista que considera o termo nos diferentes contextos discursivos onde ocorre. Passa-se a admitir a variação, como fenômeno derivado do uso da língua, e passa a se considerar o termo como unidade significativa de sistemas estruturados no interior da língua, atenuando-se as diferenças entre o termo, unidade de conhecimento abstrata, e termo, unidade da língua.

A alteração do enfoque da Terminologia hoje proposta se relaciona ao questionamento experimentado nas Ciências Sociais e Humanas de um modo geral frente ao modelo moderno de ciência. Considera-se que o contexto histórico-intelectual em que se localiza a obra de Wüster é bastante próximo daquele identificado com o do Círculo de Viena, na Filosofia e na Lógica. Dentre as preocupações dos filósofos e lógicos do Círculo estavam os limites de precisão da linguagem, como em Rudolf Carnap. Para Galinski e Budin, os objetivos de Carnap e de Wüster eram bastante semelhantes: “conseguir uma comunicação inequívoca e sem ambiguidade sobre os temas especializados” (Galinski & Budin, 1998, p.15), muito embora os métodos e objetivos dos dois fossem diferentes. O ponto de partida de Wüster era a lógica conceitual clássica: por meio de uma teoria e uma metodologia da Terminologia visava-se

a comunicação, sem ambiguidades, entre especialistas; Carnap, Popper e o I Wittgenstein, tinham como objetivo a formulação de proposições lógicas, visando a estruturação proposicional das teorias (idem ibidem).

Wüster, fiel à tradição lógica, postulou a formação dos conceitos como algo que ocorre anteriormente à linguagem. Os conceitos são, para ele, essencialmente mentais. O papel da linguagem seria o de conferir expressões verbais aos conceitos. Reside, aí, o aspecto que dá origem às críticas ao projeto clássico da Terminologia, pela redução do papel da linguagem à denominação. As idéias de Wüster podem ser identificadas às da filosofia analítica e do neopositivismo que se caracterizam pela busca da objetividade, da precisão, da não-ambiguidade. A rigor, pode-se ver no empreendimento a possibilidade de postular uma linguagem universal, unívoca e homogênea, depurada das imperfeições da linguagem comum.

Compreende-se, por essas razões, a ênfase à padronização como recurso para a comunicação unívoca, o que faz salientar o caráter sistemático e o potencial classificador das linguagens (Sager, citado por Krieger, 2001), mais do que o comunicacional. Soma-se a isso o foco nas engenharias e tecnologias na obra de Wüster. As ciências sociais e humanidades têm seu vocabulário menos ligado às nomenclaturas.

A TGT, embora reconheça a face linguística da terminologia nas relações de interdisciplinaridade, confere a ela apenas um papel designacional, não reconhecendo a polissemia vocabular e pregando a monovalência como condição econômica. Por esse motivo, pode-se afirmar que a Terminologia clássica acaba por 'apagar' aspectos comunicativos e pragmáticos, reduzindo-o à comunicação entre especialistas. A monovalência dos termos visando sua interpretação unívoca, a partir das teorias contemporâneas, é criticada por reduzir a possibilidade de circulação da informação terminológica a usuários que não compartilham o mesmo universo de linguagem.

De fato, as novas tendências da Terminologia se preocupam em recuperar a função principal da linguagem que é, por natureza, um instrumento de comunicação. Por esse motivo, questiona-se, além da posterioridade da

linguagem na formação do conceito, a excessiva formalização a que se submetem os trabalhos terminográficos. Essa posição se alinha, também, às discussões que rejeitam o lugar privilegiado dos discursos das ciências frente aos discursos do senso comum. Ao procurar uma linguagem unívoca, próxima da lógica, perseguir-se ia um modelo de ciência que via a linguagem, não como instrumento que, pelo fato de ser utilizado na comunicação, tem as marcas do uso. Ao contrário, são sobremodalizadas as imperfeições da língua na tarefa de transmitir o conhecimento científico. Nos dias de hoje, a própria afirmação da 'cientificidade' das humanidades impõe reconhecer que os discursos dessas áreas têm características particulares, sendo que seu léxico, como afirma Krieger, muitas vezes se confunde com o léxico comum, distante das nomenclaturas e das taxionomias (Krieger, 2001). Como consequência, as novas propostas põem em questão as concepções que visam a delimitar os termos como construtos ideais e homogêneos, isentos de polissemia e de ambiguidade a serviço preferencialmente da comunicação entre especialistas (Rey, 1979, citado por Krieger, 2001).

Não se pode afirmar, no entanto, que o campo de estudos da Terminologia contemporânea seja organizado de modo uniforme. As várias tendências, ao questionar os parâmetros clássicos, o fazem recuperando referências dos estudos da linguagem, da sociologia e dos estudos das ciências cognitivas atuais. As críticas à proposta de Wüster não são, também, generalizadas a todos os seus aspectos.

Do mesmo modo, não se pode dizer que esse movimento seja localizado exclusivamente no momento atual. De fato, desde Buffon, são identificados questionamentos às posições prescritivas da atividade terminológica (como também, classificatória). Já no séc. XVIII, Buffon, frente à proposta de Lineu, argumenta que a classificação dos Reinos Animal e Vegetal não é isenta de arbitrariedade, uma vez que a natureza não é estática, mas caminha por “gradações desconhecidas”. Entre um gênero e outro, sempre é possível identificar itens intermediários. O importante na crítica feita por Buffon é seu alerta sobre a preponderância do método sobre o sistema, preditivo e fixista. O método, considera, é interessante. O sistema gerado e fixado, problemático (Foucault, 1966).

Já mais recentemente, a obra de Alan Rey, desde meados da década de 70, aponta as dificuldades de conceber a atividade terminológica de um modo essencialmente prescritivo. Para o autor, adotar esse procedimento seria desconhecer o caráter da linguagem. Segundo Alan Rey, a Terminologia, mais do que trabalhar com nomes, trata de sistemas de valores reciprocamente definidos (Rey, 1979, citado por Barros, 2004), e tais valores se expressam, necessariamente, em linguagem.

Ainda no âmbito da Linguística, Benveniste, que salienta a importância da terminologia como marca da existência de uma ciência (Benveniste, 1989), já havia observado que os discursos (e entre eles, os da ciência), sempre expressos em língua, são responsáveis pela estrutura e significado (Benveniste, 1991).

Os exemplos acima citados permitem dizer que o que se anuncia como 'novo' na Terminologia, pode significar uma retomada de abordagens feitas ao longo do tempo. Não se trata, no entanto, de realizar um tal investimento, mas de verificar que os dias atuais talvez apresentem melhores condições para que aspectos antes levantados ganhem destaque no conjunto das proposições sobre modos de encarar os problemas.

No quadro da Terminologia contemporânea, a retomada de proposições anteriormente enunciadas, e a formulação de novas propostas de abordagem, podem ser agrupadas em três tendências principais, reunidas sob os títulos de Socioterminologia, Teoria Comunicativa da Terminologia, e Terminologia Sociocognitiva. Tais 'teorias' se valem tanto dos conhecimentos de Wüster e seus contemporâneos, como apresentam pontos comuns entre si. Do mesmo modo, há contribuições pontuais que não se organizam necessariamente sob as denominações acima, mas compartilham com elas alguns princípios.

Antes, porém, nos reportaremos aos conceitos da Terminologia oriundos das propostas de Wüster, examinando as normas terminológicas para, em seguida, pontuar as observações feitas pelas novas abordagens terminológicas.

5.3.3 Os conceitos terminológicos

Em Wüster, o *‘termo’* corresponde ao *‘conceito’*. O termo é considerado monossêmico, monorreferencial, ou seja, deve ter uma única significação e corresponder a uma só denominação. A Teoria Geral da Terminologia -TGT, visa o controle e a harmonização dos usos terminológicos em nível mundial, sendo, portanto, de natureza prescritiva e normalizadora. A TGT deu origem às normas terminológicas que orientam o trabalho terminológico.

O termo, segundo as normas terminológicas, corresponde ao conceito, sendo este último a base do trabalho terminológico.

O conceito, mais do que o termo, é a unidade central da Terminologia clássica. Segundo as normas terminológicas, o termo representa o conceito, e este é entendido como uma unidade de pensamento constituída por abstração a partir de propriedades comuns atribuídas a um objeto ou a uma classe de objetos e que pode ser expressa por um termo. (As variações de denominação – noção ou conceito – referem-se às variações de abordagem teórica: para a vertente lógica e cognitiva, conceito; para a vertente mais linguístico-comuncacional, noção; no inglês, conceito; no francês, noção).

Quando o conceito designa um objeto singular, ele é chamado de *‘conceito individual’* e representado numa linguagem de especialidade como um nome próprio (por ex.: Universidade de São Paulo), ou um símbolo (por exemplo, o símbolo da estátua da Liberdade).

A delimitação de um conceito é dada pela observação das características. A *‘característica’* é a representação de uma propriedade que serve para delimitar um conceito. A formação de um conceito tem um papel central na organização do conhecimento porque ele provê o significado para reconhecer objetos e para agrupá-los em unidades significativas num dado domínio. Os objetos são percebidos como compartilhando propriedades similares e agrupados em unidades. Quando objetos similares ou, ocasionalmente, objetos singulares, são vistos como unidades significativas dentro de um ramo do conhecimento, as propriedades de um objeto (ou comuns a um conjunto de objetos) são abstraídas como características, as quais são combinadas como um conjunto

na formação de um conceito. As características são constantemente combinadas para criar conceitos, embora diferentemente em diversas culturas, campos ou escolas de pensamento. A combinação de um conjunto único de características é representada numa linguagem de especialidade por uma designação, isto é, por um termo, um nome próprio ou símbolo. (ISO 704: 2000, tradução livre).

As normas recomendam realizar a análise conceitual no interior de um domínio de especialidade para se poder determinar quais são as características pertinentes.

Exemplo:

. objeto contextualizado num domínio:

lapiseira - domínio da papelaria

. o objeto é reconhecido como pertencendo à categoria dos objetos que são conceptualizados como lápis.

No processo de conceptualização, as propriedades dos objetos formam um conjunto abstrato de características. As propriedades do objeto são convertidas em generalizações aplicáveis a todo o conjunto como oposto ao objeto individual.

Como as propriedades dos objetos, as características são agrupadas em tipos de características, tal como cor, composição, função, uso, origem etc. Para obter uma lista compreensiva, as propriedades de inúmeros objetos que correspondem ao conceito sob análise devem ser identificadas a partir da abstração de suas características. Para objetivos práticos, a norma ISO 704 sugere começar a descrição por um ou mais objetos típicos. A identificação das características deverá ser baseada no conhecimento especializado do domínio, o que frequentemente requer pesquisa.

Exemplo:

análise preliminar do conceito "lapiseira"

Quadro 4: Objeto, conceito e designação de 'lapiseira'

Objeto	Conceito	Designação (termo)
(representação visual)	abstração baseada num conjunto de lápis	lapiseira

CATEGORIA	PROPRIEDADE	CARACTERÍSTICA	TIPO DE CARACTERÍSTICA
Nível de abstração	concretude	concretude	Essencial
composição	feita de uma peça longa e fina de grafite	núcleo de grafite	Essencial
composição	envolta em madeira, metal ou plástico	miolo de grafite envolto em madeira, metal ou plástico	Essencial
Cor	o revestimento é amarelo	o revestimento deve ser de alguma cor	não-essencial
composição	num extremo há uma borracha	em uma extremidade deve haver uma borracha	não-essencial
Forma	em outro extremo há uma ponta móvel	em uma extremidade deve haver uma ponta móvel	Essencial
Uso	o grafite e o envólucro movimentam-se para o uso	grafite e envólucro devem movimentar-se para o uso	Essencial
Meio	o grafite é o meio para escrever	o grafite é o meio de escrita	Essencial
Função	usado para escrever ou marcar	usado para escrever ou marcar	Essencial

(Tradução livre, ISO 704-2000)

O conjunto de características que são reunidas como uma unidade para formar um conceito é chamada '*intensão*'. Os objetos que podem ser reunidos sob o conceito constituem a '*extensão*' do conceito. Os dois, intensão e extensão, são interdependentes.

Exemplo:

- as características que fazem a intensão do conceito "*lapiseira*" determinam a extensão do conceito "*lapiseira*", objetos que se qualificam como lapiseiras e vice-versa.

O ponto focal da análise difere de acordo com os domínios específicos. Segundo a ISO 704, as características são consideradas essenciais se indispensáveis para o entendimento do conceito num dado campo do conhecimento. A falta de uma *‘característica essencial’* leva ao entendimento errôneo ou incompleto do conceito.

Exemplo:

- *núcleo de grafite = característica essencial*
- *extremidade com borracha - não essencial*

Sugere a norma ISO 704, que cada característica essencial do conceito estudado deve ser analisada em relação aos conceitos relacionados num sistema de conceitos. Características comuns ou compartilhadas indicam similaridades entre conceitos; características delimitadoras assinalam diferenças que formam um conjunto à parte. Uma *‘característica delimitadora’* é uma característica essencial que distingue um conceito de outro. Entretanto, o que é delimitador e o que é comum são termos relativos. A mesma característica deve ser delimitadora em relação a um conceito mas não comum em relação a outro conceito. A análise das similaridades e diferenças entre os conceitos, resultará um único conjunto de características que tipifica um dado conceito. Essa combinação única (singular) de característica situa o conceito dentro da rede de conceitos relacionados com características semelhantes ou diferentes. As relações entre conceitos deverão ser usadas para determinar a estrutura básica do sistema de conceitos. O entendimento das características usadas para desenvolver o sistema de conceitos simplifica a tarefa de definir o conceito.

Ainda segundo a norma citada, os conceitos não existem isoladamente, mas sempre uns em relação aos outros. Para organizar sistemas de conceitos deve-se ter em mente o domínio focalizado e os objetivos e expectativas dos usuários. O campo de assunto deve agir como uma armação dentro do qual o *‘campo conceitual’*, o conjunto de conceitos não estruturados, é estabelecido.

Exemplo:

- o campo conceitual de papelaria exclui "*lápiz de olho*", que pertence ao campo conceitual dos *cosméticos*.

Para modelar um '*sistema conceitual*', os conceitos do campo conceitual devem ser examinados e comparados observando-se os tipos de relações entre conceitos:

- relações hierárquicas
  - . relações genéricas
  - . relações partitivas
- relações associativas

Numa '*relação hierárquica*', os conceitos são organizados em níveis, onde o conceito superordenado é dividido em, pelo menos, dois conceitos subordinados.

Exemplos:

- existe uma relação hierárquica entre *árvore* e *pinheiro*.
- existe uma relação hierárquica entre *equinócio*, *equinócio de primavera* e *equinócio de outono*.

A norma não fala em conceitos coordenados, mas é possível verificar que eles resultam da aplicação de um mesmo critério de subdivisão ao conceito superordenado e apresentam uma dimensão desse conceito. Essa condição é expressa na norma documentária ISO 2788, para a elaboração de Tesouros monolíngues. Então, conceitos subordinados no mesmo nível e obedecendo ao mesmo critério de divisão são chamados '*conceitos coordenados*'.

Exemplo:

- *equinócio de primavera* e *equinócio de outono*, são termos coordenados.

A norma ISO 704 fala, também, em '*conceitos superordenados*' e '*conceitos subordinados*'. Um conceito superordenado corresponde a um conceito genérico ou a um conceito partitivo que é tomado como ponto de partida a partir do qual são organizados os conceitos subordinados.

Exemplos:

- na relação entre *árvore* e *pinheiro*, o termo *árvore* é superordenado (conceito genérico);
- na relação entre *equinócio*, *equinócio de primavera* e *equinócio de outono*, o termo *equinócio* é superordenado;
- na relação entre *automóvel* e *roda*, o termo *automóvel* é superordenado.

O conceito subordinado, por sua vez, é o conceito que, dentro de um sistema hierárquico, pode ser reagrupado com pelo menos um outro conceito do mesmo nível para formar um conceito de nível superior (conceito superordenado).

Exemplos:

- na relação entre *árvore* e *pinheiro*, o termo *pinheiro* é subordinado (tipo de *árvore*).
- na relação entre *equinócio*, *equinócio de primavera* e *equinócio de outono*, os termos *equinócio de primavera* e *equinócio de outono*, são subordinados.

Os conceitos são superordenados, subordinados (e os coordenados) sempre em relação mútua na hierarquia considerada.

A norma fala, também, das relações entre os conceitos, agrupando-as sob '*relações hierárquicas*' e '*não-hierárquicas*'. Essa classificação se origina com Picht (Picht, 1996, citado por Cabré, 1999) e altera a classificação original de Wüster, que previa os conceitos lógicos, de um lado, e os ontológicos, de outro.

Dois tipos de relação hierárquica são reconhecidos: '*relações genéricas*' e '*relações partitivas*'.

Tem-se uma relação genérica quando a intensão do conceito subordinado inclui a intensão do conceito superordenado mais, pelo menos, uma característica adicional, ou característica delimitativa. O conceito superordenado numa relação genérica é chamado de conceito genérico e o conceito subordinado, conceito específico.

Exemplo:

A intensão do conceito *lapiseira* inclui a intensão do conceito *instrumento de escrita* (*é um instrumento para escrever*), mas se diferencia dele (e de lápis) porque, diferentemente deste último, caracteriza-se por possuir um grafite móvel que avança para o uso.

Numa relação genérica, há uma relação inversa entre intensão do conceito e sua extensão. Se o conceito tem uma intensão específica, sua extensão será relativamente mais ampla e, inversamente, se sua intensão é ampla, sua extensão será relativamente específica.

O '*conceito genérico*' é aquele que inclui conceitos específicos, estabelecendo com eles relações hierárquicas. É obtido por abstração a partir de cada um dos conceitos a ele subordinados e por isso incluído na intensão de todos eles.

Exemplo:

- conceito *árvore* é genérico em relação ao conceito *pinheiro*.
- o conceito *instrumento de escrita* é genérico em relação aos conceitos que lhe são subordinados.

O '*conceito específico*' é o conceito subordinado numa relação genérica.

Exemplo:

- conceito *pinheiro* é específico em relação ao conceito *árvore*.
- o conceito *caneta* é específico em relação ao conceito *instrumento de escrita*.

Reproduzimos, a seguir, o exemplo da norma ISO 704:2000:

Quadro 5 – Representação gráfica do conceito ‘writing instrument’

(ISO 704:2000, tradução livre)

Observa-se que em português, lápis e lapiseira são termos coordenados, subordinando-se diretamente a instrumentos de escrita, conforme abaixo.

Quadro 6 – Representação gráfica do conceito ‘instrumento de escrita’

A constatação acima mostra como é problemático separar o conceito de sua expressão em língua.

Uma sequência de conceitos refletindo relações genéricas constitui uma '*série vertical de conceitos*', onde o grupo de conceitos coordenados forma uma série horizontal de conceitos.

A norma ISO 704 propõe, também, verificar que numa relação genérica há várias maneiras de subdividir um conceito em conceitos subordinados, dependendo do critério ou tipo de característica escolhida. Quando há mais de um critério, tem-se um sistema multidimensional

Para a linguística-semântica, que trata a relação genérica como '*hiperonímica*', em alguns casos, pode não haver uma designação para o nó principal, ou o que seria um termo superordenado. Nesse caso, há uma lacuna lexical.

Após falar das relações genéricas, a norma se refere à '*relação partitiva*', afirmando que existe uma relação partitiva quando o conceito superordenado representa o todo, enquanto que o subordinado representa partes desse todo. As partes, juntas, formam o todo. O conceito superordenado em uma relação partitiva é chamado '*conceito compreensivo*' (ou '*integrante*'), e o conceito subordinado é chamado '*conceito partitivo*'. Conceitos subordinados no mesmo nível compartilham características na mesma dimensão e podem ser chamados conceitos coordenados.

Do mesmo modo que no caso das relações genéricas, os conceitos partitivos podem ser expressos em '*séries verticais*' e '*séries horizontais*'. As partes devem ser obrigatórias (essenciais) ou opcionais (não-essenciais). Os exemplos da norma, traduzidos, são os que se seguem:

Quadro 7 – Representação gráfica de série horizontal

Quadro 8 – Representações gráficas de séries verticais

As partes do conceito *árvore* sob o ponto de vista de uma planta viva constituem o conceito compreensivo (integrante) - *árvore*, e os conceitos partitivos: *raiz*, *caule*, *ramos*, *folhas*.

As partes do conceito *árvore* sob o ponto de vista da permanência de seus órgãos permitem identificar:

Além das relações genéricas e partitivas, a norma ISO 704 explicita as '*relações associativas*', que constituem relações não-hierárquicas. Existe uma relação associativa quando uma conexão temática pode ser estabelecida entre os conceitos em virtude da experiência.

Algumas relações associativas são estabelecidas em relação à sua proximidade no espaço e no tempo. Tais relações envolvem matéria-prima - produto, ação - equipamento/instrumento, quantidade - unidade, material - propriedade, material - estado, matéria/substância - propriedade, etc.

Exemplos:

grafite / lápis ==> conteúdo/continente

escrever / lápis ==> atividade/instrumento

gametas / zigotos ==> etapas de um ciclo

humidade / corrosão ==> causa-efeito

padeiro / pão ==> produtor/produto

hora / relógio ==> duração / instrumento de medida

pintor / pincel ==> profissão / instrumento típico

Para a Terminologia, uma área de conhecimento não é uma lista arbitrária de termos, mas um conjunto de designações que correspondem aos conceitos e que constituem a estrutura de conhecimento de um domínio, devendo refleti-lo de modo coerente via relações entre conceitos.

Diferentes campos de assunto abordam os mesmos corpos de conhecimento sob diferentes maneiras. Os mesmos objetos devem ser combinados para formar diferentes unidades de conhecimento, com diferentes intensões e extensões. Um sistema de conceitos serve para: modelar estruturas de conceitos baseados em campo especializados de conhecimento; conferir clareza às relações entre conceitos; formar a base para uma terminologia padronizada; facilitar a análise comparativa de conceitos e designações através das línguas; facilitar a redação de definições.

A tipologia de sistemas conceituais compreende os '*sistemas genéricos*', no qual todos os conceitos em séries verticais se relacionam mutuamente como conceitos genéricos e conceitos específicos; '*sistemas de conceitos partitivos*', no qual todos os conceitos se relacionam um com os outros por associação. O tipo de relação associativa entre dois conceitos pode variar dentro de sistema, conforme o tipo de associações: por exemplo, entre conteúdo/continente, entre instrumento e ação, entre instrumento e uso, entre instrumento e atividade. Há ainda os '*sistemas mistos de conceitos*', que são construídos usando a combinação de relações conceptuais.

Os passos para a modelagem de um sistema conceitual e o de definição são intimamente relacionados. As definições devem refletir o sistema de conceitos; as relações dentro do sistema poderão ser estabelecidas primariamente pela análise das características de cada conceito incluído em sua definição, se uma definição formal já existe. Consequentemente, a modelagem e a diagramação da estrutura do sistema de conceito e a redação de definições para eles pode

requerer revisão e repetição de algumas operações.

Uma ‘*definição*’ deve definir o conceito como unidade com uma única intensão e extensão. A norma ISO 704 reconhece a definição por intensão (ou compreensão) e a definição por extensão.

A ‘*definição por intensão*’ deve indicar o conceito superordenado, num nível imediatamente acima, seguido das características que distinguem o conceito de outros.

Exemplo:

Lápis: instrumento de escrita (conceito genérico) *cujo núcleo de grafite é envolvido por uma capa de madeira* (característica distintiva 1) *que é apontada em uma extremidade para o uso* (característica distintiva 2). As definições acima devem basear-se nas relações conceituais genéricas ou partitivas.

Uma definição pode, também, refletir uma relação mista - genérica e partitiva, ao mesmo tempo.

Exemplo:

Lapiseira: instrumento de escrita (conceito genérico) *composto por um envólucro, grafite e mecanismo para projetar o grafite* (partes essenciais).

A ‘*definição por associação*’, como o próprio nome o diz, se baseia na relação associativa entre os conceitos. Inicia-se com o conceito superordenado, seguido das características essenciais que indicam a relação entre os conceitos: o conceito a ser definido e o conceito superordenado.

Exemplo:

pencilcase: container (conceito superordenado) *designed to hold and carry pencils and other writing instruments* (características essenciais).

A ‘*definição por extensão*’ é construída a partir de uma lista de conceitos subordinados que correspondem aos objetos que compõem a extensão (abrangência) do conceito.

Exemplo:

espécies ameaçadas: espécies criticamente em perigo, espécies em perigo ou espécies vulneráveis.

A elaboração de uma definição gera um ‘*verbetes terminológico*’ que se constitui de uma sentença que explica o que é o conceito (e não o que é o termo). Essa sentença é composta do sujeito (o termo), do verbo de ligação (subentendido) e do predicado, que constitui a definição propriamente dita.

Uma definição deve seguir os princípios da análise dos conceitos e do sistema conceitual numa área de especialidade. Deve refletir o sistema conceitual, usar características que indiquem a ligação entre os conceitos ou a distinção entre um conceito e outro, conter apenas informações que tornem o conceito único, descrever apenas um conceito, ser capaz de substituir a designação sem perda de sentido. Não devem ser circulares (utilizando-se um segundo conceito que é definido com o termo que designa o primeiro conceito), nem incompletas, nem negativas (descrevendo o conceito como ele não é) e não devem incluir características não essenciais.

As definições devem ser transparentes (usando uma característica essencial distintiva), consistentes (refletir o sistema conceitual), adequadas (seguindo os padrões de significado dentro de uma comunidade linguística) e construídas a partir do princípio de economia linguística (concisas). Devem favorecer a criação de termos derivados, estar em conformidade com as regras morfológicas, morfossintáticas e fonológicas da língua, dando-se preferência à língua nativa sobre empréstimos.

Quanto à normalização das terminologias, a norma ISO 704 indica os ‘*termos preferenciais*’ os ‘*admitidos*’ e os ‘*rejeitados*’, sendo os dois últimos termos ‘*não preferenciais*’. A norma sugere a harmonização entre termos de línguas diferentes numa mesma área do conhecimento.

As propostas de definição das normas terminológicas demonstram, na própria norma, seus limites, já que não são obedecidas no interior das próprias normas, como observa Pozzi (2000) em relação às normas a ISO 704 e a ISO 1087, no exemplo abaixo:

object: anything perceivable or conceivable/tout ce qui peut être perçu ou conçu

Sager, corroborando a perspectiva de Pozzi, mostra que a definição é uma explanação aceita do significado especializado de itens lexicais cuja ocorrência pode ser documentada em várias fontes. A definição fixa a intensão do termo, mas sua precisão varia do extremo rigor à flexibilidade. A definição analítica (ou aristotélica), que usa a hierarquia, caracteriza as propostas da Terminologia clássica, mas são poucas as definições que seguem o padrão ‘*gênero/diferença*’. Além da definição ‘por análise’, Sager considera que o processo definicional pode ser feito por sinônima, Paráfrase, implicação (usando a palavra num contexto explicativo), por denotação (por extensão ou enumeração, admitida pela teoria clássica), por demonstração (ostensiva), além de suas combinações (Lara, 2004, citando Sager, 1990).

Muitas vezes é difícil propor uma definição. Seguindo a teoria clássica, a operação de definição supõe uma relação extralinguística que parte do objeto e é mediada pelo conceito, colocando em evidência a separação sujeito/objeto. Há termos, no entanto, que não têm objeto ou cujo objeto é relativamente determinado, como ocorre nas humanidades, nas ciências sociais ou nas áreas em gestação. Para abordar problema semelhante, Hermans (1989) distingue, no vocabulário científico, os ‘*termos técnicos*’ e os ‘*termos teóricos*’. Os primeiros são utilizados para designar observações, medidas, instrumentos, experiências. A decupagem do campo nocional de domínios técnicos parte desses objetos, que podem preexistir aos termos, parte dos objetos atribuindo-lhes termos, ou seja, considera a noção dentro de um campo particular. Já os termos teóricos não se relacionam às noções preexistentes, mas são utilizados com uma ou várias significações, dependendo de seu funcionamento no contexto. Assim, ele deve ser definido no seu ambiente e segundo os paradigmas para os quais figura, sendo sua significação dependente das relações que ele mantém com outros termos do enunciado e relações privilegiadas numa disciplina dada. O conceito tem, assim, simplesmente a significação do termo.

A significação dos termos teóricos é continuamente gerada pelos cientistas no processo de pesquisa e, se muitas vezes são propostos termos imprecisos,

isso não se deve a uma incapacidade de precisão, mas a própria instabilidade e movimento das ciências. “A *estabilidade nas ciências equivaleria à estagnação*” (Hermans, 1989). Muitas vezes, a busca de precisão pode prejudicar a significação, considerando que o uso de metáforas funciona como recurso heurístico e explicativo na atividade científica. Do mesmo modo, várias significações de um termo podem coexistir numa mesma disciplina científica.

Prosseguindo na observação das normas, verifica-se que para a ISO 704, a expressão dos conceitos é feita por meio de designações.

A ‘*designação*’ funciona como uma síntese da definição. É uma representação do conceito por uma expressão linguística ou não-linguística. As designações podem se apresentar como:

- . termos, que designam conceitos gerais;
- . nomes (nomes próprios, que designam conceitos individuais);
- . símbolos, que podem designar conceitos gerais ou individuais.

Observa-se, no entanto, que nem todos os símbolos são designações.

Um ‘*termo*’ é uma designação constituída de uma ou mais palavras, que representa um conceito geral numa ‘*língua de especialidade*’. Um termo simples contém apenas um radical, enquanto um termo complexo contém mais de um radical.

Exemplo:

- *árvore* (no domínio da Linguística)

- *árvore* (no domínio da Botânica)

Um novo termo criado para designar um conceito é um neologismo: é um ‘*neotermo*’.

Exemplo:

- *dolarização* (termo que vem de dólar)

A atribuição de um termo-conceito numa dada linguagem de especialidade tem como objetivo assegurar que um dado termo seja atribuído apenas a um

conceito, e que o conceito seja representado apenas por um termo. Essa é condição para que ele seja '*monossêmico*'. Tal proposta se assenta na assunção de que por meio da monossemia se reduz a ambiguidade, enquanto a homonímia e a sinonímia podem levar à ambiguidade.

A norma fala de '*monossemia*', compreendida como a relação entre designações e conceitos na qual uma designação representa apenas um conceito.

A '*homonímia*', por sua vez, envolve uma relação entre designações e conceitos na qual as designações numa dada linguagem têm formas idênticas, seja fonética ou escrita, mas designam conceitos diferentes e não relacionados.

. termos idênticos na forma fonética = termos homófonos

. termos idênticos na forma gráfica = termos homógrafos

. termos idênticos nas formas fonética e gráfica = termos homófonos e homógrafos

Exemplos:

sessão, seção = homófonos

manga, manga = homófonos e homógrafos

A identificação de homônimos chama-se desambiguação.

A norma ISO 704-2000, diferentemente da ISO 1087-2000, não fala em polissemia. Não há consenso entre os terminólogos sobre a existência da polissemia nas áreas de especialidade, supondo-se que deve imperar a monossemia. Observe-se, todavia, que o próprio termo '*terminologia*' é polissêmico.

A '*polissemia*' compreende a relação entre designações e conceitos na qual uma designação representa dois ou mais conceitos que compartilham certas características.

Exemplos:

Ponte:

1. estrutura que sustenta o tráfico sobre uma fenda; 2. parte de um instrumento de corda. 3. placa dentária.

Ferro:

1. metal; 2. objeto de ferro.

Em oposição à monossêmia, Dubois e outros (1973) observam que um termo, unidade de um vocabulário científico ou técnico, pode ser constituído por empréstimo de uma palavra do vocabulário geral. No primeiro caso, o termo é considerado monossêmico (tal como Ferro, no vocabulário da química, substituível pelo símbolo Fe). No segundo, ferro é uma unidade polissêmica, pois comporta vários sentidos: ferro = metal; ferro = objeto (indeterminado) de ferro; ferro = objeto determinado de ferro, etc. Já em relação à homonímia os autores observam que, para a descrição dos significados, delimitam-se *“fronteiras entre unidades suscetíveis de uma descrição por vários micro-sentidos, e unidades que necessitam de descrições diferentes”* (Dubois e outros, 1973, p.472). Para Sager, os termos criados por iniciativa polissêmica devem ser considerados como homônimos (Béjoint, 1989, citado por Sager, 1990, p.230), o que é mais fácil se os termos são utilizarmos em domínios distintos (Lara, 1999).

Para Dubois e outros (1973), os critérios para distinguir entre polissemia e homonímia são variados e não conclusivos: critérios que procuram estabelecer correlações entre polissemia/homonímia e cultura/frequência; critérios sobre rendimento proporcionado por um tratamento e outro no dicionário, critérios etimológicos, critérios de desambiguação a partir de micro-sentidos verificáveis pela diferença na ordem de palavras etc. A ambiguidade, por sua vez, pode ser do léxico, quando certos morfemas têm vários sentidos (*‘Ele estava em minha companhia’*).

Gaudin e Boulanger discutem a oposição dicotômica entre a homonímia e a polissemia pregando a recuperação da força polissêmica dos signos, considerando que a sincronia como norma é uma das principais fontes da fratura artificial entre homonímia e a polissemia. A reintrodução da história e da diacronia na Terminologia, a homonímia e a polissemia reencontrariam sua

justificação no conhecimento e no funcionamento das práticas linguísticas (Boulanger, 1995, citado por Lara, 1999).

A '*sinonímia*', segundo a ISO 704, é a relação entre designações diferentes que representam um mesmo conceito, ou seja, que têm a mesma intensão numa data linguagem. As designações numa relação de sinonímia são chamadas sinônimas. Dados num mesmo nível de linguagem, os sinônimos são intercambiáveis. Se dois ou mais termos são atribuídos a conceitos cujas intensões são idênticas, eles são chamados '*quase-sinônimos*' e são intercambiáveis apenas em alguns conceitos.

Exemplo:

Cloreto de sódio e NaCl

Observa-se que, na Documentação, a quase-sinonímia tem um sentido diferente, pois pode se referir à equivalência entre designações que mantêm relações, por exemplo, de superordenação/subordinação mas que, por medida de economia do sistema, são representadas apenas pelo termo superordenado (ISO 2788-1986).

Exemplo:

canários USE pássaros.

A '*relação de equivalência*' não é mencionada na ISO 704. Na ISO 1087, a equivalência indica uma relação entre designações de línguas diferentes que representam o mesmo conceito. A equivalência pode ser total ou parcial segundo o grau de coincidência entre os conceitos.

Na Documentação, a equivalência compreende, no interior de uma mesma língua, a fenômenos de sinonímia e quase-sinonímia (ISO 2788-1986).

5.3.4 As observações sobre o estatuto dos conceitos e dos termos nas novas abordagens da Terminologia

Procuraremos, a seguir, registrar a posição de alguns autores nas suas críticas

ao estatuto do conceito e do termo. Preferimos selecionar as observações mais diretamente relacionadas a este assunto, já que aí estão as bases para a formulação das novas teorias. Sob essa perspectiva, não são analisados todos os aspectos da teoria terminológica clássica, como também não o são as justificativas para a reorganização do campo segundo as novas propostas.

5.3.4.1 Michel Le Guern

A posição de Le Guern é intermediária entre uma teoria clássica e uma teoria contemporânea. O autor não questiona os princípios da Terminologia clássica, mas focaliza o termo no discurso distinguindo-o da palavra do léxico, advogando uma linguística extensional.

Para Le Guern, o termo é uma unidade das línguas de especialidade expressos, geralmente, por um substantivo, ou uma unidade mínima definida pelo sintagma nominal. Do ponto de vista semiótico, o termo é um sinsigno indiciário remático (Le Guern, 1989). Para compreender este estatuto, conforme sistematização da teoria peirceana, o sinsigno é o signo em si, uma manifestação concreta de um *type*, ou seja um *token*. É uma coisa ou um acontecimento factualmente existente que é um signo; é uma réplica de um modelo abstrato ou legisigno (*type*). Considerando o signo como índice, o signo é visto numa relação com o objeto que indica; remático, porque o signo é visto em relação ao interpretante, quando o signo é um rema, um termo simples, uma descrição ou uma função proposicional (Rodrigues, 1991).

O termo não faz parte do léxico, porque é construído no discurso, onde combina léxico e sintaxe e ganha um referencial concreto. O termo seria signo de um objeto, teria uma extensão referencial no universo dos objetos, constituindo um predicado vinculado, relacionado, que associa uma palavra a uma classe de objetos tomados num universo particular. O termo aceita tradução, realizada através dos traços de substância, função das terminologias particulares. O termo, portanto, seria o veículo do conceito, não a palavra (Le Guern, 1989).

A palavra é uma unidade da língua geral. Nessa condição, não tem relação imediata com as coisas, ou seja, não tem referência, exprimindo apenas um conjunto de propriedades. Frente à palavra, diz Le Guern, tem-se a ilusão do substantivo, quando na verdade ela só é um predicado: refere-se a propriedades, a qualidades, não a objetos que tenham tais qualidades. A palavra é um signo de uma propriedade, só tem intensão, não extensão. Seria como um predicado livre, que tem significado, mas não tem referência. Por esse motivo, uma palavra é intraduzível (Le Guern, 1989).

5.3.4.2 François Rastier

A proposta de Le Guern, no âmbito da Linguística Extensional, pode colocar problemas. Como salienta Rastier (1991), uma teoria extensional da significação é mais aplicável às linguagens formais, já que é problemático operacionalizar o conceito de extensão de forma absoluta: além de nem sempre ser possível determinar as características aplicáveis ao conceito, podemos ter um mesmo referente relacionado a diferentes significados conotados (lembre-se o clássico exemplo, *'estrela da manhã'*). "Pelo paradigma da referência é possível identificar *do que se está falando*, mas não *como se está falando*. A extensão é determinada pela intensão, mas o inverso não é verdadeiro. Na lógica, a extensão sempre determina a intensão, sendo as classes determinadas pelas propriedades. Porém não é preciso conhecer denotativamente uma classe para lhe conferir uma conotação (ex.: *'unicórnio'*). A referência estabelece uma relação entre duas ordens de realidade, conceitos e objetos (Rastier, 1991).

Ainda segundo o autor, o sentido de uma palavra não lhe é imanente: ele é sempre produzido a partir de uma interpretação fundada em inferências. Para dar conta do sentido é preciso descrever os percursos interpretativos e os contratos linguísticos sobre os percursos. Nessa perspectiva, uma palavra não se define em relação a estados de coisas ou estados mentais, mas pelos seus contextos. Para Rastier, o objeto empírico da linguística é o texto. As línguas de especialidade não são línguas, mas normas sociais,

O conceito de termo, segundo Rastier, liga-se historicamente à lógica, dentro da tradição da silogística (Sócrates é um homem, Sócrates e homem são termos). As pesquisas da Inteligência Artificial sobre herança de propriedades, perseguem o empreendimento da silogística no quadro de uma lógica de classes. Na lógica terminista, que é uma teoria da denotação, a instituição do termo - e a correspondente normalização da significação -, teria dois efeitos correlatos: isolar e dispensar a interpretação. Já que estaria estabelecida, a significação não precisaria ser mais construída, bem como as variações de seus contextos, recusadas.

"A solidão do signo e a suspensão da interpretação caminham juntos. ... o signo não é um objeto de interpretação; ele é, ele mesmo, um artefato normativo da tradição ontológica, indefinidamente preocupada com as relações entre o conceito, o signo, a coisa" (Rastier, 1995).

O sentido de uma palavra não lhe é imanente, pertence às suas ocorrências: ele é sempre produzido a partir de uma interpretação. Se o sentido resulta de uma interpretação, para dar conta dela convém descrever os percursos interpretativos e os contratos linguísticos sobre os percursos (Rastier, 1995).

As definições do termo, na Terminologia clássica, são feitas no seio do triângulo semiótico de tradição aristotélica, cujos vértices são a palavra, o conceito e a coisa. Tal triângulo, reformulado por Wüster (Lerat, 1994, citado por Rastier, 1995), é reforçado pelo positivismo lógico que exprime um ideal de correspondência termo a termo entre uma palavra, um conceito e um objeto. A relação da palavra ao conceito, no triângulo, recoloca questões de polissemia e de referência, que caracterizam uma ontologia realista, como se vê na própria história do conceito *'termo'*. A relação conceito/referente não é menos problemática para a linguística, já que ela não se preocupa com dados extralinguísticos. Na tradição aristotélica, os conceitos, mais que as coisas, não variam com as línguas, conforme expressam as normas terminológicas internacionais. Segundo esse pensamento, o conceito é julgado universal - as coisas são as mesmas para todo mundo, como afirmava Aristóteles - e definem-se como permanentes. A isso se deve, segundo Rastier, a origem parmediana da ontologia, cuja primeira consequência foi o programa da

univocidade da escola eliática. Rastier lembra que Wüster menciona a ontologia entre as disciplinas conexas à terminologia. No dispositivo do triângulo semiótico clássico, é a identidade da coisa que garante aquela do conceito que a representa e, por essa mediação, a univocidade da palavra.

Seria problemática, então, a afirmação de Wüster, referida por Felber (Felber, 1987) de que os conceitos e noções correspondem ao sistema da língua, já que eles são, por ele mesmo concebidos como invariáveis. Wüster omitiria, assim, o problema do sentido como resultante da interpretação de textos, rebatendo-o sobre a referência: se a referência é fixa, sua interpretação, no sentido lógico, também o seria. No fundo, trata-se, para Rastier, de uma obsessão nominalista que, nos seus objetivos ontológicos, reafirma o nome como reflexo da entidade, tal como na crença pré-socrática.

Ressalta ainda, Rastier, que a norma ISO define o nome [termo] como uma designação de um objeto por uma unidade linguística, o que equivaleria a dizer que os termos são vistos como desprovidos de conotação, realizando uma denotação perfeita. A crença no nome (substantivo), junto com o verbo, como a categoria gramatical mais rica do ponto de vista da informação veiculada, estaria apoiada na crença de que a referência de uma proposição é assegurada por termos categoremáticos, crença essa que repousa em pré-julgamentos ontológicos: *"como dizer, por exemplo, que 'contestável', ou 'incontestavelmente' são mais ricos em informação semântica que 'contestação' ou 'contestar'?"* (Rastier, 1995).

5.3.4.3 A Socioterminologia: Boulanger, Gaudin, Gambier

A denominação Socioterminologia surge, primeiramente, em 1981 em artigo de Jean-Claude Boulanger, publicado na revista Terminogramme, do Office Québécois de la Langue Française. Mas é com François Gaudin, com sua tese na Universidade de Rouen, na França, que a Socioterminologia ganha relevo (Faulstich, 2006). As propostas de Gaudin (1993a; 1993b), que influenciam os trabalhos recentes desenvolvidos no Canadá no tocante à reorganização das ações de planejamento linguístico antes assentes no paradigma normalizador,

coloca ênfase nas práticas linguageiras e sociais concretas dos homens, em particular, no exercício das atividades do trabalho. Desse modo, confere prioridade à observação do uso dos termos nas práticas sociodiscursivas, destacando o papel da Terminologia na circulação social dos termos.

François Gaudin assume uma posição crítica à teoria de Wüster destacando que a relação entre signo e a realidade é construída no quadro das interações verbais e sociais. O autor é radical ao propor a substituição do conceito de domínio pelo de '*episteme*', seguindo orientação de Foucault, considerando-o mais adequado para descrever a realidade do trabalho científico e das práticas linguísticas que o sustentam. Inaugurando a recuperação do pensamento de Bakhtin, hoje em voga, Gaudin destaca a necessidade de observar o dialogismo e a polifonia enunciativa, aproximando-se, com sua proposta de revisão das tipologias que separam os textos em categorias segundo o grau de sua '*cientificidade*', às formuladas na sociologia, que propõem rever os limites entre o discurso das ciências e do senso comum, tal como Santos (1989).

Para a Socioterminologia, as relações semânticas, léxicas e gramaticais são mais importantes do que as definições formais. Gaudin critica as posturas prescritivas da Terminologia clássica e propõe uma atitude descritiva, respeitando as relações históricas e sociais que marcam o uso dos termos. O autor põe em xeque a recusa ao reconhecimento do valor das metáforas e a polissemia que são, para ele, considerados elementos de conhecimento (Gaudin, 1993a; 1993b).

Para Gaudin, no âmbito da Socioterminologia, o ideal normalizador, via termo, é inoperante. Demonstra isso a insuficiência dos instrumentos bilíngues de referência, no Canadá, que não deram conta da realidade dos usos terminológicos, provocando modificações substanciais nas políticas governamentais de Terminologia. O autor propõe que se examine o contexto de produção dos léxicos especializados, salientando a importância do diálogo interdisciplinar entre áreas de conhecimento constitutivas da Terminologia.

De um modo geral, os trabalhos de Gaudin (1993a; 1993b), Gambier (1991) e Boulanger (1995), apresentam a tendência em se opor à terminologia *in vitro*,

propondo um estudo *in vivo* das linguagens de especialidade. O uso dos termos na comunicação especializada é o ponto principal de referência, pois permite observar os aspectos sociais da linguagem de especialidade e propor uma prática terminológica considerando os espaços e as práticas linguageiras onde ocorrem. Ao fazê-lo, necessariamente a Socioterminologia reconhece a sinonímia, a homonímia e a polissemia e, portanto, a variação terminológica.

Em contraposição à TGT, a Socioterminologia considera o signo linguístico segundo a proposta de Saussure - uma unidade de forma e conteúdo indissociáveis, recusando-se a dar prioridade ao conceito no estudo dos vocabulários especializados. Como salienta Dubois, a Socioterminologia:

Interessa-se, sobretudo, pelas situações de interface, nas quais o especialista é levado a renunciar ao discurso normalizado entre pares para aceitar compromissos linguísticos com interlocutores de outras disciplinas ou engajados mais diretamente no processo de produção, bem como com aqueles que possuem funções deliberativas (no âmbito dos relatórios, de respostas a licitações, contratos, etc.) e com o público em geral (Dubois, 1994, p.436, citado por Barros, 2004, p. 70)

Grande parte das propostas da Socioterminologia são feitas por Gambier, para quem é necessário abordar as ciências e técnicas sob o ângulo de nós de conhecimento. Afirmo o autor, que

“Um domínio é constantemente o resultado da dialética entre a integração (interdisciplinar) e a parcelização (hiperespecialização)”. Os discursos funcionam em sinapse e em tempo real, frente ao caráter fechado das imposições da Terminologia. “Uma ciência, uma técnica refere-se a outras ciências, outras técnicas – elas mesmas ramos sobre outras ... Não há ‘domínio’ sem ‘domínios’ conexos: um ‘domínio’ remete a um nó de conexões – tanto mais aberto, instável quanto mais novo for o saber, em curso de constituição, sem definição consensual” (Gambier, 1991, p.37 citado por Boulanger, 1995, p.198).

A Socioterminologia também enfatiza a importância da história, trazendo, via ótica diacrônica, a perspectiva linguístico-social, a partir da qual se pode pesquisar as causas dos equilíbrios e desequilíbrios onomasiológicos. As estratégias da Socioterminologia são estruturadas na perspectiva da integração social dos discursos terminológicos: não só os termos, mas também a sintagmática no sentido saussuriano, constituem o suporte frástico dos enunciados. Desse modo, ela considera a conjugação do léxico, da gramática,

da sintaxe e, indiretamente, da fonologia, já que ela se faz discurso falado (Boulanger, 1995, p.199).

Na mesma linha, a Socioterminologia discute a pertinência dos conceitos de *'língua de especialidade, sinônimo, domínio*, bem como a cópula *'ciência e técnica'*. Boulanger, por seu turno, afirma que a homonímia generalizada é um mito redutor (Gaudin citado por Boulanger, 1995, p.199).

5.3.4.4 A Teoria Comunicativa da Terminologia: Maria Teresa Cabré

Os trabalhos recentes de Cabré e seus colaboradores do IULA - Instituto de Linguística Aplicada, de Barcelona, experimentam nova abordagem quando comparados com os anteriores. Inicialmente fiel à linha wüsteriana (conforme Cabré, 1993), passa a assumir novas posições em 1999, propondo observar a dimensão textual e discursiva da Terminologia (Cabré, 1999) sem, no entanto, rechaçar totalmente as propostas de Wüster.

A Teoria Comunicativa da Terminologia se organiza de modo interdisciplinar, na confluência entre a teoria do conhecimento, da comunicação e da linguagem. A vertente questiona a autonomia da Terminologia em relação às teorias da linguagem, recuperando, desse modo, a condição dos termos como unidades de forma e conteúdo que, ao serem utilizados em diferentes situações discursivas, adquirem valor especializado (Cabré, 2002).

Contrariamente a seus trabalhos iniciais, hoje Cabré advoga que as unidades terminológicas não são entidades autônomas que constituem um léxico diferenciado mas, ao contrário, fazem parte da linguagem natural. São unidades denominativo-conceptuais que têm capacidade de referência quando utilizadas em contextos discursivos, implicando possibilidades de exercer distintas funções. As unidades terminológicas não são, de início, nem palavras, nem termos: são unidades que potencialmente funcionam como termos se ativadas nos contextos de uso. Nessa situação, os conceitos de um mesmo âmbito especializado mantêm entre si relações que constituem a estrutura conceptual de campos temáticos, sendo seu valor conferido pela posição relacional dentro do discurso.

A semelhança entre termos e outras unidades de comunicação leva a Teoria Comunicativa da Terminologia a aceitar, diferentemente do que ocorre com a teoria clássica, a possibilidade de variação conceitual e denominativa. Para autora, além de representar o conhecimento, as unidades terminológicas têm a função de transferir o conhecimento especializado, exercendo, simultaneamente, funções cognitivas, sociais e comunicativas (Cabré, 1999).

A posição recente de Cabré também demonstra um posicionamento que se orienta a partir da consideração da linguagem como lugar de manifestação do termo. Primeiramente, Cabré propõe deslocar a ênfase da *'teoria da terminologia'*, para uma *'teoria dos termos'*, onde os objetos seriam o foco da configuração dos espaços disciplinares e a teorização, resultado das perspectivas de análise. Na sua perspectiva, os termos deveriam ser abordados sob distintas óticas e, dentre elas, uma baseada na análise linguística. Os termos seriam vistos como unidades de forma e conteúdo que em determinadas condições discursivas, adquirem valor especializado (Cabré, 2002). Estão aí as bases para uma Teoria Comunicativa da Terminologia que reconhece os termos ao lado de outras unidades de comunicação, e que implica a possibilidade de aceitação da variação conceitual e denominativa. Desse modo, Cabré caminha para ver o termo na sua dimensão textual e discursiva (Cabré, 1999).

Outro aspecto destacado na teoria dos termos, de Cabré, é a observação dos aspectos pragmáticos de funcionamento das unidades terminológicas. Os termos seriam signos a serem observados como unidades dinâmicas. Ao realizar um apanhado histórico das atividades da RITerm, em Lisboa, 2000 (Cabré, 2003), Cabré destaca que foi em Cuba, durante o VI Simpósio da RITerm, que o caráter linguístico da Terminologia começou a ser pontuado com maior ênfase, quando se observou, nas diversas apresentações, a terminologia no discurso, a descrição das características em funcionamento,

"que reconhece a diversidade do discurso e a adaptação da terminologia a essa diversidade, que observa a dinamicidade das unidades especializadas, que analisa os movimentos conceptuais e denominativos das chamadas unidades terminológicas nos textos, que constata as coincidências entre a terminologia e o léxico das línguas sem por isso negar sua especificidade semântica e pragmática, que se atreve a sustentar que, em teoria, não é necessário postular tipos de unidades distintas (termos e palavras) para explicar a diferença, mas que também pode ser feita a partir de uma proposta de usos e valores distintos de uma mesma unidade" (Cabré, 2003, p.78).

Do ponto de vista metodológico, o enfrentamento das unidades de análise remete a discussões teóricas sobre o estatuto da Terminologia. O principal ponto que fundamenta a revisão metodológica deriva das funções da Terminologia: representar o conhecimento especializado e ser veículo de transmissão desse mesmo conhecimento. Essa dupla função supõe, segundo Cabré, que as noções de representação e de transferência sejam unívocas. Uma terminologia especializada destinada a representar o conhecimento *in vitro* não requer, no entanto, as mesmas condições que uma terminologia que tem que circular *in vivo*. A diferença se baseia no nível de verossimilhança (correspondência de uma forma ao uso social em situações reais de comunicação). A terminologia fundamentalmente representacional pode, segundo a autora, ser artificial e arbitrária, e pode controlar a variação para preservar a univocidade e a monossemia da teoria clássica. A terminologia basicamente comunicacional natural, ao contrário, deve ser necessariamente real, utilizada e, nessa condição, apresenta variação (Cabré, 1999, p.80).

As consequências metodológicas das '*duas Terminologias*' - representacional e comunicacional do conhecimento *in vitro* (consensuado, padronizado) ou do conhecimento *in vivo* (espontâneo, natural) são as de que a terminologia comunicacional natural deve ser necessariamente descritiva e só posteriormente, na etapa da coleta, análise e resolução de problemas, se poderá considerar se ou não adequado intervir para reduzir a variação. Já a teoria basicamente representacional do conhecimento padronizado pode ser descritiva, controlando totalmente a variação.

Segundo a autora, as duas terminologias servem a propósitos diferentes: a representacional, às necessidades de padronização internacional, à documentação, a certas políticas de intervenção estritas, à engenharia do conhecimento; a basicamente comunicacional serve à tradução, à expressão especializada e à normalização das línguas em contextos sociolinguísticos regulados por políticas que admitem a variação (Cabré, 1999, p.81).

A posição acima, segundo nosso ponto de vista, indica que Cabré ainda oscila entre uma terminologia clássica e uma terminologia contemporânea, uma vez que não incorpora integralmente as consequências que estão na base de um

princípio teórico fundamental que não aceita a separação pensamento e linguagem e que observa as características da linguagem como instrumento de comunicação. Compreende-se a dificuldade pelas consequências de um posicionamento que solicita a formulação de novos métodos de trabalho.

Em síntese, a proposta de Cabré caminha para delinear uma Teoria Comunicativa da Terminologia baseada:

- na adequação, à medida em que cada trabalho concreto deve adotar uma estratégia em função de sua temática, objetivos, contexto, implicações e recursos disponíveis;
- na consideração da unidade terminológica como uma unidade conceptual e denominativa poliédrica na qual o conceito é percebido segundo perspectivas determinadas pelo grupo científico, a conceptualização que uma língua faz da realidade e a idéia prioritária de que o trabalho quer dar ao tema. Segundo a autora, pode haver formas diferentes de conceptualizar especializadamente entre os grupos de uma mesma ou diferente língua;
- a denominação dos conceitos pode variar no interior da mesma língua, ou refletir diferentes prioridades em diferentes línguas ou grupos;
- as denominações podem coincidir totalmente (denominação e conceito) ou parcialmente (só alguns aspectos do conceito) com unidades de outros campos. Assim, os termos podem apresentar polissemia;
- a forma e o conteúdo dos termos são sistemáticos em relação à língua geral como no interior dos âmbitos especializados. Um termo pertence sempre a uma língua e responde formalmente aos mecanismos léxicos de criação, formação, empréstimo; pode-se adotar mecanismos de analogia denominativa dentro de uma mesma especialidade;
- os conceitos em um campo especializado mantêm relações diversas entre si, percebidos sob uma perspectiva determinada. As relações entre os conceitos vão além das lógicas e ontológicas estabelecidas pela TGT, muito embora esse seja um tema ainda pouco explorado no qual estão sendo feitas pesquisas;
- o valor do termo é determinado por sua presença num âmbito de especialidade. Um termo pertence a esse âmbito se é usado nesse âmbito,

pressupondo-se que um mesmo termo pode ser utilizado em mais de um âmbito de especialidade com valor idêntico ou matizadamente distinto;

- a TCT é um método necessariamente descritivo e consiste na recompilação das unidades reais usadas por especialistas de um campo em diferentes situações de comunicação. O corpus de extração deve ser heterogêneo e representativo, o que não impede que possa ser homogêneo. Os termos selecionados são unidades reais, não necessariamente satisfatórias nem normalizadas;

- as unidades retidas nos textos como representativas podem ser termos (nominais, verbais, adjetivais) ou unidades mais amplas, resultantes de combinações frequentes: fraseologias, unidades oracionais etc.;

- a categoria básica dos termos é a nominal: as unidades adjetivas e verbais de caráter terminológico são próximas ao termo nominal; do mesmo modo, locuções de valor terminológico, compostas de preposição e sintagma nominal;

- os termos recebem somente uma definição no vocabulário. São unidades abstratas associadas a conjunto de traços ou características de significação;

- os termos são associados a características gramaticais e pragmáticas. As características pragmáticas descrevem os usos e efeitos desses usos. Um termo pode ser descrito, também, de forma enciclopédica;

- os termos reais podem ser polissêmicos no sentido em que uma denominação pode aparecer com um significado parcialmente distinto em outros âmbitos de especialidade; podem compartilhar com outros sinônimos a denominação de um conceito;

- A terminologia é concebida como um conjunto de unidades usadas efetivamente na comunicação especializada, podendo se dar em diferentes níveis de especialização e para distintos propósitos, de modo que o maior grau de especialização, menor grau de variação denominativa;

- o trabalho descritivo de coleta sistemática dos termos usados em um âmbito pode conduzir a um dicionário, vocabulário banco de dados que apresenta os termos com informações gramaticais, semânticas e pragmáticas (Cabré, 1999, p.136-140).

As propostas acima demonstram que a autora não realiza, de fato, uma cisão com a TGT, admitindo a possibilidade de convivência entre pontos de partida distintos.

5.3.4.5 A Teoria Sociocognitiva da Terminologia: Rita Temmermann

A Teoria Sociocognitiva da Terminologia propõe observar os modelos cognitivos (dentre eles, os metafóricos), enfatizando as relações entre os processos de categorização e a linguagem. A vertente tem como base a semântica cognitiva, recuperando as propostas de Eleanor Rosch sobre os protótipos e formas de categorização e de Lakoff, da Semântica Cognitiva. Temmermann, responsável pela proposta, questiona os postulados da Terminologia tradicional, afirmando que a definição de conceito como unidade de pensamento constituída por abstração de propriedades, é muito restritiva, já que poucos conceitos existem de forma objetiva. Em seu lugar, propõe substituir a noção de conceito por unidade de compreensão ou entendimento, afirmando que na base do conhecimento estão formas prototípicas de organização.

Essa vertente prioriza o termo, e não o conceito, como ponto de partida para a descrição terminológica, observando que a terminologia deve ser abordada no discurso. Do mesmo modo, prioriza a categoria como unidade mais idônea para descrever as unidades de compreensão. Ressalta que, apesar de ter um núcleo, a categoria sempre está em processo de reformulação e uma vez que elas se manifestam na língua, é o discurso o objeto de observação (Temmermann, 2000).

A estrutura conceptual é concebida como algo flexível, cuja organização varia em função do nível e do tipo de especialização do emissor e do receptor. A informação considerada relevante para uma definição, portanto, varia, uma vez que as descrições do significado dependem do tipo de unidade de compreensão, como dos participantes da comunicação. A teoria rejeita a padronização, admite a sinonímia e a polissemia. Os processos de categorização, compreensão e de comunicação se reportam às funções das

unidades no discurso, do que decorre admitir sua funcionalidade, flexibilidade e diversidade dos modos de organização (Temmermann, 2000).

A delimitação do conteúdo, para Temmermann é observada a partir do texto onde ocorre, o que explica as variações conceituais. O texto, segundo a autora, possui outras dimensões que a linguística, como a pragmática, a discursiva e a comunicativa: os termos não podem ser compreendidos fora de seu ambiente natural, os textos.

Seguindo Lakoff, Temmermann se reporta à categoria como elemento mais idôneo para descrever a unidade de compreensão, já que embora ela teria um núcleo e uma estrutura delimitada, está em constante reformulação. As estruturas prototípicas das categorias mobilizam informações entre categorias e no interior da mesma categoria, respectivamente, intercategoria e intracategoria, que se manifestam na língua e são observadas no discurso. Por esse motivo, afirma a autora, é aí que se pode identificar mais módulos de informação, ao contrário do que pregam as normas que sugerem procurar pelas características diferenciadoras dos conceitos e de sua posição nas classificações lógicas e ontológicas.

No interior da categoria é possível deduzir definições nucleares relativas à informação; sob a abordagem intercategoria, se deduz o domínio, a perspectiva e a intenção do modelo cognitivo usado (Temmermann, 2000). As informações relevantes para uma definição variam de acordo com o nível e o tipo de especialização do emissor e do receptor; as descrições do significado dependeriam dos tipos de unidades de compreensão e dos participantes da comunicação. A funcionalidade e a flexibilidade dos modelos cognitivos justificariam admitir a sinonímia e a polissemia no processo de compreensão e de comunicação, assim como a diversidade dos processos de categorização (Temmermann, 2000).

A abordagem de Temmermann, em que pese sua visão cognitiva, se alinha às teorias que compreendem os termos como unidades linguístico-comunicacionais na crítica ao modelo de Wüster que tem, no conceito, a unidade central, que crê na objetividade da ciência e que concebe os termos

como etiquetas denominativas dos conceitos. Mas ao contrário das novas tendências, identifica, de modo problemático, o modelo saussuriano sobre a linguagem ao modelo wüsteriano, não compartilhando, portanto, das mesmas teorias linguísticas subjacentes à Teoria Comunicativa e à Teoria da Socioterminologia.

5.3.4.6 Rey, Krieger, Hermanns, Sager

Muitas das questões hoje colocadas pela Teoria Comunicacional da Terminologia já haviam sido enunciadas por Alan Rey. Para o autor, as questões terminológicas não podem ser vistas fora da linguagem.

"Na origem das reflexões sobre o nome e a denominação, base da terminologia, encontra-se toda a reflexão sobre a linguagem e o sentido" (Rey, 1977, p.3)

A compreensão da produção terminológica à luz de um ponto de vista descritivo leva a observar que os termos não os construtos ideais e homogêneos a serviço de uma comunicação restrita a especialistas e isento de polissemia e ambiguidades conceituais. As afirmações do autor estão na base do redimensionamento dos estudos terminológicos recentes que propõem ver o funcionamento dos termos como unidades da linguagem natural. Sob essa perspectiva, são associados, à Terminologia, os conhecimentos não só de linguistas, mas também da sociologia, da filosofia, da inteligência artificial. Passa-se a privilegiar não mais a prescrição e a padronização, mas os estudos descritivos que destacam os aspectos linguísticos e pragmáticos.

A visão linguística explicita uma tensão entre duas concepções antagônicas: a idéia de que os termos técnico-científicos não são elementos naturais das linguagens naturais, caracterizando-se antes como unidades do conhecimento, e uma visão que compreende que as terminologias são unidades lexicais e, como tal, componentes naturais dos sistemas linguísticos (Krieger, 2001). Essa dicotomia está na base dos questionamentos sobre o estatuto e natureza do termo. Ao negar sua naturalidade se estaria anulando a dimensão comunicativa

das terminologias, como também demonstrando o desconhecimento de que os léxicos temáticos são importantes elementos constitutivos dos textos que veiculam conhecimentos especializados.

Krieger reitera que a recusa da naturalidade dos termos funda-se na *"crença do absoluto artificialismo das terminologias"* (Krieger, 2001, p.51), crença essa que se deve, em larga medida, *"à forte presença dos formantes gregos e latinos nas nomenclaturas das ciências taxionômicas, como é o caso da Botânica, da Zoologia e da Química, entre outras"* (idem ibidem, p. 51). Isso explicaria a idéia da nítida separação entre o léxico comum e os léxicos de especialidade.

A compreensão da linguagem científica como um lugar homogêneo e transparente, cuja função seria expressar as verdades científicas, reitera o modelo positivista de ciência, como se afirmou anteriormente, e põe em relevo uma atitude onomasiológica que enfatiza a dimensão conceitual, elegendo como temas principais, a essência dos conceitos, as características e definições. Trata-se, pois, de uma perspectiva epistemológica diferente daquela da Linguística.

Krieger cita Sager, para quem o procedimento de designação adotado pelas ciências taxionômicas se baseia na criação de linguagens artificiais que exploram a natureza e o potencial classificador da linguagem. Com um sistema denominativo, via nomenclaturas, a terminologia clássica buscaria um modelo de expressão do conhecimento que desconsidera a ambiguidade da língua comum. Como afirma Krieger, as novas propostas da Terminologia são estabelecidas a partir do princípio de que o conhecimento só pode ser produzido e apreendido a partir de sua materialização nos diferentes sistemas semióticos, dentre os quais o verbal. Os propósitos de uma teoria da Terminologia podem ser compreendidos pela afirmação:

"A terminologia trata de conceitos e, portanto, de estruturas de conhecimento apenas na medida em que estão representados no léxico da língua. Os conceitos são elementos da estrutura do conhecimento e, como tais, ocupam um lugar importante dentro da filosofia das ciências e das teorias cognitivas. A terminologia não tem esses propósitos" (Sager, 1993, p.139, citado por Krieger, 2001, p. 52).

Sob esse ponto de vista, uma teoria da Terminologia deveria compreender os termos como unidades linguístico-comunicacionais cujo foco não seria a problemática do conceito, como nas ciências cognitivas. Segundo Krieger, a problemática da conceituação para a Terminologia, residiria na sua relação e nos seus efeitos sobre uma série de componentes que não se restringiriam *"aos princípios conceituais de apreensão dos léxicos temáticos"*, mas teria seu ponto de partida na

"recusa à dicotomia entre pensamento e linguagem, propugnando a compreensão dos termos como elementos naturais das línguas naturais, portanto, como unidades linguístico-pragmáticas que participam da constituição dos discursos científicos e técnicos" (Krieger, 2001, p.55).

Krieger cita Hoffmann, para mostrar o abalo provocado pelas novas investigações terminológicas frente aos princípios propagados pela Escola de Viena.

A tendência da orientação léxica de excluir os aspectos sociolinguísticos e pragmáticos em benefício de um ponto de vista semântico, lógico ou ontológico está intimamente relacionado ao privilégio da função denominativa das linguagens de especialidade (Hoffmann, 1998, p.30, citado por Krieger).

As observações de Krieger mostram o estágio embrionário das pesquisas, mas salientam a existência de estudos sobre a inter-relação dos léxicos terminológicos com os contextos comunicativos em que se materializam, bem como o significado do aporte explicativo dos fenômenos da linguagem via Teorias do Texto e do Discurso, da pragmática e da semiótica narrativa. A autora afirma que os estudos sobre as formas de produção da significação, constitutivas das diferentes manifestações discursivas, procuram se valer dos recursos terminológicos de unidades lexicais, sempre relacionadas a um campo de conhecimento, mas ultrapassam a dimensão temática, já que procuram observar também categorias de textualidade e discursividade. Salienta, também, citando Szlodian (1995), o fato de que a Inteligência Artificial ressentisse da carência de aparatos descritivos que observem os mecanismos gerais de funcionamento das comunicações especializadas, uma vez que eles não se restringem ao plano paradigmático e não se reduzem à combinação de termos.

Krieger se refere a estudos na Alemanha, leste europeu e Rússia que, já há bastante tempo, buscam critérios identificadores dos textos especializados que não são apenas temáticos. Destaca, também, as pesquisas de Hoffmann, considerado um dos precursores dos alertas sobre as restrições do pensamento terminológico clássico, que afirma que a linguagem de especialidade é constituída por um conjunto de recursos linguísticos em diversos níveis - sons, frases, princípios estilísticos, mecanismos de organização do texto etc (Hoffmann, 1998). Salienta, finalmente, o significado da reversão dos paradigmas clássicos da Terminologia, mostrando que ele implica num conceito de domínio como estrutura estática e conteudística (Krieger, 2001).

Sob nosso ponto de vista, a abordagem de Hermans, já referida, alertou para a funcionalidade da terminologia clássica. A adoção do termo funciona quando se trata de se referir a objetos concretos que servem para denominar observações, medidas, experiências e instrumentos (para ele, os termos técnicos). As definições desses termos não são feitas a partir de seu funcionamento no discurso, mas em campos nocionais. Quando se trata de objetos teóricos, onde os termos têm sua significação dependente de seu funcionamento no contexto e só podem ser definidos no seu ambiente e segundo os paradigmas em que figuram, a proposta clássica falha (Hermans, 1989).

Em relação à definição, destaca-se a crítica de Sager (1990) pelo fato de ela reconhecer, normalmente, apenas a definição analítica, passível de ser feita pela hierarquia. Muito embora a nova norma ISO 704 fale das definições por associação, na teoria wüsteriana original é a definição aristotélica - gênero próximo, diferença específica, que prepondera. Para Sager, além da definição analítica, o processo definicional pode recorrer à sinonímia, à paráfrase, à síntese, à implicação (neste caso, utilizando uma palavra em um contexto explicativo), à demonstração (definição ostensiva), além da denotação (que é uma definição por extensão ou enumeração, admitida pela teoria clássica).

Allan Rey (1995, p.42 e ss., citado por Finatto, 2001, p.118), se refere à característica da definição como propriedade de estabelecer, em si mesma,

"um entrelaçamento ou compromisso entre a definição lexicográfica e a descrição enciclopédica". Ressalta o autor, que a descrição enciclopédica é ampla e diversificada no teor de informações, apresentando traços relevantes e irrelevantes na caracterização de uma palavra. Tal definição, segundo nosso ponto de vista, têm maior carga informativa do que a simples disjunção gênero próximo, diferença específica. Não se trata, no entanto, de rejeitar a definição aristotélica, mas de não restringir sua formulação a ela.

Verifica-se, pelos pontos elencados acima (que não esgotam, em absoluto, os problemas das normas terminológicas), que a tendência atual tem sido a de questionar seus limites e pesquisar novas formas de conceber o trabalho terminológico. Especificamente no Brasil, verifica-se que tais estudos também remetem a diferentes vertentes. As propostas clássicas da TGT, embora tenham sido responsáveis pelos primeiros investimentos teóricos e práticos, têm sido sistematicamente submetidos à revisão e, de um modo geral, priorizado os aspectos linguísticos e comunicacionais dos termos técnico-científicos, conforme salientam Krieger e Finatto (Krieger, M.G. & Finatto, 2004).

A revisão teórica da Terminologia segue, de um modo geral, a tendência já relatada que perpassa toda a ciência. Assim como são colocados sob suspeita os limites entre os discursos da ciência e do senso comum, a Terminologia propõe atenuar as diferenças entre o léxico geral e especializado. Como as outras ciências, a Terminologia vive um novo momento paradigmático, onde o relacionamento entre as várias ciências marca as atitudes de investigação. Como afirmam Krieger e Finatto, isso exige o reequacionamento das formas de apreensão e tratamento das terminologias para acompanhar a epistemologia das ciências. (Krieger, M.G. & Finatto, M.J.B., 2004).

6 A comunicação documentária

6.1 O conceito de comunicação documentária

Em nossa dissertação de Mestrado (Lara, 1993), propusemos a denominação '*Comunicação Documentária*' para caracterizar o processo específico de comunicação em sistemas documentários que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação. Partimos do pressuposto de que a comunicação somente se efetiva no momento da apropriação e pressupõe, de um lado, o objeto que se quer representar e, do outro, um sujeito que deve interpretar essa relação. Essa definição se apóia na observação de Coelho Netto (1990) para quem a teoria de Peirce é a teoria da comunicação, uma vez que ela se apresenta como uma produção de signos para serem interpretados. Como observa o autor a partir da proposta de J. Ransdell, a comunicação considera a forma dialógica de apresentação do pensamento, como também é ponto de partida da proposição peirceana da relação triádica entre objeto, signo e interpretante, derivada da noção de relação entre enunciador, enunciado e intérprete.

É importante observar, no entanto, que a proposta original realizada à época, não contempla alguns aspectos importantes além de poder induzir à uma interpretação equivocada. Retomamos, então, a definição então proposta:

'Comunicação Documentária: processo específico de comunicação em sistemas documentários que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação (Lara, 1993).

No trecho acima, os termos '*codificação*' e '*decodificação*', tributários da Teoria da Informação, de Shannon e Weaver, são muito marcados pelo entendimento de algo que ocorre de uma forma líquida, podendo pressupor uma relação de biunivocidade entre o que foi emitido e o que é recebido. Essa concepção é problemática porque, além de considerar a língua como um código destinado à transmissão da informação, não observa a complexidade da inter-relação dos elementos no processo comunicacional. De fato, o código linguístico é um

instrumento de comunicação apenas se se considerar que a mensagem depende de sua enunciação.

Quanto ao termo '*recuperação*' salientamos que, embora ele seja usual no discurso dos estudos de Organização da Informação, só pode ser interpretado num sentido muito pragmático, razão pela qual é preciso relativizá-lo para evitar que seu entendimento reforce as considerações anteriores sobre a relação de biunivocidade entre a representação e sua apropriação.

Com essas observações queremos destacar que a comunicação documentária supõe, necessariamente, interpretação. Embora envolva um sistema construído, na sua origem está a Linguagem Natural. Como um sistema de comunicação, a Linguagem Documentária (ver) constitui um sistema de significação, existindo uma relação de pressuposição não recíproca entre comunicação e significação. Assim como enfrentamento de um texto é uma realização comunicativa que se utiliza e *atualiza* sistemas de significação, mobilizando não apenas elementos semânticos, mas pragmáticos (Eco, 1984, citado por Lara, 1993) – circunstâncias em que o texto foi emitido, posição do enunciador etc. – a comunicação documentária não se restringe ao sistema de significação e, embora dependa dele, tem seu desenvolvimento a partir de uma representação documentária (ver) que se constitui como mensagem documentária (ver) cuja interpretação mobiliza, além dos aspectos semânticos, todos os elementos do processo de comunicação: o emissor, o destinatário, o contexto, as circunstâncias de comunicação da mensagem.

Sob o ponto de vista da comunicação documentária, a representação dos documentos em um sistema informacional não tem um fim em si mesmo. A atividade documentária não se resume nas operações de análise, síntese e intermediação de códigos: sua finalidade última é promover a seleção da informação. A seleção é um processo de produção de sentido que, considerando o caráter dialógico da comunicação, coloca em jogo uma negociação de sentido entre emissão e recepção. Essa negociação caracteriza-se como troca simbólica que põe em evidência o caráter intersubjetivo do discurso 'documentário' e a compreensão dos atores sociais como produto dos processos de socialização que os formam.

A comunicação documentária visa agilizar fluxos de informação institucionalizada por meio da oferta de mensagens documentárias e mecanismos para o exercício da seleção da informação. Seus sistemas de significação – as linguagens documentárias, que constituem a base para a formulação das mensagens documentárias – têm como parâmetro os quadros de referências simbólicas e os possíveis sentidos sociais da informação (Lara & Tálamo, 2008). Do ponto de vista metodológico, a identificação desses quadros de referências se realiza a partir da observação das terminologias de área, expressão de validação social à medida que representam indiretamente os discursos efetivamente produzidos e os sistemas conceituais razoavelmente compartilhados das áreas do conhecimento ou de atividade.

Ao conceber a comunicação documentária sob essa perspectiva, integra-se, ao menos parcialmente, a noção de interação à linguagem documentária (ver), ou seja, a relação entre emissão e recepção. Assim, as trocas simbólicas que mobilizam dados cognitivos e sociais são realizadas por meio da linguagem documentária.

A Ciência da Informação, ao tratar das questões comunicacionais, o faz a partir da perspectiva da criação de filtros, pois é um dos seus principais objetivos propor uma ordenação à apresentação dos documentos com o intuito de facilitar o acesso e a busca da informação. Visando a comunicação, a Linguagem Documentária, na terminologia de Hjelmslev (1975), é organizada no plano de expressão e no plano de conteúdo obedecendo certos postulados de significado (Eco, 1984), ou seja, tendo como ponto de partida definições baseadas em hipóteses de significação. Considerando o caráter intencional do sistema de informações, busca-se garantir a função referencial da linguagem documentária por meio do controle do vocabulário no nível semântico, sendo desejável que sejam previstos recursos sintáticos para promover a combinação de unidades da linguagem documentária. As referências pragmáticas nas operações de controle são incorporadas à linguagem documentária à medida que são observados os contratos de compartilhamento e uso de linguagem e terminologia das áreas focalizadas.

Ainda do ponto de vista pragmático, pode-se observar que as máximas

conversacionais propostas por Grice – volume, qualidade, propósito e modalidade – são preocupações do sistema documentário no que diz respeito à relação texto-indexação-tradução via Linguagem Documentária. Mas os implícitos não caracterizam o processo normal de comunicação documentária, a não ser que eles sejam interpretados:

- a) a partir de referências pragmáticas advindas da capacidade do sistema documentário se referir convenientemente à organização do domínio (quando as unidades da linguagem documentárias têm mais capacidade de funcionar como signos e são usadas adequadamente no processo de indexação);
- b) a partir do grau de conhecimento, pelo usuário, da organização do domínio a que se referem as representações documentárias apresentadas sob a forma de mensagens documentárias.

6.2 O conceito de signo e de semiose

Para compreender o que é o signo documentário, bem como as características da semiose documentária procuraremos, primeiramente, reunir elementos para a compreensão do signo e da semiose em geral.

‘Um signo é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém, está no lugar de alguma coisa sob algum aspecto ou capacidade’ (Peirce, 1977). Um signo é sempre institucional: a fumaça é signo do fogo porque a comunidade assim o instituiu, mas é sinal se se apresenta exclusivamente como consequência do fogo (Tálamo, 1997).

O signo não existe como entidade física observável e estável: é sempre uma representação parcial de um objeto. A única parte observável do signo é o significante, ao qual se associa, por convenção, um significado.

As relações entre signo e objeto se dão através de um interpretante que é, por sua vez, outro signo ou complexo de signos. Pode ser um sinônimo, um termo equivalente em língua estrangeira, um desenho, uma definição, mas sempre é um desenvolvimento do signo expresso por outro signo.

O signo é um elemento do processo de significação usado para transmitir informação e, no processo comunicacional, corresponde à mensagem. Requer compartilhamento de códigos entre emissão e recepção diferenciando-se, por esse motivo, do estímulo-resposta. Como elemento do processo de significação, o signo requer um processo interpretativo.

Granger ilustra o pensamento de Peirce sobre o funcionamento semiótico conforme segue:

Quadro 9 – Funcionamento do processo semiótico

Fonte: GRANGER (1974).

Onde:

S = Signo

O = Objeto

I = Interpretante

Um signo ou ‘representamen’ é

“uma coisa ligada, sob um certo aspecto, a um segundo signo, seu ‘objeto’, de tal modo que relaciona uma terceira coisa, seu ‘interpretante’, com este objeto de modo a relacionar uma quarta coisa com o mesmo objeto e assim por diante ad infinitum...”
(Peirce, 1955, citado por Granger, 1974, p.136).

A triangulação que liga o significante à sequência de interpretantes mostra que o objeto do signo é ele mesmo definido como signo, ou seja, não remete a uma

idéia isolada, mas a uma estrutura simbólica da qual ele é elemento (Granger, 1974, citado por Lara, 2006a).

“Um signo não representa nunca um objeto ou referente” (Eco, 1990, p.155), ou nunca o representa completamente. O ato de referência não torna mais claro o signo, uma vez que é também um signo que interpreta o primeiro signo. O signo só se tornará claro no processo de remissão a interpretantes, no decurso do qual o intérprete decodifica o signo de origem na medida em que ele serve aos objetivos de comunicação desejada ou a usos e aplicações específicas. Assim, cada interpretante de um signo é uma unidade cultural ou semântica, conforme sugere Eco.

A rede de associações de interpretante à interpretante caracteriza a semiose, processo pelo qual qualquer coisa age como signo e que compreende três fatores:

- um *representamen* (primeiro termo de uma relação triádica);
- seu objeto (segundo termo);
- seu interpretante (terceiro termo).

Ao processo caracterizado pela passagem contínua de signo a signo Morris acrescentou o intérprete e o contexto (Dascal, 1978).

No desenvolvimento do interpretante, o intérprete mobiliza sua experiência colateral (Peirce, 1977), conceito que podemos aproximar ao de *‘embreagem’*, proposto por Granger (1974). A experiência colateral se relaciona ao hábito, ou àquilo que ensinou ao intérprete o que algo pode significar. Ela independe da ação do signo, já que é o intérprete que relaciona o signo a uma série de atributos que funcionam como um pré-requisito para compreender o significado do signo. A experiência colateral é um elemento relacionado formador do interpretante, uma experiência prévia, ou o conhecimento de fundo requerido para que o signo seja entendido (Eco, 1984).

A abordagem semiótica foi, contemporaneamente, associada à Linguística, o que permitiu observar o signo linguístico como um evento dinâmico ao qual concorrem, além dos indivíduos ou enunciatários, sua experiência e o contexto

de realização. Se na perspectiva de Saussure o ponto de partida é a língua, fato social subjacente a todo ato de fala, na ótica de Peirce o conceito fundamental é o de semiose, processo onde alguma coisa funciona como signo, ou seja, significa (Dascal, 1977).

O signo linguístico co-relaciona uma forma significante e um significado, sendo semioticamente autônomo em relação aos objetos a que pode ser referido. Dada sua natureza relacional, o signo não existe enquanto entidade física observável e estável e é sempre é uma representação parcial do objeto, produto de uma série de relações no interior do sistema em que é formulado. A parte observável do signo é o significante, ao qual se associa, por convenção, um significado. (Eco, 1990).

Nos discursos em Linguagem Natural, lugar dos jogos interpretativos, o funcionamento sógnico se desenvolve em toda a sua potencialidade, desencadeando a semiose ilimitada através de cadeias e associações de interpretantes. Assim, o signo funciona nos processos de comunicação e de significação.

Como elemento do processo de comunicação, o signo é usado para transmitir informação e corresponde à mensagem. Para que funcione desse modo é preciso, no mínimo, haver entre emissor e receptor um código comum (Eco, 1990) – por exemplo, a mesma língua, uma mesma fonte básica de significação – o que diferencia os processos de comunicação daqueles de estímulo-resposta. Como elemento do processo de significação, o signo é algo mais difícil de ser compreendido, pois coloca em ação um processo interpretativo.

6.3 O signo documentário

A rápida introdução acima permite verificar que é possível falar em '*signo documentário*' desde que se observe suas características particulares. Em primeiro lugar, o caráter construído das representações documentárias e da Linguagem Documentária, bem como a intencionalidade dos sistemas informacionais que abrigam as representações indexando-as a partir dessa

linguagem, submete o desenvolvimento do signo documentário a pressões. O signo documentário deve ser observado simultaneamente nos processos de significação e nos processos comunicacionais.

Na perspectiva dos sistemas de significação, a Linguagem Documentária funciona como uma espécie de '*língua tradutora*' que, por meio de uma rede de relações entre seus termos ancorada numa proposta de organização, remete a possibilidades interpretativas. Já na perspectiva dos processos comunicacionais, a Linguagem Documentária é o instrumento a partir do qual são formuladas as mensagens documentárias.

A mensagem documentária é o produto da atividade documentária que se caracteriza como ponto de encontro entre emissão e recepção. Fundamenta essa abordagem a premissa de que, numa abordagem linguístico-semiótica (Lara, 2006b), a informação é signo, ou seja, desencadeia uma interpretação. A informação não é um dado objetivo, mas produto de um processo semiótico.

O signo documentário se manifesta em diferentes momentos e sob diversas modalidades. Para Capurro, a informação é signo porque é um conceito subjetivo, isto é, depende de interpretação de um agente cognitivo, não numa abordagem individualista, mas determinada pelos contextos sociais e culturais (Capurro & Hjørland, 2003; 2007; 2009).

Do ponto de vista da constituição do sistema documentário, as mensagens documentárias são informação – porque pressupõem uma seleção e uma organização interpretativa. Do ponto de vista do usuário ou da recepção, tais informações não são dados, mas pontos de partida para a análise e interpretação (Lara, 2006a), '*seleção de sentido*', na visão de Capurro. Isso permite caracterizar o signo documentário como uma proposta de sentido a que correspondem possibilidades interpretativas.

Também são signos a Linguagem Documentária como um todo e suas unidades: uma unidade de uma Linguagem documentária é um signo simples; sua combinação na mensagem documentária, um signo complexo. Por sua vez, as unidades de uma linguagem documentária são signos atualizáveis pelos usuários para constituir informação. À primeira construção sobrepõe-se,

necessariamente, uma segunda construção.

O signo documentário é uma construção que, embora conserve a idéia de arbitrariedade do signo linguístico (enquanto primeiro código a partir do qual a Linguagem Documentária é formulada) é motivado, porque procura estabelecer a relação significado/significante (enquanto um segundo código) recorrendo a ao sub-código linguístico relativo ao domínio de especialidade ou atividade, ou seja, sua terminologia (termos, frases, conceitos, organização conceitual).

“A experiência significada resulta da prática de uma segmentação ocorrida na área de especialidade. A essa prática se soma outra: na sua função de representar documentariamente (e de constituir informação), o signo documentário reporta-se àquilo que transforma o conceito da área de especialidade, em informação” (Lara, 1999, p.67).

Dito de outro modo, ao recorrer às terminologias – cujo objeto são os discursos – procura-se combinar o resultado de uma relação de isotopia com a organização lexical e conceitual das áreas de especialidade ou de atividade focalizadas, com os objetivos do sistema informacional. O signo documentário, portanto, responde por um recorte duplo, que combina referências validadas socialmente pelas comunidades discursivas aos objetivos informacionais. O signo documentário, enquanto oferta de sentido, é institucional e mobiliza referências coletivas do que é informação.

Pode ocorrer que o signo documentário seja equivocadamente interpretado a partir da equivalência lexical – a palavra da linguagem documentária e a palavra do documento. Nesse caso, não se tem efetivamente seleção de sentido, nem interpretação, já que a qualidade de signo remete a possibilidades interpretativas. Considerando os propósitos do sistema informacional, as instruções do signo documentário para a interpretação são coerentes com as áreas de especialidade ou atividade a que se referem. Posto de outra maneira, a condição de signo documentário é garantida pela remissão à possibilidade de significação nas áreas focalizadas ao modo da enciclopédia, não à multi- interpretação do dicionário.

A Linguagem Documentária, construída por analogia à língua e seu funcionamento, pode ser vista como um signo que exerce, simultaneamente,

uma função comunicativa e uma função de significação nos sistemas documentários onde é utilizada. As linguagens documentárias bem construídas constituem verdadeiras estruturas significantes (Barreto, 1994) porque articulam, pelo conjunto de suas relações, termos que compõem um sistema uno, autônomo e dotado de significado.

Numa tentativa de síntese, poderíamos caracterizar o signo documentário como um signo de características próprias cuja organização remete originalmente ao signo linguístico-semiótico mas que não é potente como ele como unidade comunicativa e significativa. Eventualmente, o signo documentário pode remeter a símbolos não-linguísticos (por exemplo, uma fórmula de um elemento químico, numa linguagem formalizada) mas passíveis de tradução linguística. O signo documentário, enquanto uma unidade de uma linguagem intermediária, tem seu funcionamento dependente de outros sistemas semióticos. O signo documentário faz parte de um sistema sêmico cuja unidade sêmica mínima é o descritor da Linguagem Documentária, elemento indivisível. A divisão de um descritor o descaracteriza como signo documentário. Os radicais utilizados em buscas não se vinculam aos descritores, mas às palavras, unidades morfológicas. Os descritores podem coincidir com a palavra, porém são mais frequentemente sintagmas nominais ou, na terminologia da Terminologia, termos. Do mesmo modo, os enunciados construídos a partir do signo documentário – as mensagens documentárias – são limitados relativamente aos da Linguagem Natural.

6.4 A semiose documentária

A Linguagem Natural ocupa posição hierárquica predominante entre os sistemas semióticos. É um sistema que compreende signos linguísticos cujo funcionamento é caracterizado pela semiose ilimitada. Ela é, por excelência, o lugar dos jogos interpretativos que se desenvolvem através de cadeias e associações de interpretantes. A Linguagem Artificial, por seu lado, tem seu sistema de significação altamente formalizado e fixado, remetendo a interpretação à sua simbologia: *“um símbolo lógico ou matemático não tem,*

enquanto tal, outro interpretante a não ser seu próprio 'objeto'” (Granger, 1974). A rigor, portanto, não ocorre semiose nas linguagens artificiais, muito embora não se possa ‘falar’ da simbologia sem utilizar a Linguagem Natural. Já a Linguagem Documentária, intermediária entre a Linguagem Natural e a Linguagem Artificial, tem elementos de ambas: por um lado, seu sistema de significação é expresso a partir de subconjuntos da Linguagem geral – ou Natural – terminologias de área. A Linguagem Documentária integra também elementos da Linguagem Natural como meio de dar acesso às unidades controladas (equivalência sinonímica ou quase-sinonímica). Por outro lado, ela tem sua estrutura e articulações construídas, podendo integrar, também, elementos da simbologia da Linguagem Artificial (por exemplo, uma fórmula química). (Ver Linguagem Documentária – Quadro 2).

A relação entre a Linguagem Documentária e os subconjuntos da linguagem geral – linguagem de especialidade ou terminologias – é de isotopia quanto à forma e o significado. Essa relação caracteriza o controle, que visa recuperar as propriedades comuns entre as estruturas dos dois códigos linguístico-semióticos. As analogias ocorrem, portanto, no plano da forma e no plano interpretativo, funcionando, de certo modo, como a remessa a uma certa experiência colateral, ou seja, a um conhecimento especializado compartilhado e relativamente estável no domínio ou área de atividade focalizado, e que é organizado por uma rede de relações entre termos.

Propor o ‘*controle*’ do interpretante documentário através dessa operação de aproximação entre os dois diferentes códigos não significa, no entanto, propor sua identidade. A própria presença de elementos da Linguagem Natural na Linguagem Documentária já impediria que isso ocorresse. Por outro lado, não se pode pretender controlar toda a interpretação. A operação visa utilizar a função cognitiva propiciada pela aproximação dos dois tipos de código (e de signos) de modo a sugerir uma possibilidade interpretativa que não é individual, mas compartilhada por uma comunidade discursiva e de práticas ao longo da experiência com os conceitos nas áreas de especialidade ou de atividade. Além disso, o próprio código documentário, ao propor uma hipótese de organização para construir informação – baseada nos objetivos do sistema, no

conhecimento de seus usuários e de suas necessidades – acaba por imprimir, também, sua marca institucional, influenciando na forma de leitura que o sistema documentário procura privilegiar (ou a paráfrase informativa que pretende instaurar).

A Linguagem Documentária, assim, funciona como interpretante ou conjunto de interpretantes que são desencadeados por referência a subconjuntos especializados dentro da linguagem geral. Esses subconjuntos, mais do que a Linguagem Natural como um todo, orientam a interpretação das unidades da Linguagem Documentária e facilitam a formulação e a compreensão das *'mensagens documentárias'* (ver Mensagem documentária).

Referir o interpretante aos subconjuntos especializados significa propor semelhança de forma e de significado entre um subcódigo linguístico-semiótico – os signos da linguagem de especialidade – e o código documentário, na sua forma e no seu conteúdo. É a essa operação que denominamos controle e que visa recuperar as propriedades comuns entre as estruturas dos dois códigos: o subcódigo linguístico-semiótico, de um lado (a linguagem de especialidade, sua terminologia e significados), e o código documentário, de outro. As analogias ocorrem, portanto, no plano da forma e no plano interpretativo, funcionando, de certo modo, como a remessa a uma certa experiência colateral, ou seja, a um conhecimento especializado compartilhado e relativamente estável no domínio ou área de atividade focalizado, e que é organizado por uma rede de relações entre termos.

O recurso às terminologias de áreas, portanto, aumenta a circunscrição do significado, mas essa operação também depende do estágio de sua fixação terminológica. Não se pode afirmar que a estabilidade terminológica das Humanidades e das Ciências Sociais seja a mesma das áreas como a Química, por exemplo. Assim, é mais apropriado afirmar que o signo documentário (ver) têm seus interpretantes atrelados às áreas de conhecimento ou de atividade onde são contextualizados ou, dito de outro modo, funcionam como *'operadores de sentido'* referidos à interpretação dos discursos nas áreas de especialidade ou atividade a que se referem (Lara, 1999), funcionando segundo sua condição de estabilidade terminológica.

A diferença no funcionamento dos signos em Linguagem Natural, na Linguagem Artificial e na Linguagem Documentária se explica, também, pelas funções que os três tipos de linguagem desempenham. Diferentemente da Linguagem Natural na qual a função referencial é a menos importante, nos outros tipos de linguagem citadas ela prepondera. Na Linguagem Documentária o descritor tem, também, uma função prescritiva.

Em suma, enquanto os signos da Linguagem Natural funcionam verdadeiramente com o signos desencadeando a semiose ilimitada, na Linguagem Artificial não ocorre semiose propriamente dita porque ela remete a símbolos e na Linguagem Documentária e nas mensagens construídas a partir dela, desenvolve-se um tipo particular de semiose, que podemos denominar de '*semiose documentária*'. Considerando os objetivos pragmáticos da Linguagem Documentária de desempenhar a função informativa espera-se que a semiose não dispare aleatoriamente e não se desenvolva no universo aberto da interpretação. Seus signos são construídos intencionalmente para orientar a indexação e a interpretação segundo os objetivos do sistema visado evitando, desse modo, que os termos seja interpretados a partir da experiência individual de cada indivíduo. Porém, por mais que a semiose documentária funcione sob pressão do controle vocabular, sempre sobram resíduos, já que a segmentação operada no universo das linguagens de especialidade, como na linguagem geral, não compreende a totalidade do *continuum*.

Ao falar em semiose documentária fica evidente que a atividade documentária constitui uma modalidade de produção de informação, não de sua reprodução. A natureza semiótica da Linguagem Documentária e o signo documentário permitem mostrar o intrincado processo de construção da significação e de sua interpretação.

6.5 Mensagem documentária

Na perspectiva de Capurro (2006), a Ciência da Informação é uma ciência que trata do fenômeno das mensagens como parte do fenômeno da comunicação, que inclui a '*oferta de sentido*', o processo de '*seleção de sentido*' ('*informação*') e o processo de interpretação ('*entendimento*'). O autor pretere a

denominação do campo de Ciência da Informação preferindo usar o termo *'teoria da mensagem'*, ou *'mediologia'* (seguindo Regis Debret), ou *'comunicology'*, ou ainda *'angelética'*. Em outro texto (Capurro, 2001), usa apenas o termo angelética, palavra derivada do grego *anguellía* que significa mensagem.

A mensagem constitui, na visão de Capurro (2003; 2006; 2008), *'oferta de sentido'*. De modo aproximado, podemos dizer que os sistemas informacionais realizam *'ofertas de sentido'* para que elas sejam apropriadas como *'informação'* por meio de *'seleção de sentido'*. Mas é preciso verificar que a partir dos processos de análise documentária (ver) e de indexação por meio de uma Linguagem Documentária, realiza-se uma *'oferta de sentido'* partindo de determinadas hipóteses de organização para a construção da *'informação'*. Do mesmo modo, na recepção, realiza-se uma *'seleção de sentido'* combinando a hipótese de organização do sistema documentário e as hipóteses de organização da informação particulares dos sujeitos sociais que selecionam informação para determinados fins.

Na visão de Capurro e Hjørland (2003; 2007; 2009), a informação é um conceito subjetivo – e por esse motivo, signo. A Linguística Documentária (ver) (Lara, 2008) propõe a centralidade da mensagem documentária no processo comunicacional observando sua condição de ponto de encontro entre referenciais da emissão e da recepção, ambas ligadas a ordens institucionais. Ao associar a abordagem terminológica à linguístico-semiótica, a Linguística Documentária preocupa-se, simultaneamente, com o caráter processual do funcionamento do signo documentário (ver) e a função dos *'operadores de sentido'* (Lara, 1999) dos descritores materializados nas linguagens documentárias (Lara, 2008).

Os operadores de sentido são mobilizados concretamente nas mensagens documentárias (Lara, 1999; 2006b) para veicular o que Capurro (2003) denomina *'oferta de sentido'*, que funciona como referência para a *'seleção de sentido'* ou informação. As mensagens documentárias são construídas a partir da Linguagem Documentária, espécie de interpretante ou conjunto de possibilidades interpretativas referidas simultaneamente às linguagens de

especialidade e às hipóteses de organização adotadas pelo sistema informacional. Essa é o meio pelo qual são criadas mensagens documentárias cujo significado não é cristalizado porque, considerando a condição de signo das unidades da linguagem documentária, elas levam a um processo interpretativo que combina referências da emissão e da recepção (Lara, 2008).

O apoio nas terminologias faz com que a interpretação das mensagens documentárias ative as referências das comunidades discursivas correspondentes, espécie de experiência prévia, ou experiência colateral e enciclopédica que, para Hjørland, constitui a pré-compreensão.

Não se pode esperar, no entanto, que o caráter construído da linguagem documentária permita a formulação de mensagens tal como na linguagem geral. O apoio nas terminologias permite, de certo modo, considerar que o uso da informação tem como ator um sujeito territorializado (Lara & Tálamo, 2007), cujas referências culturais são observadas. Contrariamente à abordagem cognitiva dos processos informacionais que focaliza o indivíduo, a referência às terminologias parte da observação das referências concretas da recepção nos fluxos sociais da informação e, conseqüentemente, considera o sujeito social como sujeito da mensagem documentária.

"Emissão e recepção respondem, em graus diferentes, a ordens institucionais às quais se submetem as comunidades discursivas. Colocar o foco na mensagem significa, sob nosso ponto de vista, considerar a recepção e a negociação do sentido: como enunciação discursiva, a mensagem se realiza num ambiente que não é exclusivamente linguístico, mas também pragmático, uma vez que um acontecimento contextual apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas (Lara, 2008, citando Charaudeau & Mangenot, 2004). Embora os estudos sobre a eficácia das estruturas da mensagem que considerem a interação como elemento importante para integrar fluxos sociais da informação ainda sejam embrionários, a pesquisa sobre o tema assume extrema importância para auxiliar a identificação de elementos para a composição de "filtros sociais mais integrativos" (Lara & Tálamo, 2007) que mobilizem os valores relacionados ao conhecimento e à informação (Lara, 2008).

De fato,

"... as formas de acesso cognitivo à informação ganham destaque, uma vez que exigem a construção de redes, metáforas das interações que vivem. Jamais se ignorou que o usuário vivesse em grupos com interesses formulados de forma específica, com fontes de informação próprias, etc... Supunha-se apenas que nada disso tinha importância para o funcionamento dos fluxos de informação. Hoje se discute como integrar esses componentes ao processo documentário, já que nenhum de seus elementos isolados garante o uso efetivo da informação" (Lara & Tálamo, 2007).

7. Linguística Documentária

7.1 Linguística Documentária como subcampo da Ciência da Informação

As reflexões realizadas nos capítulos antecedentes convergem para a afirmação do campo de estudos específicos denominado Linguística Documentária.

A Linguística Documentária constitui um subcampo da Ciência da Informação que tem como objetivo estudar os problemas que caracterizam a Linguagem Documentária (ver) como uma forma específica de linguagem inscrita no universo da linguagem geral. Originalmente, o termo Linguística Documentária foi o proposto por Gutiérrez (1990) para estudar a formação convencional das linguagens fechadas destinadas à transmissão da mensagem documentária (ver) por meio de elementos significantes. Sob sua perspectiva, interessa à Linguística Documentária não a língua ou a linguagem na comunicação em geral, mas a comunicação no âmbito dos processos científicos e informativos estabelecidos por meio de documentos, ou seja, a comunicação documentária (ver). No âmbito dos estudos da Linguística Documentária, o interesse social prevalece sobre o individual.

Para identificar os problemas da Linguística Documentária e enunciá-los, Gutiérrez (1998) reconhece a importância do sistema linguístico documentário, ou seu '*corpus linguodocumental*', buscando mobilizar conhecimentos da Linguística, da terminologia, da semântica, da gramática aplicada à gestão da informação, como em campos relacionados, como a análise do discurso, a análise do conteúdo e, de modo geral, as ciências cognitivas.

O trabalho de García Gutiérrez tem sua origem nas propostas de Jean-Claude Gardin, que marcam igualmente as pesquisas desenvolvidas por autores brasileiros, em especial do Grupo Temma, na procura de referenciais para as discussões da mediação documentária. O ponto comum entre esses trabalhos é a procura do entendimento do funcionamento da linguagem para o tratamento da informação, quer no aspecto metodológico de construção do instrumento mediador, quer na elaboração de produtos documentários.

A proposição da Linguística Documentária como campo de estudos no Brasil conheceu seus desenvolvimentos específicos. Mantendo-se os objetivos de substituir a atividade empírica de representação de conteúdos por outra, via uso da Linguagem Documentária, esse desenvolvimento tem focalizado, com maior ênfase, a construção do instrumento de mediação, mobilizando para isso as referências, linguístico-semióticas (ver Contribuições da Lingüística e da Semiótica; Contribuições da Semântica) e estabelecendo um diálogo mais frequente com a Terminologia (ver Contribuições da Terminologia). Reconhece-se que o tratamento e a disseminação requer o apoio da linguagem construída para tratar a informação e disponibilizá-la para o acesso e apropriação, considerando os problemas relacionados ao caráter simbólico da informação, as particularidades da mediação documentária e as possibilidades de prover a circulação social da informação.

A hipótese que baliza os estudos da Linguística Documentária funda-se no reconhecimento da noção de estrutura Lingüística, do caráter semiótico da linguagem e dos processos de estruturação da mensagem documentária, que associam os dados da produção informacional e os quadros de referência fornecidos pelas terminologias das áreas de especialidade e de atividade que caracterizam os discursos dessas comunidades. A Linguagem Documentária, concebida a partir desses parâmetros, constitui-se em meio para o estabelecimento da cultura informacional que na sociedade da informação, mais do que exercer um papel codificador, se propõe como representação (ver) e funciona como insumo do processo social de geração de sentido (Tálamo & Lara, 2006). Sua organização se articula, também, com hipótese sobre o modo de organização dos objetos, uma decupagem que articula o conjunto de referências da produção, do contexto e do uso. A construção da Linguagem Documentária persegue a construção de um discurso documentário que visa a interação, supondo uma recepção em que os sujeitos produzem sentido.

Assim, cabe à Linguística Documentária

‘compor os quadros de referência para a análise, avaliação e construção da linguagem documentária entendida como linguagem de informação, associando os níveis sintático-semântico-pragmático para identificar com clareza a inserção do signo documentário no pano sistêmico e no plano funcional, objetivando-o no tempo, no espaço e na cultura (Tálamo & Lara, 2006, p.206).

As questões próprias da Linguística Documentária são relacionadas às especificidades da linguagem nos fluxos informacionais promovidos pelas atividades da Ciência da Informação. Todas essas questões têm origem no modo como se concebe a informação no interior do campo da Ciência da Informação, cujos traços distinguem o conceito de outros usos mais genéricos, ou ainda específicos, ligados a campos do conhecimento. O conceito de informação se caracteriza como:

- algo intencionalmente construído a partir da análise da produção do conhecimento e dos objetivos institucionais;
- algo que se apresenta sob forma específica – uma mensagem documentária, como um produto documentário-informacional;
- algo que instaura uma relação comunicativa particular, a comunicação documentária.

Parte-se do princípio que a informação não é um dado, mas uma construção, sendo sua transmissibilidade condicionada às condições de aderência definidas como vínculos de significação (Tálamo & Lara, 2006).

Decorrem dessa definição, parâmetros metodológicos para a abordagem da produção técnico-científica e sócio-cultural e sua representação que buscam observar as referências sócio-cognitivas e de linguagem das comunidades a que se destinam os produtos informacionais. Operacionalmente, isto compreende a seleção da documentação, uma linguagem de representação adequada baseada nas terminologias das áreas, políticas de indexação que resultem na proposta de indicadores de conteúdo, bem como a definição das formas pelas quais são apresentadas as informações e os recursos para facilitar a busca.

A abordagem interpretativa da produção, como ato que não esgota seu significado, é proposta como modelização que combina objetivos das políticas institucionais que compreendem, simultaneamente, as referências da emissão e da recepção, e que se segue à primeira modelização promovida pela língua natural. Por sua vez, a perspectiva da dimensão reflexiva da atividade linguístico-comunicacional. qualifica as mensagens documentárias como signos

documentários que visam desencadear processos de negociação do sentido. A informação documentária, por sua vez, como produto documentário, é um indicador que encaminha o usuário à produção propriamente dita.

As bases da Linguística Documentária são as contribuições da Linguística estrutural e seus desenvolvimentos nas teorias da linguagem, da Semiótica, da Lógica e a da Terminologia que, observadas sob o ponto de vista da Ciência da Informação, são apropriadas como conceitos explicativos e conceitos operacionais.

Da Linguística e das teorias da linguagem, a Linguística Documentária destaca os aspectos relacionados ao caráter relacional da linguagem, sua natureza arbitrária e sua autonomia. Operacionalmente, a noção de valor, de diferença e de identidade parametrizam a construção da Linguagem Documentária. Da Semiótica (ver Signo; Semiose), destaca o processo onde algo funciona como signo no processo de significação e no processo de comunicação. São mobilizados os conceitos de signo, interpretante, objeto, contexto e intérprete. Operacionalmente, a Linguística Documentária propõe o signo documentário e ressalta as características da semiose documentária. Da Terminologia, a Linguística Documentária se apropria das reflexões teóricas e metodológicas, bem como sobre a terminologia concreta identificada nos domínios. Por essa via, observa indiretamente os discursos produzidos pelas áreas do conhecimento e de atividade. Do ponto de vista operacional, a Linguística Documentária se apóia na Terminologia para identificar e selecionar os termos e conceitos que compõem universos temáticos, circunscrever os conceitos segundo perspectivas compartilhadas e verificar ou propor suas definições, relacionar os conceitos, construir mapas conceituais, identificar e decidir sobre designações bem como suas equivalências na linguagem de especialidade em face à linguagem natural, quando esses universos forem muito distintos.

Tais apropriações interdisciplinares buscam auxiliar a composição do quadro teórico-conceitual da Linguística Documentária, partindo dos pressupostos da impossibilidade de uma linguagem universal, da precariedade da noção de representação como reprodução, da impossibilidade de se determinar objetivamente um conteúdo, da necessidade de observar a diversidade da

produção e dos públicos da informação e, conseqüentemente, dos seus distintos universos simbólicos e condições de apropriação. Sob essa perspectiva, a atividade documentária constitui uma modalidade de produção de documentos, não de sua reprodução.

7.2 Linguística Documentária, *Knowledge Organization* e *Domain Analysis*

□Pode-se afirmar e os objetivos da Linguística Documentária coincidem em grande parte com aqueles hoje reunidos no escopo da Organização da Informação, na linha conhecida, em inglês, por *KO, Knowledge Organization* (Knowledge Organization, 2008). Também se aproxima dos trabalhos reunidos sob o título de Análise de Domínio (*Domain Analysis*) proposto por Hjørland & Albrechtsen (1995) como um novo paradigma para a Ciência da Informação.

Esse paradigma sugere

”uma abordagem que afirma que a melhor maneira de compreender a informação na Ciência da Informação é estudar os domínios do conhecimento como ‘comunidades do discurso’, que são parte da divisão de trabalho da sociedade. Organização do conhecimento, estrutura, padrões compartilhados, formas de comunicação e linguagens, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexos dos objetos de trabalho dessas comunidades e de seu papel na sociedade. A psicologia dos indivíduos, o conhecimento, as necessidades de informação e os critérios subjetivos de relevância devem ser vistos sob esta perspectiva” (Hjørland, 2002).

Hjørland (2002; 2007) propõe onze abordagens específicas no interior da análise de domínio que, mobilizadas em conjunto, definem as competências específicas dos especialistas em informação, compreendendo:

- a produção e avaliação de guias de literatura e entradas de assunto;
- a produção de classificações e tesauros;
- a pesquisa e as competências na indexação e recuperação da informação nas especialidades;
- o conhecimento sobre estudos empíricos de uso nas áreas de assunto;
- a produção e interpretação de estudos bibliométricos;

- os estudos históricos das estruturas de informação e serviços nos domínios;
- os estudos sobre documentos e gêneros nos domínios do conhecimento;
- os estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, pressupostos e interesses nos domínios;
- o conhecimento sobre estudos terminológicos, linguagens de especialidade e análise do discurso nos campos de conhecimento;
- o conhecimento e estudos sobre estruturas e instituições na comunicação científica e profissional em um domínio;
- o conhecimento sobre métodos e resultados dos estudos de análise de domínio sobre cognição profissional, representação do conhecimento na ciência da computação e na inteligência artificial.

É possível estabelecer paralelos entre a proposta de Hjørland (2002) e a da Linguística Documentária, como também entre a feita por Hjørland e Capurro (2003; 2007; 2008), conforme pontuamos abaixo (Lara, 2008) destacando alguns conceitos:

Conceito de informação

Hjørland e Capurro:

- conceito subjetivo; o objeto informativo se relaciona às estruturas informacionais, terminológicas e de linguagem das comunidades discursivas e definem os critérios de relevância que fazem com que algo seja informativo (Hjørland, 2002; Capurro & Hjørland, 2003; 2007; 2008);

Conceito de informação

Linguística Documentária:

- o conceito de informação se realiza em processo; a informação é uma construção (Lara, 1999; Tálamo & Lara, 2006);

- quando reconhecida como inscrição organizada, é uma construção institucional e intencional que tem nos valores simbólicos e funcionais a condição para a construção do sentido e para circular socialmente desencadeando processos de conhecimento (Lara, 2006a);

Referência às comunidades discursivas:

Hjorland e Capurro:

- na ótica da hermenêutica da informação, a 'pré-compreensão' une os indivíduos tendo como marco não o sujeito isolado, mas a comunidade ou o campo de conhecimento ou de ação na qual se insere o sujeito (Capurro, 2003);

Linguística Documentária:

- na discussão sobre o fenômeno da informação, não são as referências individuais que devem ser consideradas ... a questão da informação não é individual, mas de ordem social, política e econômica, portanto, de natureza pública (Kobashi & Tálamo, 2003);
- as estruturas de organização da informação não são individuais, mas variam segundo os contextos culturais e as coordenadas espaço-temporais (Tálamo, 2001);
- interesses e linguagem são referências que balizam os procedimentos de organização para o acesso e uso da informação (Lara & Tálamo, 2007);
- a linguagem dos ambientes informacionais [deve combinar] referências da produção informacional, dos objetivos institucionais e dos elementos cognitivos e comunicacionais de grupos de usuários (Tálamo & Lara, 2006);
- as comunidades discursivas constituem o principal apoio para a integração das referências de uso aos instrumentos de organização e acesso à informação (...) Ao observar as comunidades discursivas,

simultaneamente são observadas muitas das características da recepção, quer pela identificação das referências mais compartilhadas, das variações designacionais e conceituais, das formas de uso dos termos, bem como dos modos como se organizam as áreas e respondem, nem sempre de forma homogênea, aos partidos epistemológicos adotados (Lara, 2008);

- A principal contribuição da Terminologia (...) não é a identificação dos termos em si, mas a validação social das escolhas de forma e conteúdo, como expressão pragmática da observação dos discursos das comunidades de uso (Lara, 2008);
- Investe-se, via Terminologia, nas embreagens para a interpretação (Lara, 2006a).

Mensagem

Capurro

- No processo semiótico-hermenêutico, a produção do significado torna-se informacional quando olhada no horizonte da comunidade de intérpretes (Capurro, 2003);
- a Ciência da Informação é ciência das mensagens (Capurro, 2003);

Linguística Documentária

- propõe a centralidade da mensagem no processo comunicacional observando sua condição de ponto de encontro entre referenciais da emissão e da recepção, ambas ligadas a ordens institucionais (Lara, 2007; 2008);
- preocupa-se com o caráter processual do funcionamento do signo documentário e com a função de operadores de sentido dos descritores materializados nas linguagens de organização da informação (Lara, 1999);
- a Linguagem Documentária funciona como interpretante ou conjunto de interpretantes (Lara, 1999; Lara 2006; 2007; 2008).

Com o paralelo, não pretendemos reivindicar autorias, mas ressaltar que, como os exemplos acima, existem inúmeros outros na literatura brasileira e latino-americana. Isso se ao fato de que a visibilidade internacional da pesquisa está excessivamente subordinada ao uso do inglês como língua hegemônica. As implicações da hegemonia da lingual tendem a se estender à observação da produção 'estrangeira'. Esse também é um problema que afeta as discussões (ou ausência delas) em torno da denominação e organização de campos de estudo: Organização do Conhecimento, Organização e Representação do Conhecimento, Análise de Domínio, Linguística Documentária ...

De qualquer modo, é importante destacar que a proposta do subcampo da Linguística Documentária tem como objetivo destacar que as operações com a organização e representação da informação se dão necessariamente em linguagem que, considerada como lugar de significação e instrumento de comunicação, tem nas teorias da linguagem e na linguística aplicada (Terminologia) uma fonte de conceitos de extrema importância. É na linguagem, também, que se manifestam as referências sócio-culturais das comunidades. Como avaliar a pertinência de se manter ou abandonar a designação? Essa não é uma decisão isolada.

7.3 Operacionalização de conceitos

As apropriações de conhecimento feitas pela Linguística Documentária no diálogo com a Linguística, a Semiótica, a Terminologia, resultam em conceitos explicativos e conceitos operacionais. No conjunto dos conceitos explicativos estão as propostas que permitem compreender o estatuto da língua e de seu funcionamento, o processo sógnico, as características da comunicação verbal, e a produção de terminologia nos discursos das diversas áreas de especialidade e de atividade. Posto que a linguagem é, por excelência, o instrumento de organização e de comunicação, tais conceitos fornecem a base para compreender o funcionamento dos processos de interação em ambientes documentário-informacionais. Por sua vez, o estudo do uso da linguagem em situações especializadas, objeto da Terminologia, sinalizam à Ciência da

Informação não só os diferentes níveis de linguagem, mas as condições de sua produção – propósitos, contextos, circunstâncias, delimitações. Por meio de procedimentos onomasiológicos e semasiológicos, a Terminologia mostra à Ciência da Informação, como operar a seleção, a delimitação e a organização dos sistemas conceituais, base para a construção das Linguagens Documentárias. A Semiótica, ou mais exatamente, a linguística-semiótica, já que é a linguagem verbal o objeto preponderante do trabalho documentário, permite introduzir, na Ciência da Informação, os conceitos relacionados ao desenvolvimento do processo sógnico e da interpretação. Embora de forma sumária, a discussão desses aportes às questões da organização da informação para o acesso e apropriação foram discutidos nos capítulos anteriores.

Do ponto de vista operacional, as principais contribuições dizem respeito à construção dos instrumentos de organização – as linguagens documentárias. A noção de estrutura baliza o estabelecimento das redes de relações entre os termos; a noção de estruturação, a construção das mensagens documentárias, como frases que simulam, a partir de conectivos de natureza lógico-sintática, as construções em linguagem. As noções da semântica estrutural referem, concretamente, o estabelecimento das relações conjuntivas, disjuntivas e as associações do tipo palavra-puxa-palavra em campos semântico-conceituais. Mas é a Terminologia – ou mais exatamente, as terminologias concretas, as referências que orientam a delimitação dos domínios que serão objeto de estruturação. Via observação das terminologias, quer em dicionários técnico-científico, glossários, ou mesmo por meio da análise de corpora discursivos – observação das terminologias *in vivo* ([Boulanger](#), 1995), permitem à Ciência da Informação assegurar referências para a seleção e organização das suas linguagens, mesmo em situações nas quais os léxicos especializados se confundem com o léxico comum, característica dos discursos das humanidades. As terminologias constituem, na palavra dos terminólogos, veículo de conhecimento, permitindo que a atividade documentária tenha as bases para a transformação das unidades de conhecimento em unidades de informação.

Por essa via, a Linguística Documentária passa a delimitar com maior precisão, dentre outros, os conceitos de Análise Documentária, Representação documentária, informação documentária, Linguagem Documentária, signo documentário, semiose documentária etc. Ao mesmo tempo, o caráter metodológico da Linguística Documentária permite imprimir aos descritores que integram uma Linguagem Documentária maior condição de funcionar efetivamente como signo documentário, uma vez que cada unidade tem assegurada uma referência do ponto de vista lógico, linguístico e terminológico.

A Linguística Documentária, assim, reúne referências teóricas e operacionais para propor uma modelização da informação, em especial na hipótese que formula para a organizar as linguagens de informação – mobilizando ordens de organização do conhecimento e da informação – e articulando referenciais institucionais associados aos quadros nocionais e linguagens compartilhadas por produtores e usuários. Como se afirmou anteriormente,

“a Linguística Documentária apóia seus fundamentos teóricos na construção de vértices oriundos da emissão, da recepção e do sistema de informação concebido como oferta de sentido. Na formalização da linguagem documentária, nesse sentido, combinam-se dados da produção e da recepção em um sistema documentário, o que permite responder pelo caráter socializado da informação documentária (Lara & Tálamo, 2007).”

Não se trata, para a Linguística Documentária, de realizar o empréstimo pontual dos termos utilizados nas áreas do saber ou de atividade, mas da *“integração sistemática e articulada do vocabulário de especialidade”* (Lara & Tálamo, 2007), apropriação que integra necessariamente critérios documentário-informacionais.

Os resultados dos diálogos interdisciplinares com as áreas do conhecimento citadas – Linguística, Semiótica, etc. - são integradas nas experiências que realizam interface com a Terminologia. Tais resultados constituem a base de uma proposta pedagógica desenvolvida na Graduação da ECA-USP que tem em vista a organização de universos determinados (arquitetura da informação de sites, por exemplo) e/ou a elaboração de parte de uma Linguagem Documentária tipo Tesouro. Aos poucos essa experimentação didática se organiza como metodologia.

A proposta combina a exploração de referências teóricas sobre a linguagem e a terminologia à exploração concreta de *corpora* discursivos sob temas da atualidade. Não se pretende realizar o trabalho dos terminólogos, mas criar condições para que os alunos substituam a atividade empírica de seleção de termos e organização de linguagens documentárias, por outra em que são orientados a identificar a terminologia e resolver problemas na ausência de glossários e dicionários. Procura-se associar, desse modo, procedimentos terminológicos, terminográficos e documentários, relacionando as operações de modo a compreender que a organização da informação tem como objetivo o estabelecimento de mediações para acesso, circulação, distribuição e re-uso da informação.

Por meio da experiência, os alunos examinam textos de crescente especialização científica (textos do cotidiano, de divulgação e especializados), o que lhes permite identificar as diferentes níveis de especialização da linguagem e as relações que mantêm entre si, as quais no plano interpretativo subsidiam a passagem de um nível para outro. Em seguida à leitura, identificam termos e frases que respondem pela compreensão do texto, discutem coletivamente os resultados e separam os termos do vocabulário conceitual que serão objeto de descrição, dos termos do vocabulário funcional. Com apoio de fichas terminológicas simplificadas realizam a descrição dos termos transcrevendo seus contextos de uso, eventuais definições (o que é raro), sinônimos, correspondências em outros idiomas, fontes etc. Comparam, em seguida, as fichas de termos semelhantes e segmentam os contextos agrupando-os por características semelhantes. Da comparação e combinação entre os contextos que compartilham os mesmos atributos, propõem uma definição do termo que será utilizada para a construção do vocabulário. Nesse processo também são escolhidas as designações a serem adotadas. Conforme a exploração terminológica se desenvolve, os alunos vão se familiarizando com a ideia de conceito como feixe de traços ou características.

Ao longo do desenvolvimento das atividades práticas, são introduzidos textos teórico-metodológicos, recorrendo-se à literatura para ajudá-los a compreender o significado das operações realizadas.

De posse dos termos e suas definições, os alunos são conduzidos a organizar, primeiramente de modo intuitivo, uma espécie de mapa conceitual relativo à parte do domínio focalizado. A ‘árvore de domínio’ é continuamente reorganizada a partir das definições. Utilizando referenciais da Documentação sobre categorias e categorização, procedem, em seguida, à reorganização do conjunto segundo princípios de generalização tendo em vista os objetivos de organização do universo focalizado.

Verifica-se, nesse processo, que a exploração do conceito teórico de sistema nocional permite operacionalizar a organização dos termos segundo categorias genéricas relacionadas à noção de conjunto, em seguida, à noção de encaixe e, depois, à noção de associação pragmática e funcional. A noção de conjunto leva à distribuição intuitiva dos termos em categorias de alta generalização; em seguida, o recurso às fichas terminológicas de síntese fornecem informações para operacionalizar o encaixe e a associação, com base nos traços definicionais dos termos.

Esse procedimento

“marca a articulação da metodologia terminológica e da documentária, quando são introduzidos os referenciais já sistematizados pela Linguística Documentária que remetem à linguística, à semântica, à lógica, à pragmática, como o próprio conhecimento acumulado nas práticas documentárias. Em torno da noção de categoria e categorização, por exemplo, são mobilizados os conhecimentos dos princípios da classificação facetada formulados por Ranganathan e Vickery, entre outros (Ranganathan, 1959; Vickery, 1963). Nesse processo são trabalhados, simultaneamente, graus de generalidade, encaixe lógico, associação por contiguidade espaço-temporal e sinonímia” (Lara & Tálamo, 2007).

Desse modo, confirma-se que a observação dos enunciados realizados nos discursos é que permitem substituir a organização empírica dos termos por outra fortemente vinculada à literatura de especialidade.

Do resultado desse trabalho, passa-se à organização da rede relacional do tesauro documentário, definindo-se os níveis de superordenação e subordinação, as associações de contiguidade espaço-temporal e a rede de equivalências sinonímicas, quando são utilizados os indicadores simbólicos das relações tradicionais dos tesauros: Top Terms ou Categorias Temáticas, níveis

de subordinação via TGs e TEs, associações horizontais e transversais por meio dos TRs, e equivalências USE e UP para a sinonímia e quase-sinonímia, sejam linguísticas ou não.

As informações reunidas no processo também podem constituir um glossário, que associado ao Tesauro, reforçam o reconhecimento do significado dos termos.

Espera-se que a experimentação sirva como roteiro para trabalhar outros temas que, sumariamente, compreende:

- seleção de um *corpus* básico para a pesquisa e para apoio (dicionários e glossários já existentes);
- seleção de termos do vocabulário conceitual e do vocabulário funcional;
- registro dos contextos dos termos em ficha de coleta terminológica;
- registro da síntese a partir da observação das características, a formulação de uma definição;
- categorização e formulação árvore conceitual de domínio aproximativa;
- reorganização da árvore com base nas informações das fichas terminológicas de coleta e de síntese;
- estruturação dos termos sob forma de tesauro a partir de uma hipótese de organização;
- construção do glossário para o tesauro terminológico (Lara & Tálamo, 2007).

A experiência didática, de natureza interdisciplinar, tem mostrado a pertinência de associar a reflexão sobre a linguagem, a teoria terminológica, os procedimentos terminográficos e as recomendações para a organização de linguagens de organização da informação. Do mesmo modo, na ausência de dicionários especializados, problema frequente, o recurso à terminografia orienta o levantamento dos termos em fontes socialmente validadas – os discursos das áreas.

Do ponto de vista da Linguística Documentária, a Terminologia

“propõe a questão, que parece ser fundamental em nível de comunicação especializada, sobre o efetivo retorno social dos trabalhos descritivos levados a cabo sobre os textos de especialidade no que tange à sua contribuição para o

desenvolvimento de efetiva cultura informacional para a sociedade e não apenas para segmentos delimitados” (Lara & Tálamo, 2007).

A experiência também permite verificar que, embora a relação entre a Terminologia e a Documentação tenha se dada tradicionalmente a partir da orientação onomasiológica (do conceito ao termo), recorre-se primeiramente ao procedimento semasiológico (do termo ao conceito), após o qual há condições de fazer corresponder o conceito ao termo (procedimento onomasiológico).

“Pottier (1992) entende que o percurso da enunciação envolve posições relativas tanto ao enunciador (emissor) quanto ao enunciatário (receptor) que correspondem aos percursos onomasiológicos e semasiológicos, respectivamente. Nesse sentido, do conceito ao dito, tem-se a onomasiologia, e do dito à sua interpretação, a semasiologia. Logo, a orientação onomasiológica é da categoria do enunciador e a semasiológica é da categoria da recepção” (Tálamo & Lara, 2009)[1].

A orientação onomasiológica é tributária da Terminologia clássica que tende a considerar que a conceptualização é anterior à sua expressão em linguagem. A Linguística Documentária, ao reconhecer a natureza lingüística das operações documentárias, sugere combinar os procedimentos, uma vez que é a partir do discurso que o intérprete conceptualiza. No trabalho desenvolvido, segue-se primeiramente a orientação semasiológica: são observados os contextos onde aparecem os termos, o que permite inseri-los, depois, em paradigmas (procedimento onomasiológico). Verifica-se, assim, que onomasiologia caracteriza mais os processos do especialista que a partir do conceito organiza os enunciados e discursos.

A associação de procedimentos terminológicos e documentários sugeridos pela Linguística Documentária qualifica a produção dos operadores de sentido nas linguagens documentárias, não só por conferir referência aos descritores, mas por fazê-lo a partir de operadores contextuais oriundos da observação da linguagem compartilhada nos domínios do saber e de atividades, ou seja, do uso socializado dos termos. Por essa via, a Linguística Documentária

“pode contribuir efetivamente para a proposição de metodologias para a elaboração de produtos híbridos – info-comunicacionais – economicamente factíveis e politicamente imprescindíveis para o desenvolvimento da cultura informacional que almeja a Ciência da Informação promover na sociedade contemporânea (Lara & Tálamo, 2007).

---

[1] Texto original em espanhol.

8. Considerações finais

As reflexões realizadas sobre a atividade documentária procuram sugerir parâmetros para organizar filtros visando a busca e a recuperação da informação. A defesa da necessidade de filtros não significa, no entanto, que instrumentos de busca em Linguagem Natural não possam ser uma alternativa. Não foram discutidas, neste trabalho, as alterações que as tecnologias de informação e comunicação têm no acesso à informação, porque isso exigiria investimentos conjugados, ou seja, desenvolvidos em parceria com profissionais da Ciência da Computação.

Existem várias frentes de pesquisa relacionadas ao tratamento da informação. A Ciência da Computação tem investido, recentemente, na construção de Ontologias e de *Topic Maps*. Esses dois instrumentos são de natureza semântica, e mobilizam, necessariamente, princípios semelhantes aos utilizados pela Ciência da Informação, recorrendo a conjunções, disjunções, relacionamentos horizontais, de modo a dar forma às redes associativas que caracterizam os novos produtos. As ontologias diferem dos tesouros e outros vocabulários controlados por requerer, além de um conjunto de conceitos que se relacionam, funções e instâncias em que esses conceitos podem assumir e aparecer, e axiomas que os sustentam. Comparativamente aos instrumentos da Ciência da Informação, as ontologias e *topic maps* têm alta formalização, pois visam a interoperabilidade entre máquinas.

No caso das ferramentas utilizadas na busca de informações da internet, as referências não são, de um modo geral, semânticas, mas morfológico-sintáticas. O processamento de linguagem natural, por exemplo, combina diferentes abordagens para o desenvolvimento de analisadores sintáticos, associando métodos da teoria da computação à linguística, aos recursos de inteligência artificial, bem como a outras disciplinas. Os resultados que poderiam ser interpretados como 'semânticos ou pragmáticos' são obtidos via identificação de frequência e ocorrência, relações entre frases, uso de regras que caracterizam diálogos cooperativos, etc., a partir das quais são

identificadas aproximações que simulam procedimentos de natureza semântica. No caso da Documentação, as primeiras pesquisas foram realizadas na década de 60 perseguiram a tradução automática (ver Grolier, 1962; Gardin, 1968; 1989,; Granger, 1974, entre outros), mas sua característica foi associar quadros de codificação semântica a mecanismos lógico-sintáticos, perseguindo de certo modo um tipo leibniziano de linguagem (Granger, 1974).

Mas a integração da informação semântica, de fato, perseguida pela chamada Web Semântica requer, ainda, a circunscrição dos dados de ‘conteúdo’ a formas específicas que orientem seu registro e busca por máquina, ou dito de outro modo, tecnologias que promovam arquiteturas de metadados, ontologias etc. Exige, portanto, o uso de linguagens de marcação – SGML, HTML, XML, RDF – e ontologias para a representação do conhecimento que são associadas a regras lógicas para obtenção de resultados.

A tradição teórica, metodológica e prática da Ciência da Informação *“converge para as questões atuais colocadas pela proposta da Web Semântica e para a construção de ontologias”* (Marcondes & Campos, 2008). As relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Ciência da Computação também passam pela apropriação da Terminologia, cujos produtos combinam metodologias para a delimitação de domínios temáticos e procedimentos para a operacionalização de relacionamento entre conceitos à observação concreta dos discursos das áreas. As três áreas reúnem condições para o enfrentamento das questões de natureza semântica porque operam com a idéia de estrutura e estruturação, associando princípios lógicos, linguísticos e terminológicos.

É necessário distinguir entre os vários investimentos proporcionados pelo uso das TICs: as realizadas para universos abertos – como a web – e as direcionadas a universos mais delimitados – caso das bases de dados referenciais, onde tesouros e ontologias atuam na potencialização das buscas. As ferramentas por eles mobilizadas correspondem a regimes de informação diferentes que definem diversamente os arranjos informacionais e os públicos visados. Não é possível propor uma organização ao ambiente global da web, diferentemente do que ocorre nas bases de dados temáticas.

No universo aberto da web o resultado das buscas co-relaciona habilidades e objetivos bem definidos de pesquisa. As diferentes performances dependem das critérios e equações criados pelo sujeito que pesquisa, cujos resultados podem se somar aos critérios adotados pela ferramenta para ordenar os resultados. Em bases especializadas, as performances dependem simultaneamente do conhecimento das regras de recuperação, da linguagem documentária utilizada na indexação e de sua qualidade. Neste caso, o próprio sistema define os filtros para orientar a busca. Se na web a tomada de decisão se relaciona à competência individual para a busca, nas bases de dados, as orientações e regras tendem a prevalecer sobre essa competência.

Ainda é importante referir-nos à ampliação do quadro de aplicações das linguagens documentárias ou dos princípios que as sustentam. Referir-nos, neste trabalho, aos ambientes convencionais em que são usadas linguagens documentárias. Mas os mesmos pressupostos são usados na arquitetura da informação para a organização das páginas web sob forma de *'taxionomias'* (ver Lara, 1999, Anexo: a representação de informações públicas em sistemas informatizados).

Outras questões relacionadas às novas tecnologias dizem respeito às facilidades de localização de informação promovidas pela organização em categorias e níveis. Gardin (2001) comentou, em evento da ISKO, sobre as possibilidades de se enfrentar o desequilíbrio entre o crescimento massivo das páginas impressas relevantes para nossos interesses e nossa capacidade de ler. A remodelação sugerida nos livros frente à equação *'produção/consumo'*, em que uma apresentação em CD resume um livro de cerca de 600 páginas, tem semelhanças com as bases de estruturação do conhecimento em inteligência artificial, privilegiando mais a consulta do documento do que sua própria leitura.

Todas essas experiências solicitam verificar que as operações de organização da informação continuam a ser de extrema importância, desde que elas observem as diferentes linguagens e níveis de especialização e persigam filtros sociais mais integrativos. *"Evadir-nos da classificação, ou afastarmo-nos, mesmo que um passo, é tão utópico como querer fugir da linguagem ou do*

pensamento" (Gutiérrez, 2006). O problema não é o de utilizar filtros, mas de fazê-lo a despeito das diferenças e desigualdades, bem como se fosse possível manter um padrão universal de organização.

A informação não goza de interpretações homogêneas, porque é ancorada em valores simbólicos e eles diferem de uma comunidade para outra. Se as práticas tradicionais pressupunham ideais de disseminação universalizantes, recorrendo a formas apriorísticas de representação e perseguindo linguagens expurgadas de imperfeições, sua substituição pelos procedimentos 'centrados no usuário' ignoram as marcas intencionais da enunciação. Focalizar a mensagem, ao contrário, significa reconhecer que tanto a produção como a recepção constituem lugar de negociação do sentido. Combinar produção e recepção na mensagem, significa reconhecer o usuário (na falta de um termo melhor) como sujeito da interpretação, ao mesmo tempo que se relativiza a função pedagógica tradicionalmente atribuída à Documentação.

Na raiz das observações críticas acima está questionamento da noção de conteúdo (Lara, 1999), noção tão frágil quanto a de *aboutness* ou *subject* (assunto), todas elas problemáticas em face à necessidade de reorganização das teorias e metodologias de organização da informação.

Resta criticar a fragilidade da Linguagem Documentária nos aspectos relativos à sintagmatização, empecilho ao seu funcionamento efetivo como linguagem. Esse investimento, embora enunciado pela Documentação (Gardin, 1968) agora solicita o diálogo com a Ciência da Computação e a Linguística Computacional.

9 Referências

- AMARO, R.K.O.F. (1991). *Contribuição da análise do discurso para a análise documental: o caso da documentação jornalística*. São Paulo: ECA-USP. (Dissertação de Mestrado).
- ARISTÓTELES (1973). Tópicos. In: *Pensadores*, v.4. São Paulo: Abril Cultural. p.7-158
- AUSTIN, D. & DALE, P. (1993). *Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngües*. Trad. de Bianca Amaro de Melo e rev. de Lígia Maria Café de Miranda. Brasília : IBICT; SENAI.
- BAITELLO JUNIOR, N. (1994). A sociedade da informação. *São Paulo em Perspectiva*: revista da Fundação SEADE, v.8. n.4, p.19-21.
- BARBOSA, M.A.. (s.d.) *Da função semiótica, das funções metasemioticas e suas aplicações à elaboração da macro e da microestrutura e do processo de remissivas da obra lexicográfica*. São Paulo: FFLCH-USP.
- BARRETO, A. A. (1994) A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*: revista da Fundação SEADE, v.8, n.4, p.3-8.
- BARROS, L. (2004). *Curso básico de terminologia*. São Paulo, SP : Editora da Universidade de São Paulo.
- BENVENISTE, É. (1989). *Problemas de lingüística geral, II*. Campinas: Pontes; Ed. UNICAMP.
- BENVENISTE, É. (1991). *Problemas de lingüística geral, I*. Campinas: Pontes; Ed. UNICAMP.
- BLAIR, D. C. (1990): *Language and representation in information retrieval*. Amsterdam; New York : Elsevier Science Publishers: Distributors for the U.S. and Canada, Elsevier Science Pub. Co.,
- BOULANGER, J.-C. (1995). Présentation: images et parcours de la socioterminologie. *Meta*, v.40, n.2, p.194-205.
- BOURDIER, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice B. Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BUCKLAND, M. (1991). Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v.42, n.5, p.351-360.
- BUCKLAND, M. (s.d.). *Information as thing*. Preprint:
<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>
- BRIET, S. (1951). *Qu'est-ce que La documentation?* Trad. E Ed. Por Ronald E. Day, Laurent Martinet e Hermina G.B. Anghelescu. Lanham: Scarecrow. Disponível em:
<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/> Acesso em: jun. 2008.
- CABRÉ, M. T. (2002). Terminologie et linguistique: la théorie des portes. *Terminologies Nouvelles*, v.21, p.10-15. Disponível em:
<http://www2.cfwb.be/franca/termin/charger/rint21.pdf>
- CABRÉ, M.T. (1993). *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártida; Empúries.
- CABRÉ, M.T. (1999). *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: IULA-UPF.
- CABRÉ, M.T. (2003). El papel de RITERM en la terminologia iberoamericana. In: *ACTAS do VII Simpósio Ibero-Americano de Terminologia*, Lisboa, 14-17 nov. 2000. Lisboa: ILTEC; União Latina; Fundação Calouste Gulbenkian. P.69-86.
- CAPURRO, R. (2001; 2009). *Que es angeletica?* Disponível em:

<http://www.capurro.de/trita.htm>. Acesso em: 05/06/2007.

CAPURRO, R. (2003). *Angeletics: a message theory*. Disponível em:
http://www.capurro.de/angeletics_zkm.html Acesso em 02/2009.

- CAPURRO, R. (2003). Epistemologia e ciência da informação. *Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: informação, conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte, 10-14 de nov.. (Publicação em cdrom). Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm Acesso em 02/2009.
- CAPURRO, R. (1999). *Epistemology and information science*. Disponível em: <http://www.capurro.de/trita.htm>
- CAPURRO, R. (2006). *Knowledge map of information science: Rafael Capurro's responses to Chaim Zins*. Disponível em: <http://www.capurro.de/zins.html>
- CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. (2003). The concept of information. *Annual Review of Information Science & Technology*, v.37, p.343-411, 2003.
- CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. (2007). O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.12, n.1. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/54/47>
- CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. (2009). *The concept of information*. Disponível em: <http://www.capurro.de/infoconcept.html>
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. 2.ed. São Paulo : Paz e Terra.
- CHARAUDEAU, Patrick. (2008). *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.
- CINTRA, A.M.M. (1983). Elementos de lingüística para estudos de indexação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.12, n.1, pp.5-22. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1526/1144>
- CINTRA, A.M.M. (1987). Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, J.W. (org.). *Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, p.28-35.
- CINTRA, A.M.M.; TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G. de & KOBASHI, N.Y.(1994). *Para entender as Linguagens Documentárias*. São Paulo: APB/Polis.
- CINTRA, A.M.M.; TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G. de & KOBASHI, N.Y. (2002). *Para entender as linguagens documentárias*. 2.ed. São Paulo : Polis.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. 1990). *Semiótica, informação e comunicação*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva.
- COYAUD, M.(1966). *Introduction a l'étude des langages documentaires*. Paris: C. Klincksieck.
- CUNHA, I.M.R.F., org. (1989). *Análise documentária: considerações teóricas e experimentação*. São Paulo: FEBAB.
- CUNHA, I.M.R.F.C. (1990). *Do mito à análise documentária*. São Paulo: EDUSP. (Teses, 11)
- DAHLBERG, I. (1978). *Ontical Structures and Universal Classification*. Bangalore : Sarada Ranganathan Endowment for Library Science. 64 p.
- DAHLBERG, I. (1978). Teoria do conceito. *Ciência da Informação*, v.7, n.2, p.101-107. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/87>
- DASCAL, M.(1978). Las sémiologies contemporaines. In: __ *La sémiologie de Leibniz*. Paris, Aubier Montaine. cap. 2.
- DODEBEI, V. L. D. L. M. . *Tesouro: linguagem de representação da memória documentária*. 1. ed. Rio de Janeiro : Interciência: Niterói :Intertexto, 2002. v. 1. 119 p.

- DUBOIS, J. e outros (1973). *Dicionário de Lingüística*. Trad. de Frederico Pessoa de Barros e outros. São Paulo: Cultrix.
- DUCROT, O. & TODOROV, T. (1988) *Dicionário enciclopédico das Ciências da Linguagem*. Trad. de Alice Kyoko Miyashiro e outros. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Perspectiva.
- ECO, U. (1984). *Conceito de texto*. Trad. de Carla de Queiroz. São Paulo : T.A. Queiroz; Ed. Universidade de São Paulo.
- ECO, U. (1990). *O signo*. Trad. De Maria de Fátima Marinho. 4.ed. Lisboa : Presença.
- ECO, U.(1991). *Semiótica e filosofia da linguagem*. Trad. de Mariorosaria Fabris e José Luis Fiorin. São Paulo : Ática. (Fundamentos, 64)
- ECO, U. (1997). *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes.
- FAULSTICH, E. (2006). A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, v.58, n.2, abr./jun. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000200012&lng=pt&nrm=iso ISSN 0009-6725 Acesso em: 21/04/06.
- FÁVERO, L.L. & KOCH, I.G.V. (1998). *Lingüística textual: introdução*. 4.ed. São Paulo: Cortez.
- FELBER, (1987). *Manuel de terminologie*. Paris: Unesco/Infoterm.
- FERRATER MORA, J. (1982). *Dicionário de filosofia*. Trad. Antonio José Massano. Lisboa: Dom Quixote.
- FINATTO, M.J.B. (2001). Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica: questões de partida. In: KRIEGER, M.G. & MACIEL, A.M.B. (org.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; São Paulo: Humanitas/USP. P.118-129.
- FOUCAULT, M. (1966). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- FROHMANN, B. (2008). O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.S.L.; MARTELETO, R.M. & LARA, M.L.G. (org.). *Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed.; Marília: Fundepe Editora. p.13-36.
- FUJITA, M.S.L. (1990) Linguagem documentária em odontologia: uma aplicação do sistema de indexação "PRECIS". *Actas do II Simpósio Latino-americano de Terminologia*. Disponível em: <http://www.ritem.net/actes/2simposio/indice90.htm>
- GALINSKI, C. & BUDIN, G. Prefacio. In: Wüster, E. *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona : Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra, 1998.
- GAMBIER, (1991). Travail et vocabulaire spécialisés: prolégomènes à une socio-terminologie. *Meta*, v.36, n.1, p.8-15.
- GARDIN, J.-C. (1970). Procédures d'analyse sémantique dans les sciences humaines. In: POUILLON, J. et MARANDA, P. (orgs.). *Échanges et communications: mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60ème. anniversaire*. (Tirage à part). Paris: Mouton.p.628-657.
- GARDIN, J.-C. (1973a). Document analysis and linguistic theory. *The Journal of Documentation*, v.29, n.2, pp.137-168, June.
- GARDIN, J.-C. (1973b). Linguistique et documentation. *Bollettino d'Informazioni*, v.13, n.2/3, pp.67-85.
- GARDIN, J.-C. (1989). Artificial intelligence and the future of semiotics: an archaeological perspective. *Semiotica*, v.77, n.1/3, p.5-26.

- GARDIN, J.-C.(2001). Vers un remodelage des publications savantes: ses rapports avec les sciences de l'information. Troisième colloque d'ISKO-France: conférence invitée. In: CHAUDIRON, S. & FLUHR, C. *Filtrage et résumé automatique de l'information sur les reseaux*. Paris : Université de Paris X, 2001.278 p. p.3-11.
- GARDIN, J.-C. e outros (1968). *L'automatisation des recherches documentaires*: un modèle général "Le SYNTOL. 2.ed. revue et augmentée. Paris: Gauthier-Villars.
- GAUDIN, F. (1993a). *Pour une socioterminologie*: des problèmes semantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen, Université de Rouen. (Publications de L'université de Rouen, 182)
- GAUDIN, F. (1993b). Socioterminologie: du signe au ens, construction d'un champ. *Meta*, v.38, n.2, p.293-301.
- GRANGER, G.G. (1974). *Filosofia do estilo*. Trad. de Scarlett Zebetto Marton. São Paulo: Perspectiva; EDUSP. (Estudos, 29)
- GREIMAS, A.-J. (1976). *Semântica estrutural*: pesquisa de método. São Paulo: Cultrix; Universidade de São Paulo.
- GROLIER, E. (1962). *Étude sur les catégories générales applicables aux classifications et codifications documentaires*. Paris: UNESCO.
- GUTIÉRREZ, A. G. (1990). *Estructura lingüística de la documentación: teoría y método*. Murcia: Ed. Universidad de Murcia.
- GUTIÉRREZ, A.G. (2006). Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. *Transinformação*, v.18, n.6. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=13>
- HERMANS, A. (1989). La définition des termes scientifiques. *Meta*, v.34, n.3, pp.529-532.
- HERMANS, A. (1995). Sociologie des discours scientifiques: quelques réflexions. *Meta*, v.40, n.2, p.224-228.
- HJELMSLEV, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- HJØRLAND, B. (2002). Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v.58, n.4. p. 422-462.
- HJØRLAND, B. & ALBRECHTSEN, H. (1995). Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. *Journal of the American Society for Information Science* , v. 46, n.6, p. 400-425.
- IBICT (1984). *Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngües*; projeto coord. por Hagar Espanha Gomes.Brasília: IBICT.
- ISO 2788 (1986). *Documentation - Guidelines for the establishment and development of monolingual thesaurii*. Génève: International Standard Organization.
- ISO 704 (1987). *Principles and methods of Terminology*. Génève:
- ISO 704 (2000). *Terminology work - principles and methods*. 2nd ed. Génève: International Standard Organization.
- ISO 1087-1(2000). *Terminology work - Vocabulary, Part 1: theory and application/Travaux terminologiques - Vocabulaire - Partie 1: théorie and application*. Génève : International Standard Organization.
- KNOWLEDGE ORGANIZATION: international journal (2008). Bonn: Ergon Verlag, v.25, n.2/3.
- KOBASHI, N.Y. (1994). *A elaboração de informações documentárias*: em busca de uma metodologia. São Paulo: ECA-USP. (Tese de doutorado)

KOBASHI, N. Y. ; TÁLAMO, M. F. G. M. . Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, Campinas, v. 15, p. 7-22, 2003. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=5>

KOCH, I.G.V. (2006). *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes.

KRIEGER, M.G. (2001). Terminologia revisitada. In: KRIEGER, M.G. e MACIEL, A.M.B. *Temas de terminologia*. Porto Alegre/São Paulo ; Ed. Universidade/UFRGS ; Humanitas/USP.

LARA, M.L.G. (1993). *A representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo: ECA/USP (Dissertação de Mestrado)

LARA, M.L.G. (1999). *Representação e linguagens documentárias: bases teórico-metodológicas*. São Paulo: ECA/USP (Tese de Doutorado).

LARA, M. L. G. (2004a). Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96. Disponível em: <http://www.ibict.br/cionline/viewissue.php?id=6>

LARA, M.L.G. (2004b). Linguagem documentária e terminologia. *Transinformação*, v.16, n.3, p.231-240. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=8>

LARA, M.L.G. (2006a) Novas relações entre Terminologia e Ciência da Informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*, v.7, n.4, ago.. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago06/F_I_art.htm

LARA, M.L.G. (2006b) É possível falar em signo e semiose documentária? *Encontros Bibli*, 20. sem. 2006b (Número especial). Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/regular.html>

LARA, M. L. G. (2006c). A Ciência da Informação e a teoria dos termos. In: Cabré, M. T.; ESTOPÁ, R.; TEBÉ, C. (Org.). *La terminología en el siglo XXI: contribución a la cultura de la paz, la diversidad y la sostenibilidad. Actas del IX Simposio Iberoamericano de Terminología, Riterm 2004*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada - Universitat Pompeu Fabra. v. , p. 341-347.

LARA, M.L.G.; CAMARGO, J.C.C. & ROCHA, S.G. (2002). Informação estatística e cidadania. *São Paulo em Perspectiva*, v.16, n.3, p.86-91. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v16n03/v16n03_11.pdf

LARA, M.L.G. & TÁLAMO, M.F.M. (2007). Uma experiência na interface Linguística Documentária e Terminologia. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, v.8 n.5, art.01, out. Disponível em:

http://www.dgz.org.br/out07/Art_01.htm

LARA, M. L. G. & TÁLAMO, M. F. G. M.(2008) . Informação e produção de sentido: a integração da categoria recepção no processo documentário-informacional. *Rumores*, v. 1, p. 2. Disponível em: <http://www.rumores.usp.br/>

LE GUERN, M. (1989). Sur les relations entre terminologie et lexique. *Meta*, v.34, n.3, p.340-343. Disponível em: <http://www.erudit.org/revue/meta/1989/v34/n3/003458ar.pdf>

LOPES, E.(1987). *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix.

LOPES, E. (1997). *A identidade e a diferença*. São Paulo : EDUSP.

LYONS, J. (1977). *Semântica*. Lisboa: Ed. Presença; Martins Fontes. v.1.

- MAGRO, C. (1999). Representação, Virtus Dormitiva e Linguagem. In: Oliveira, Paulo; Benn-Ibler, Veronika e Mendes, Eliana (orgs.) *Revisitações: Edição Comemorativa dos 30 anos da Faculdade de Letras*. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras.
- MARCONDES, C. H. & CAMPOS, M. □L.A. (2008). Ontologia e Web Semântica: o espaço da pesquisa em Ciência da Informação. *PontodeAcesso*, Salvador, v.2, n.1, p. 107-136, jun./jul. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2669/1885>
- PAVEAU, M.-A. & SARFATI, G.-E. (2006). *As grandes teorias da Lingüística: da gramática comparada à pragmática*. Trad. de M.R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, p.63-84.
- PÊCHEUX, M. (1969). *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.
- PEIRCE, C.S. (1977). *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto; rev. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva. (Estudos, n.46).
- PEÑUELA CANIZAL, e. (1987). Prefácio. In: LOPES, E. (1987). *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- PROTÉGÉ. Disponível em: <http://protege.stanford.edu/>
- RANGANATHAN, S.R. (1963). *Colon Classification*. 6.ed. reprinted with amendments. Bombay: Asia Publ. House.
- RASTIER, F. (1991). *Sémantique et recherches cognitives*. Paris: PUF.
- RASTIER, F. (1995). Le terme: entre ongologie et linguistique. *Le banque des mots*. Numero spécial 7, Terminologie et Intelligence Artificielle. PP.35-65. Disponível em: http://www.revue-texto.net/Inedits/Rastier/Rastier_Terme.html
- REY, A. (1977). *Le lexique, images et modèles: du dictionnaire à la lexicologie*. Paris: Armand Colin. cap. 1 e 4.
- ROCHA, S. G. (2006). *A representação documentária da informação estatística: quando a ordem dos fatores altera o produto*, São Paulo: ECA/USP (Dissertação de Mestrado).
- RODRIGUES, A.D. (1991). *Introdução à semiótica*. Lisboa : Presença.
- RORTY, R. (1988). *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa : Dom Quixote.
- SAGER, J.C. (1990). *A practical course in terminology processing*.
- SAGER, J.C. (1993). Prólogo: la terminología, puente entre varios mundos. In: CABRÉ, M.T. (1993). *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártida; Empúries. p.11-17.
- SANTOS, B. de Souza (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro : Graal.
- SAUSSURE, F. (1969). *Curso de lingüística geral*. São Paulo; Cultrix; Ed. Da Universidade de São Paulo.
- SMIT, J.W. (1973). *Les langages documentaires comme metalangages du discours scientifique*. Paris: École Pratique des Hautes Études. (Mémoire)
- SMIT, J.W. (NATALI) (1976). *De l'analyse documentaire à l'analyse poétique: a propos des critiques des "Chats" de Baudelaire*. Paris: École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales. (Thèse de 3e. Cycle)
- SMIT, J.W., coord. (1987). *Análise Documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT.
- SMIT, J.W. (2003). Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v.8, n.2, jul./dez. 2003. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=29>

TÁLAMO, M.F.G.M. (1982). As máximas conversacionais de Grice: In: ____ *Comunicação e funcionamento da linguagem*. São Paulo: ECA-USP. (Dissertação de Mestrado)

TÁLAMO, M.F.G.M. (1997). *Linguagem documentária*. São Paulo: APB. (Ensaio APB, n.45).

TÁLAMO, M. F. G. M. (2001). Terminologia e documentação. *Tradterm*, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 141-151.

TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G.; KOBASHI, N.Y. & LIMA, V.M.A. (1990). Instrumentos de controle terminológico: limites e funções. *Actas do II Simpósio Latino-americano de Terminologia*. Disponível em: <http://www.riterm.net/actes/2simposio/indice90.htm>

TÁLAMO, M. F.M; LARA, M.L.G. & KOBASHI, N.Y. (1992) Contribuição da Terminologia para a elaboração de tesouros. *Ciência da Informação*, v. 21, n.3, p. 197-200. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/57>

TÁLAMO, M. F. G. M. ; LARA, M. L. G. (2006). O campo da Lingüística Documentária. *Transinformação*, v. 18, p. 203-211. Disponível em: <http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=14>

TÁLAMO, M. F. G. M. ; LARA, M. L. G. (2009). Los filtros termino-lingüísticos para la actividad documental. In: NAUMIS, C., org. *Memoria del I Simposio del Organización del Conocimiento: Bibliotecología y Terminología*, 27-29 ago. 2007. Ciudad de México : UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas. (Sistematización de información documental)

TEMERMANN, R. (2000). *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive-approach*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Pub. Co.

VAL, M. G.V. (1991) *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes.

VANOYE, F. (1991). *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. Trad. e adapt. de Clarisse Madureira Sabóia e outros. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes.

VERÓN, E. (1980). *A produção do sentido*. Trad. de Alceu Dias Lima e outros. São Paulo: Cultrix.

WÜSTER, E. (2003). *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*; responsable de la edición M. Teresa Cabré. Barcelona : Institut Universitari de Lingüística Aplicada/Universitat Pompeu Fabra